



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

**SERVIÇO DE PRETO: O TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE  
TRABALHO DE JUIZ DE FORA**

**LEANDRO ALVES DE ASSIS**

JUIZ DE FORA  
2018



LEANDRO ALVES DE ASSIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

**SERVIÇO DE PRETO: O TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE  
TRABALHO DE JUIZ DE FORA**

**Orientador (a): Elias Lopes de Lima**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

JUIZ DE FORA  
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
CURSO DE MESTRADO

**SERVIÇO DE PRETO: O TRABALHADOR INSERIDO NO MERCADO DE  
TRABALHO DE JUIZ DE FORA**

**Autor: Leandro Alves de Assis**  
**Orientador: Elias Lopes de Lima**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Orientador – Titular Presidente – Professor Doutor Elias Lopes de Lima**

---

**Titular – Professora Doutora Maria Lucia Pires Menezes**

---

**Titular – Professora Doutora Maria Isabel de Jesus Chrysóstomo**

JUIZ DE FORA  
2018

Dedicado aos meus avós Hilza (*in memoriam*) e Elias, sobretudo por terem cuidado para que eu não me desviasse do caminho. Sem vocês, nada na minha vida seria possível!

## AGRADECIMENTOS

Essa carta de agradecimento é direcionada a todos que participaram e contribuíram de alguma forma, não somente com as ideias que propus e debati ao longo desse trabalho, mas aos que contribuíram com o meu crescimento pessoal e conscientização para questões presentes no meu corpo e alma. Tenho a ciência de que sem vocês não teria chegado até aqui. Gostaria de agradecer a Deus por me guardar ao longo de todo o meu caminho. A fé n'Ele foi o que me manteve de pé em boa parte da jornada. A Ele, toda honra e glória.

Um agradecimento especial à minha falecida avó Hilza, que me acompanhou desde os meus primeiros dias na escola e que infelizmente não viu nosso sonho da graduação em Geografia ser realizado. Espiritualmente permanecemos ligados e você jamais será esquecida!

Ao meu avô Elias, que assumiu a tarefa de me acompanhar de perto quando dona Hilza já não estava mais presente. Sou muito grato por você ser um grande pai, avô e amigo que eu tenho. Apesar de viver dizendo para mim que não estudou muito, continua sendo meu maior professor. Obrigado pelo amor, pelo carinho e pela fé em mim. Um agradecimento especial a minha mãe Ana, a minha tia Elisabeth e as minhas queridas irmãs Marcela e Emanuely.

Quero agradecer também ao meu orientador Elias Lopes de Lima por compartilhar esses momentos comigo. Por coincidência (ou não), é homônimo de outra pessoa marcante para mim. Sou grato não só pelo compartilhar de sabedoria, pelas trocas de ideias e bate-papo descontraído e conselhos acadêmicos e de vida, mas também por acreditar em mim. Ainda me lembro de nossa troca de e-mails sobre uma certa bolsa de iniciação científica e inclusive da própria entrevista que fiz para concorrer à bolsa. Naquele dia, iniciou-se uma das maiores parcerias que tive em minha vida até hoje. Não digo isso somente pelo desenvolvimento das pesquisas de iniciação e mestrado, mas por ter me influenciado a ponto de não desistir precocemente da Geografia quando outras coisas surgiram. Sinto-me honrado por trabalhar com você e espero ter feito jus a isso. Gratidão por ser, além de professor e orientador, um exemplo. Muito obrigado pela oportunidade!

Gostaria de agradecer aos meus amigos pela compreensão nas ausências, que não foram poucas. Vocês nunca me deixaram solitário mesmo quando o trabalho exigiu certa distância. Um agradecimento especial à alguns amigos com os quais compartilhei muitos momentos durante a realização da pesquisa: Raphaela, Ane Elyse, Rômulo e Rafael. Agradeço a minha namorada e companheira Jéssica, parceira de tantas horas. Cada um à sua

maneira tornou essa árdua jornada mais suportável, o que fez muita diferença no meu trabalho. Estes representam tantos outros não citados nominalmente e fazem parte da minha história.

Um agradecimento especial aos meus queridos professores da UFJF, tanto no curso de graduação em Geografia, quanto no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Pude aprender muito com vocês! Cito diretamente a professora Roselene Perlatto, os professores Pedro Machado, Ricardo Zaidan, Wagner Batella, Leonardo Carneiro, Maria Lúcia Pires e Roberto Neto, com os quais tive contato mais direto em forma de conversas, reuniões, bate-papos informais, organização de eventos, troca de materiais, contatos e troca de ideias. Sou grato pelo suporte que vocês me deram!

Reitero aqui a minha profunda gratidão a vocês todos!

Sem vocês, nada disso aconteceria!

*“Tem que acreditar!*

*Desde cedo a mãe da gente fala assim: ‘Filho, por  
você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.’*

*Aí passados alguns anos, eu pensei:*

*Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo  
menos cem vezes atrasado? Pela escravidão, pela  
história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas  
psicoses... por tudo que aconteceu? Duas vezes  
melhor como?”*

*Racionais Mc's,*

## RESUMO

A cidade de Juiz de Fora é exemplo de contrastes. Sua sociedade, marcada por desigualdades de condições econômicas, políticas, dentre outras, permite-nos tecer observações importantes acerca do choque entre os sujeitos. Temos, através da pluralidade dos sujeitos sociais, a construção de relações necessárias à produção do espaço urbano. Na diversidade de relações, chama-nos atenção as construídas por meio das atividades de trabalho, sobretudo as remuneradas. Ao observar-se a conjuntura do mundo do trabalho, é possível verificar que, sob aspectos específicos, há diferenciação nas condições de reprodução dos trabalhadores. Diversos aspectos são considerados no ato de recrutamento da força de trabalho, principalmente a qualificação. Todavia, os problemas relacionados à inserção do trabalhador negro no mercado de trabalho local não se restringem à qualificação do trabalhador: outros fatores, especialmente raça/cor, têm sido tão decisivos quanto os citados anteriormente. Isso envolve também a participação da população negra na produção do espaço urbano. Nesse passo, a segregação da população negra na cidade também se naturalizou, mesmo após as políticas governamentais de igualdade racial.

**Palavras Chave:** Juiz de Fora, trabalhador negro, segregação, relações raciais, mundo do trabalho.



## ABSTRACT

Juiz de Fora is an example of contrasts. Its society, marked by inequalities in economic and political conditions, among other factors, allows us to make important observations about the clash among the subjects. We have, through the plurality of social subjects, the construction of relationships which are necessary for the production of urban space. In the diversity of relationships, we draw attention to those constructed through work activities, especially the paid ones. By observing the conjuncture of the world of work, it is possible to verify that, under specific aspects, there is differentiation in the reproductive conditions of workers. Several aspects are considered in the act of recruitment of the workforce, especially qualification. However, the problems related to the insertion of black workers in the local labor market do not only concern the qualification of the worker: other factors, especially race/color, have been as decisive as those mentioned above. This also involves the participation of the black population in the production of urban space. In this step, the segregation of the black population in the city also became naturalized, even after government policies of racial equality.

**Keywords:** Juiz de Fora, black worker, segregation, race relations, labour market.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Trabalhadores da Mercedes-Benz durante assembleia.....	<b>79</b>
<b>Figura 2:</b> Eixo de comércio e serviços juiz-foranos: Independência Shopping e Shopping Jardim Norte.....	<b>81</b>
<b>Figura 3:</b> Eixo do comércio e serviços juiz-foranos: ruas centrais (Comércio da Rua Halfeld).....	<b>82</b>
<b>Figura 4:</b> Praça de alimentação do Independência Shopping.....	<b>84</b>
<b>Figura 5:</b> Atendente negra de uma rede de <i>fast food</i> .....	<b>84</b>
<b>Figura 6:</b> Trabalhador negro em quiosque de venda de óculos.....	<b>85</b>
<b>Figura 7:</b> Imagem de campanha da UFJF sobre o dia da Consciência Negra de 2017..	<b>97</b>
<b>Figura 8:</b> Foto de convite de formatura da turma de formandos em Geografia da UFJF em 2013.....	<b>101</b>
<b>Figura 9:</b> Campanha Institucional da UFJF intitulada “Quantos professores negros você tem?”.....	<b>104</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Comparativo da distribuição espacial dos grupos raciais de trabalhadores pelo universo das situações encontradas no mercado de trabalho da cidade de Juiz de Fora/MG.....	<b>93</b>
<b>Gráfico 2:</b> Distribuição da população por escolaridade segundo auto declaração de raça ou cor em Juiz de Fora/MG.....	<b>96</b>
<b>Gráfico 3:</b> Comparativo da distribuição dentro da raça ou cor autodeclaradas da população pelo universo da escolaridade na cidade de Juiz de Fora/MG.....	<b>98</b>
<b>Gráfico 4:</b> Comparativo percentual de trabalhadores brancos e negros por setor econômico.....	<b>102</b>
<b>Gráfico 5:</b> Comparação dos grupos raciais juiz-foranos de acordo com as faixas de rendimento.....	<b>106</b>
<b>Gráfico 6:</b> Comparativo da proporção dos grupos raciais em razão da situação da moradia.....	<b>108</b>
<b>Gráfico 7:</b> Comparativo dos grupos raciais em razão da contribuição regular com o INSS.....	<b>109</b>
<b>Gráfico 8:</b> Comparativo dos grupos raciais em razão da prestação de assistência médica pelo empregador.....	<b>110</b>
<b>Gráfico 9:</b> Comparativo dos grupos raciais em razão do pagamento de auxílio-transporte pelo empregador.....	<b>111</b>

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b> Mapa de Juiz de Fora em 1850.....	<b>65</b>
--	-----------

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Instituições de ensino superior, sua natureza e data de credenciamento.....	<b>99</b>
--	-----------

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> População da Vila de Santo Antônio do Juiz de Fora.....	<b>65</b>
<b>Tabela 2:</b> Cidades mineiras produtoras de café (1847 – 1851).....	<b>66</b>
<b>Tabela 3:</b> Disposição da população juiz-forana segundo as faixas de rendimento mensal em 2010.....	<b>105</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CODEMIG - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais  
COMPIR – Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial  
FIES – Financiamento Estudantil  
FJP – Fundação João Pinheiro  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IES – Instituições de Ensino Superior  
IFSEMG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais  
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social  
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas  
MEC – Ministério da Educação  
MNU – Movimento Negro Unificado  
PJF – Prefeitura de Juiz de Fora  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PROUNI – Programa Universidade para Todos  
PT – Partido dos Trabalhadores  
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
SAL – Secretaria de Atividades Urbanas  
SUS – Sistema Único de Saúde  
UAB – Universidade Aberta do Brasil  
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora  
UNEGRO – União dos Negros pela Igualdade

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
<b>1. ESPAÇO, TRABALHO E RELAÇÕES RACIAIS.....</b>	<b>27</b>
1.1.    UMA REFLEXÃO SOBRE O ESPAÇO URBANO.....	31
<b>1.1.1. Considerações sobre a cidade e o espaço urbano.....</b>	<b>34</b>
<b>1.1.2. Mundo do Trabalho e Mercado de Trabalho.....</b>	<b>36</b>
<b>1.1.3. Entre os sujeitos e agentes da formação do espaço.....</b>	<b>39</b>
<b>1.1.4. As nuances do trabalho pela Geografia.....</b>	<b>41</b>
1.2. O MERCADO DE TRABALHO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA.....	42
<b>1.2.1. Diálogos sobre a relação capital-trabalho.....</b>	<b>45</b>
<b>1.2.2. Relações raciais pelo olhar geográfico: possibilidades de produção do espaço pelas relações raciais.....</b>	<b>48</b>
1.3. A NOÇÃO DE SEGREGAÇÃO NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA.....	55
<b>1.3.1. A noção de segregação espaço-racial.....</b>	<b>59</b>
<b>2. A INSERÇÃO DO NEGRO EM JUIZ DE FORA.....</b>	<b>64</b>
2.1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DO CAFÉ E DOS ESCRAVOS.....	67
<b>2.1.1. O trabalho negro na base do desenvolvimento econômico da Manchester Mineira.....</b>	<b>69</b>
<b>2.1.2. Os processos de reconfiguração da estrutura do trabalho local ao longo das primeiras décadas do século XX.....</b>	<b>72</b>
2.2. OS SETORES ECONÔMICOS E O MERCADO DE TRABALHO JUIZ-FORANO.....	76
2.3. RACISMO ESTRUTURAL COMO ESTRATÉGIA DE EXPLORAÇÃO DOS GRUPOS RACIAIS.....	86
<b>3. O LUGAR DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO JUIZ-FORANO....</b>	<b>91</b>
3.1. A ATUAL SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES NO MERCADO DE TRABALHO.....	92
3.2. ESCOLARIDADE COMO FATOR DIFERENCIAL NA INSERÇÃO	



DOS TRABALHADORES NO MERCADO DE TRABALHO.....	95
3.3. A INTERPRETAÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL A PARTIR DO RENDIMENTO E DAS CONDIÇÕES DESIGUAIS DE REPRODUÇÃO DO TRABALHADOR NEGRO.....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>130</b>

## INTRODUÇÃO

É inegável a importância histórica do negro perante a construção do Brasil como nação. O negro esteve presente em grande parte dos eventos fundamentais que deram identidade ao povo brasileiro. Durante todo o período colonial foi a maior parte do contingente de trabalho do país. Sobre os ombros do negro que aqui chegou como escravo, foi alicerçada ao longo de mais de três séculos a estrutura de produção colonial brasileira.

Inserido na sociedade brasileira como força de trabalho em substituição aos indígenas, o negro é peça fundamental na formação social do povo brasileiro. Para que se possa entender a participação do negro na conjuntura atual, é necessário compreender o processo histórico que moldou a sociedade até os dias atuais. Em especial, a situação da população negra no mundo de trabalho.

Perante o quadro de escravidão, o negro ficou à mercê do preconceito da sociedade colonial. Subjugado pelo discurso de superioridade racial dos europeus, os negros assim como os nativos, foram explorados e concomitantemente submetidos à violência para que se sujeitassem mais facilmente aos desejos dos brancos a quem serviam.

Apesar da existência do preconceito, conforme mencionado no parágrafo anterior, havia também membros da sociedade colonial que apoiavam o abolicionismo. Muitos, influenciados pelos conceitos filosóficos de liberdade universal, disseminadas nas escolas europeias onde foram educados, trouxeram alguns dos princípios que culminaram nas ideias abolicionista em relação aos escravizados no Brasil.

Além disso, houve uma onda internacional de libertação de escravos, desencadeada pela pressão de potências industriais da época que visavam a aumentar seu mercado consumidor. Com a influência política exercida pelas indústrias, a abolição foi se tornando questão de tempo.

Todavia, ressalta-se que, apesar da forte influência histórica, a pesquisa é de caráter geográfico. Toda a abordagem histórica tem como premissa responder a anseios da ciência geográfica, especialmente sobre o espaço urbano. Afinal, o objeto desta pesquisa se dá a partir da interação entre o espaço e os diferentes grupos raciais.

Assim, a relação entre o objeto, o espaço e a história se constitui pelo desenrolar das consequências que se originam da conexão entre os mesmos. Se enxergamos a relação do trabalhador negro com a cidade, é possível nos conscientizarmos de que Juiz de Fora é

diretamente influenciada por suas marcas em tempos pretéritos. Dessa maneira, cada recorte da paisagem urbana atual é composto por uma série de elementos ali deixados como herança de determinado período histórico, o que acaba por formar um mosaico urbano inacabado, cuja compreensão só é possível a partir da visão do espaço urbano como fruto de um processo dinâmico e contínuo.

Todo esse processo tem origem nas relações sociais e no modo de produção de cada tempo. Da mesma forma, as relações sociais e o modo de produção se iniciam no processo de formação e constituição do espaço, sendo, todos, impactados pela influência das conjunturas temporais específicas às quais pertencem. Daí podemos dizer que não há possibilidade de entender a Geografia sem conhecer a História, assim como não é possível compreender a História sem a interferência da Geografia.

### **O negro na formação territorial do Brasil**

A introdução do negro no Brasil foi fundamental em sua formação territorial. Trazidos como escravos, os negros foram utilizados pelos portugueses como força de trabalho em atividades extrativistas e na produção de cana de açúcar, introduzidos nos territórios que hoje correspondem aos atuais estados da Bahia e de Pernambuco para trabalhar nos engenhos. À medida que o desbravamento da colônia seguiu rumo ao interior e ao sul do Brasil, os escravos negros ocasionalmente foram levados a essas localidades como contingente de mão de obra.

A exploração e o desenvolvimento dessas regiões dependiam de tal forma do trabalho escravo que o comércio dos negros, legal ou ilegal, tornou-se uma das atividades econômicas mais importantes da colônia, como exemplo, cita-se o território correspondente à atual região centro-sul do país, cuja implantação da economia escravista equivale ao início da exploração do território. Nessas áreas, os negros foram usados na infraestrutura da colônia, abrindo estradas, construindo cidades, edificações militares, igrejas, dentre outros. Além disso, a exploração do trabalho escravo conduziu os ciclos de extração de ouro e pedras preciosas e possibilitou também o desenvolvimento da agricultura em larga escala, com destaque para o café, atividade de produção que mais utilizou força de trabalho escrava.

Mesmo após mais de 130 anos da abolição da escravidão no país, é possível perceber que a população negra ainda sofre as consequências da falta de ações efetivas de combate à desigualdade racial e social. O censo demográfico de 2010, em dados referentes ao mercado

de trabalho, aponta como desdobramento as piores marcas nos indicadores sociais para esse grupo específico. Apesar da contribuição histórica e cultural da matriz africana, há um contraste significativo entre as condições socioeconômicas da população negra quando comparadas com as dos outros grupos raciais.

A sociedade brasileira apresenta dificuldades para reconhecer de forma justa o significado de toda a história da escravidão no Brasil, o que torna mais árduo o exercício da cidadania do negro. O acesso à educação, aos espaços de lazer e à saúde de qualidade da população negra está profundamente ligado às políticas públicas, as quais ainda dão os primeiros passos nas políticas de inclusão, num cenário que coloca em xeque a ocorrência e o exercício pleno da cidadania da parcela negra da população brasileira. O cerceamento de tais direitos contribui para que haja maior percentual de negros vítimas da pobreza e da violência, além de uma população carcerária formada majoritariamente por negros.

Para modificar este cenário socialmente excludente, desde a década de 1980, a sociedade civil, através do Movimento Negro Brasileiro (MNB), debate e cobra do poder público e da própria sociedade brasileira a adoção de políticas que promovam a melhoria das condições de vida da população negra. Graças à pressão das lutas sociais dos movimentos negros, foram concebidas as políticas de ações afirmativas, implementadas ao longo dos últimos anos no país. Tais políticas consistem em um conjunto de leis e ações que vão desde a criação de cotas em concursos públicos, em especial naqueles que garantiram reserva de vagas para autodeclarados negros, até a inserção do conteúdo sobre a matriz africana da população brasileira no currículo escolar. Outro ponto fundamental, que tem origem nas lutas do movimento negro, é a criminalização do racismo e de qualquer tipo de discriminação de cunho racial.

Tais iniciativas evidenciam as diferenças de condições de vida entre brancos e negros perante a sociedade, o que interfere diretamente na acessibilidade a bens de consumo e a serviços, além de distribuição de renda e exercício de direitos civis. Isso se dá em função do volume da participação da população negra nas decisões do governo. Ao longo de nossa história são limitados os exemplos de negros ocupando os principais cargos eletivos do executivo municipal ou estadual e nenhum negro na presidência da república. As maiores possibilidades de penetração dos negros em cargos eletivos se dão em cargos do poder legislativo, em todas as suas respectivas escalas, em 2014, por exemplo, o negros correspondiam a 20% dos 513 candidatos a deputados federais eleitos. Tendo em vista que pretos e pardos somados correspondem a 52% da população brasileira, a baixa

representatividade nos espaços de decisão política torna mais árdua a luta por políticas públicas que auxiliem no combate de desigualdades socioeconômicas e na conquista de direitos sociais legitimamente adquiridos.

Tendo origem na mesma conjuntura histórica que contribuiu para o quadro político anteriormente citado, a baixa representatividade deixa suas marcas na maneira como estão distribuídas as oportunidades de emprego no mercado de trabalho. Percebe-se a maior presença de negros em cargos subalternos e de menor remuneração: seguranças, garçons, auxiliares de serviços gerais, dentre outros.

Também se observa um grande número de trabalhadores negros no comércio informal, além da naturalização desta situação, o que contribui para uma situação de vulnerabilidade social desse grupo específico, uma vez que ficam ameaçadas as garantias de vínculo formal de emprego e renda satisfatória para uma subsistência com dignidade.

### **Os grupos raciais nas atividades laborais juiz-foranas**

O título do estudo, “Serviço de Preto”, vem de uma expressão popular do período colonial, usada para caracterizar trabalho mal feito, de resultado ruim e duvidoso. Com isso, reproduz-se o estereótipo do negro como incapaz de executar um trabalho com qualidade e eficácia, justificando implicitamente seus baixos rendimentos. O uso atual da expressão reforça a maneira depreciativa com que a força de trabalho negra é vista e a forma desigual e injusta como ocorre sua inserção no mercado de trabalho.

Ao avaliar essa temática a partir da escala municipal, é possível notar a repetição do padrão brasileiro, segundo o qual os índices de desigualdade social atingem em sua maioria a população negra. Juiz de Fora tem por característica uma grande desigualdade social se decomposmos a distribuição de trabalho e renda de acordo com critérios de raça ou cor dos seus moradores.

Com a economia local pautada pelos setores secundário e terciário, é perceptível a influência racial na estrutura do mercado de trabalho local. As diferenças se estabelecem em relação ao setor econômico, à situação desse trabalhador no mercado de trabalho e ao ofício e geram efeito sobre o rendimento médio, a jornada em horas trabalhadas, o regime de trabalho e nas condições enfrentadas por esses trabalhadores.

Paralelamente, esses trabalhadores também enfrentam desigualdades no seu próprio meio social: diferenças impostas principalmente em relação à infraestrutura e aos serviços

públicos, ao sistema tributário e ao exercício pleno dos direitos pelos cidadãos. Essa realidade interfere na dinâmica produtiva local, afetando as possibilidades de uso e apropriação do espaço urbano, como exemplo, citam-se os bairros habitados por esses mesmos trabalhadores.

A educação é posta como critério de diferenciação dos trabalhadores quanto à sua inserção no mercado de trabalho. Talvez por esta questão, nossa sociedade vincule as posições dentro da estrutura do trabalho ao mérito pessoal. Isso serve para incutir certa legitimidade e justiça quanto às diferenças no mercado de trabalho. Mesmo que ignore que os grupos raciais componentes da população brasileira partam de pontos diferentes em função das desigualdades sociais históricas. Uma evidência de tal ocorrência é a maneira como as condições desiguais afetam trabalhadores com escolaridade e qualificação profissional similar, na prática do mesmo ofício. A recorrência dessa situação no mercado de trabalho local, fica implícita uma correlação das questões raciais na diferença de valores atribuídos ao trabalhador. Aqui o fenômeno está ligado à circunstância peculiar da identificação social por raça ou cor no Brasil.

Num país cujos níveis de miscigenação são bastante elevados, é comum que as desigualdades sejam tratadas no âmbito das questões de classe. Porém a estrutura social baseada em discriminação e preconceito racial faz com que historicamente os efeitos das desigualdades socioeconômicas sejam mais contundentes em âmbito racial, e as relações de trabalho de Juiz de Fora evidenciam esse quadro. Numa cidade considerada referência regional em educação superior e técnica, pelo número de instituições de ensino públicas e privadas existentes, as disparidades entre os grupos raciais persistem.

Mesmo com a formação de profissionais todos os anos, é perceptível na paisagem urbana a dificuldade de colocação do negro no mercado de trabalho. A qualificação profissional não é garantia de inserção na atividade para a qual esse trabalhador se preparou, de forma que muitos deles passam a realizar outras atividades por questões de subsistência, o que pode ser observado através do mosaico formado pelo recorte das paisagens urbanas de atividades de trabalho no centro da cidade.

Cabe aqui pontuar que a diversidade de atividades que se verificam nas ruas centrais de Juiz de Fora é de suma importância para a economia local, sobretudo as atividades de comércio e serviços. Outra característica é a concentração de trabalhadores nessa área, trabalhadores estes que exemplificam a maneira como encontramos a presença da força de trabalho negra, tanto em postos de trabalho formal, quanto nos informais em âmbito local.

A partir da problematização feita até o momento entre o espaço urbano e o mercado de trabalho, a presente pesquisa propõe-se a responder a seguinte questão: por que as condições de trabalho da população negra ainda se mostram extremamente vulneráveis, mesmo após 130 anos de abolição da escravidão e após a implementação de políticas afirmativas no país - em especial, na cidade de Juiz de Fora?

Estabelecemos em nossa pesquisa alguns objetivos, que em nossa opinião são o caminho para sanar a dúvida levantada no parágrafo anterior. O objetivo geral da pesquisa é examinar e discorrer acerca das origens da manifestação da segregação espaço-racial relacionada à exploração da força de trabalho negra na área delimitada na cidade, tendo as questões raciais da população juiz-forana como pano de fundo.

Em vista desse objetivo geral, ressaltamos alguns objetivos específicos durante o desenvolvimento da pesquisa, através dos quais, procuramos evidenciar nossos esforços em:

- Recuperar, através do processo histórico, as características que desencadearam o processo de produção e reprodução do espaço em que ocorre a segregação do trabalhador negro;
- Compreender os papéis dos diferentes grupos étnico-raciais na composição da sociedade e no mercado de trabalho locais;
- Comparar os rendimentos entre trabalhadores negros e brancos, ocupando a mesma função, analisando a partir daí as possibilidades de apropriação espacial decorrentes das respectivas características;
- Discutir se as condições de trabalho e os baixos rendimentos auferidos à população negra podem ser considerados um indicativo de espaços socialmente marginalizados.

Nessa perspectiva, procuraremos adotar uma linha de apreciação teórico-metodológica a fim de embasar o exame feito acerca do objeto de nossa pesquisa. Como mostrado, a presente pesquisa pode ser compreendida, em caráter geral, como a busca pelo entendimento da influência de questões raciais no mercado de trabalho de Juiz de Fora, em especial, da conexão dos grupos raciais enquanto força de trabalho e sociedade no desenvolvimento da cidade. Para isso, restringiu-se a análise ao período dos anos 2000 até a atualidade, relativo às mudanças mais recentes na busca por igualdade e justiça social.

Busca-se, com isso, realizar uma pequena contribuição para com a leitura geográfica sobre as interações das questões raciais com o espaço - o que representam as relações entre os componentes raciais, governamentais, econômicos e sociais para a produção do espaço urbano local.

## **O conceito base e o método de análise**

Este trabalho tem como categoria conceitual fundamental o espaço. Reconhecemos o espaço como a categoria que melhor abarca o objeto de nossa pesquisa: as questões raciais no mercado de trabalho. Todavia, é sabido também que a análise do espaço pode articular-se a outras categorias da Geografia. Assim o exame feito sobre a interação das questões raciais no mercado de trabalho e o espaço pode apresentar elementos advindos de outras categorias conceituais em condição acessória à compreensão da realidade espacial - quando utilizadas nesta pesquisa, as categorias acessórias serão analisadas particularmente.

Salientamos que tal posicionamento está relacionado ao entendimento do espaço como categoria não separada das outras, de modo que, ao se aproximarem os demais conceitos com o de espaço, contempla-se sua percepção como um todo, o que uma análise por partes não possibilitaria devido à diminuição do sentido de outras vertentes como o espaço urbano e as paisagens urbanas em seus diversos recortes temporais. Isso ocorre a partir da materialização dos elementos das outras categorias geográficas sobre o próprio espaço.

Frente à concretude de nosso objeto de pesquisa, o entendimento do espaço passa pela exposição do modo de produção baseado numa cultura historicamente racista em que as relações de classe se valem de diversos fatores, entre eles a raça, para alimentar a acentuação das desigualdades de condições entre os trabalhadores dos diferentes grupos raciais. Como consequência, as contradições encontradas nos recortes da paisagem e encaixadas na perspectiva proposta pelos objetivos da pesquisa conduzem a uma leitura geográfica sobre o desenvolvimento do próprio espaço urbano.

Dessa maneira, a pesquisa apresenta a necessidade da adoção de um método que se articule adequadamente com nossa fundamentação teórica e dados empíricos obtidos através de trabalho de campo. É pelo método, que estabelecemos uma síntese entre as experiências dos trabalhadores sobre o racismo no mercado de trabalho, as teorias sobre relações de produção encontradas nos livros e dados de pesquisas socioeconômicas obtidos tanto por análises censitárias de órgãos governamentais quanto por nosso próprio trabalho de campo. Essa síntese fica evidenciada na abordagem geográfica de nossa pesquisa, principalmente em relação à importância dos processos sociais e suas contradições no modo de produção do espaço.

A dialética nos serve como base para uma leitura geográfica, tendo em vista o caráter dinâmico da produção do espaço, originado da interação entre esse espaço e os processos



históricos, como coloca Lefebvre (2016). Cordovil (2013, p.38) afirma que “as contradições do espaço na sociedade e na prática social não devem ser analisadas unicamente num método formal, reiterando a necessária abordagem crítica e dialética do objeto”. Segundo a abordagem desse autor, o método dialético é o que melhor assiste a uma leitura dinâmica dos diversos aspectos do desenvolvimento do modo de produção sobre o espaço.

Baseado nas construções de Marx e Engels, Gil (2008, p.13) coloca o entendimento da dialética como “um método de interpretação da realidade” em virtude de seus três princípios fundamentais: a unidade dos opostos, quantidade e qualidade e negação da negação. Como método de interpretação da realidade a dialética está conectada à apuração das estruturas sobre as quais o espaço está apoiado. No caso desta pesquisa, deve-se levar em conta a dialética sobre as práticas sociais e culturais baseadas nas questões raciais, as questões políticas e econômicas como partes de um arranjo espacial.

Escolhidos e apresentados o conceito e o método em que o presente trabalho está fundamentado, passamos à próxima etapa da pesquisa. Essa etapa consistiu na realização de trabalho de campo como parte do experimento empírico, inerente ao nosso problema. Nada mais oportuno que checar in loco a ocorrência das hipóteses levantadas durante a construção teórica e verificar semelhanças e diferenças em relação ao que foi colocado. Por essa razão prosseguimos com a coleta de dados em campo.

A coleta dos dados utilizados na pesquisa foi realizada em algumas etapas de acordo com Lakatos (2003). Em um primeiro momento realizamos a coleta documental sobre a qual se apoia toda a base teórica da pesquisa. As obras levantadas nessa fase da pesquisa estão relacionadas às dinâmicas socioespaciais da Geografia e à temática racial. A coleta documental também contou com a busca por dados de fontes estatísticas e reportagens de jornais que forneceram informações específicas sobre a temática do trabalho em escala nacional e local.

A etapa seguinte consistiu na observação do público alvo da pesquisa, a força de trabalho local. A observação incidiu sobre as características do mercado de trabalho e dos próprios trabalhadores. Em particular nos chamou atenção a diferença na participação de determinados grupos raciais dependendo da atividade laboral exercida. Com algumas impressões obtidas passamos à coleta de dados junto a população da cidade, em especial os trabalhadores. Nesse sentido, realizamos dois processos separados: a aplicação de questionário (Anexo 1) junto aos trabalhadores e a entrevista (Anexos 2, 3 e 4) junto a representantes de

Organizações da sociedade civil (Osc), que militam pela causa negra, e, ainda, ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).

O questionário foi pensado e elaborado a fim de se obterem informações quantitativas sobre os trabalhadores juiz-foranos. Optamos por adotar a aplicação por realizar uma pesquisa de amostragem em virtude do número elevado de trabalhadores. O tamanho da amostra foi extraído através da fórmula de cálculo do tamanho de amostra ( $n = \frac{N.Z^2.p.(1-p)}{Z^2.p.(1-p)+e^2.(N-1)}$ ), como o apresentado em Fontelles, Simões, Almeida e Fontelles (2010). O resultado desse cálculo gerou um número de 32 trabalhadores que foram escolhidos aleatoriamente. Os critérios estabelecidos para a escolha desses trabalhadores foram o grupo racial, a situação no mercado de trabalho e as atividades laborais exercidas.

Os questionários, em sua maioria, foram aplicados durante o trabalho de campo na região central da cidade, sendo que alguns foram aplicados com o intermédio de terceiros em determinadas empresas. Como resultado, a análise dos dados gerou gráficos e tabelas que nos serviram para indicar em números as diferenças de condições entre os grupos raciais de trabalhadores em relação aos aspectos usados como critérios de seleção dos selecionados para a aplicação dos questionários, além de propiciar comparações com os dados obtidos das fontes estatísticas.

Nosso trabalho procura discorrer sobre as questões raciais e sua relação com o mercado de trabalho em Juiz de Fora no período de 15 anos, período em que ocorreram as primeiras iniciativas de promoção da igualdade racial até a atualidade, ou seja, dos anos de 2003 a 2018. Todavia recorreremos a alguns outros recortes temporais dos séculos XVIII, XIX e XX com a função demonstrativa sobre alguns elementos históricos que perduram na Juiz de Fora atual.

A configuração do trabalho desenvolveu-se por três capítulos que discutem, cada um deles, com abordagens de itens específicos que se complementam, o problema levantado e os objetivos propostos.

No primeiro capítulo, intitulado *Espaço, Trabalho e Relações Raciais*, procuramos construir uma relação entre a categoria conceitual espaço, o trabalho e as questões raciais. Para isso, apresentamos a importância do trabalho enquanto atividade remunerada, na produção do espaço. Assim, articulamos as atividades de trabalho às relações que envolvem as referidas atividades e às questões que levam os distintos grupos raciais a participarem dessa produção de maneiras desiguais – desiguais, não apenas no que concerne às remunerações, mas à ocupação de postos de trabalho em cada setor da economia urbana. O ponto em questão

refere-se à desigualdade de condições sociais, econômicas e políticas de produção que as atividades de trabalho influenciam. Buscamos mostrar como a divisão do trabalho social no espaço urbano e a forma como as questões raciais servem como parâmetro de leitura da distribuição dos trabalhadores em função do grupo racial a que pertencem, seja essa distribuição relativa à atividade laboral desempenhada ou à situação do trabalhador no mercado de trabalho. Nesse capítulo apresenta-se a noção de segregação espaço-racial que embasa este trabalho, suas diferenças em relação às construções sobre segregação já conhecidas e sua interferência no mercado de trabalho e conseqüentemente no próprio espaço urbano.

No segundo capítulo, intitulado *A inserção do negro em Juiz de Fora*, buscamos apresentar os relatos históricos da introdução do trabalhador negro na dinâmica produtiva da cidade. Traçamos um breve comentário sobre o trabalhador negro (em sua condição de escravo e liberto) em alguns dos ciclos produtivos locais. Esse capítulo contém também uma apreciação sobre o controle social exercido contra a população negra através de políticas advindas de ideologias higienistas durante o século XX e os desdobramentos sobre esse grupo. Além disso discutimos sobre como se deu a contribuição desse grupo racial na formação territorial do país e na cidade, tratando também sobre as estratégias racistas que interferiram nesse quadro.

O terceiro capítulo, intitulado *O lugar do negro no mercado de trabalho*, analisa os dados relativos à caracterização das condições do trabalhador no mercado de trabalho local. Essa análise é pautada em apontamentos sobre as diferenças entre os grupos raciais e discorre sobre as conseqüências das desigualdades nas condições socioeconômicas e relacionando-as à ocorrência da segregação espaço-racial.

A parte final do trabalho procura mostrar as considerações finais. Discorreremos sobre o desenvolvimento dos temas ao longo do trabalho, tentando estabelecer um fechamento para as questões inerentes a ele, o que não significa o esgotamento do tema. Esta pesquisa tem como intuito principal contribuir para a discussão acerca das desigualdades existentes entre os trabalhadores de grupos raciais distintos. Trata-se de mais uma dentre as várias iniciativas, seja popular ou acadêmica, de suscitar o debate sobre as situações infligidas à população negra brasileira.

## CAPÍTULO 1

### ESPAÇO, TRABALHO E RELAÇÕES RACIAIS

*“É impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características”.*

*(Erminia Maricato)*

Nas últimas décadas, em especial durante o período do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), percebemos no Brasil um princípio de combate às desigualdades sociais históricas. Graças a um conjunto de políticas sociais que aumentaram o acesso a direitos constitucionais, nesse período houve uma diminuição da pobreza, o que impactou diretamente a população negra. Desde a abolição da escravidão, o grupo racial negro permaneceu sistematicamente mais exposto à pobreza e à miséria ao passo que o desenvolvimento econômico e urbano brasileiro avançou à custa da exploração da força de trabalho desse mesmo grupo ao longo dos mais de 130 anos após a promulgação da lei. Nesse processo de desenvolvimento, vemos as tensões raciais crescendo num ritmo similar ao que cada vez mais negros abraçam sua negritude em função de uma consciência enquanto minoria, em parte incentivada pelo aumento do acesso desses negros ao ensino superior. Ainda assim, mesmo com a notória melhora nas condições sociais do grupo racial durante os governos do PT, os negros ainda estavam longe de alcançar a tão sonhada justiça social que tais medidas almejavam.

Em pesquisas recentes como Oxfam (2018), fica evidente que, após mais de uma década, a desigualdade social voltou a crescer. As medidas de intervenção econômica, social e política de Michel Temer (sucessor de Dilma Roussef após o impeachment de 2016) contribuíram para o aumento da concentração de renda, o aumento do desemprego, a retirada de direitos trabalhistas e a diminuição do poder de consumo da população brasileira. Tendo em vista que medidas desastrosas atingem as classes de maneira progressiva, afetando mais quem está em piores condições dentro do sistema, podemos deduzir que o grupo racial negro foi o mais impactado dentro da classe trabalhadora.

A desigualdade perpassa a precariedade das condições de existência e aspectos de direitos políticos e ascensão econômica, afetando inclusive as possibilidades de produção e

uso do espaço urbano. A configuração da força de trabalho negra é um exemplo, em virtude da acentuação das diferenças históricas de condições socioeconômicas, pelo uso do racismo, que coloca o negro na base da estrutura social brasileira.

Por gerações, o trabalhador negro foi submetido a condições laborais desiguais em relação ao branco. O mundo do trabalho acaba por servir de amostra do que se encontra na sociedade, tanto na reprodução das relações sociais quanto na reprodução do próprio espaço urbano. Na tentativa de promover o entendimento sobre essa ocorrência, precisamos primeiro observar, através de elementos históricos e geográficos, a relação entre os grupos sociais no espaço urbano. Temos como intuito identificar as marcas visíveis e invisíveis do racismo nesta cidade, constituídas a partir da convivência entre tais grupos.

Os signos geográficos, colocados aqui como marcas na paisagem urbana que salientam as diferenças de condições atuais dos respectivos grupos, são as formas de manifestação dessa relação em tempos pretéritos, as quais influenciam diretamente na formação de signos futuros. A compreensão de tais signos através do exame de processos relativos à produção do espaço e das relações sociais, além do modo de produção econômica de cada tempo específico, permitirá reunir elementos para traçar um diagnóstico sobre nosso caso em especial.

A interpretação das questões raciais como elemento diferenciador dos trabalhadores traz, à paisagem urbana, um novo significado. Questões raciais rotineiramente permeiam discussões relativas a problemas da sociedade. As questões sociais constituem elementos da organização espacial à medida que servem como a representação material da sociedade em interação com o espaço, como em Corrêa (2000).

Nesse sentido, para que se compreenda a evolução na organização espacial, faz-se necessária a reflexão acerca das propriedades que estipulam certo formato à produção do espaço. Aqui nos referimos à maneira como se desenvolve a produção do espaço em função de elementos estruturais não variáveis ao longo do processo. Tal circunstância viabiliza o cenário em que o modo de produção do espaço seja replicado em outros momentos além daquele que reuniu as condições elementares originais de sua constituição, especialmente quando relacionadas às estruturas produtivas, sociais, políticas e territoriais que interagem com o espaço em questão.

Sobre isso, Bernardes (2014, p. 241) afirma que “à medida que são introduzidas mudanças em um âmbito, os demais devem adequar-se para que não se rompa o equilíbrio e se supere o conflito”. Ou seja, as alterações relativas aos elementos componentes do modo de

produção do espaço tendem a ser compensadas pelas estruturas que interagem sobre o mesmo. Assim como as mudanças nas estruturas são compensadas pelo modo de produção do espaço, através da manutenção de sua organização interna. Bernardes (2014, p. 241) cita que

As transformações sociais devem encontrar correspondência na adequação espacial, sem a qual não é viável a manutenção da estrutura social, o que justifica a consideração do espaço como uma variável significativa no estudo das relações sociais. Portanto, a tecnologia explica o espaço e este explica a sociedade, já que cada formação social é ao mesmo tempo formação espacial, onde o sistema de produção e reprodução social, a organização e a oposição de classes sociais estão materialmente impressos.

Compreendemos que a concepção de organização espacial da autora também leva em consideração a significância das práticas sociais abstratas como elementos do modo de produção, mesmo sem citá-las. Em função do seu caráter subjetivo, essas práticas sociais não são passíveis de sistematização, dada a peculiaridade de seu modo de ação. Mas devem ser também relacionadas como forma de assimilar sua participação na formação do espaço como as práticas sociais concretas. Sobre essa questão, Bernardes (2014, p.244) menciona que “a construção do espaço é, na aparência, um fato técnico, mas na essência, um fato social”. Aqui, o fato social contribui com o modo de produção do espaço com os elementos variáveis e imprevisíveis, enquanto o fato técnico contribui para as estruturas.

Como fato social, as questões raciais historicamente conduzem os trabalhadores a condições díspares em função do grupo racial a que pertencem. Circunstâncias adversas colocam o trabalhador negro em condições deletérias: elas dão um tom de inferioridade à qualidade das atividades realizadas por esse grupo específico - vale frisar que esse processo tem sentido mais amplo que somente a execução do trabalho. Pela histórica cultura racista do país, as atividades de trabalho exercidas por negros são postas na base da hierarquia racial – temos, por exemplo, as constantes associações culturais do trabalhador negro como preguiçoso - consequências documentadas do acesso tardio do negro aos direitos sociais.

A situação diferenciada da população negra exprime uma conjuntura que naturaliza a desigualdade de condições encontradas por esses trabalhadores em relação à carga horária que, pelo menos, equipare seus rendimentos aos dos trabalhadores brancos. Por consequência, essa desigualdade se transfere a outros planos, interferindo no exercício pleno da cidadania, diminuindo sua representatividade nas esferas de poder e aumentando a participação dos mesmos na parte mais baixa da estrutura social brasileira. Este mecanismo contribui para a percepção do negro em áreas e situações precarizadas e marginalizadas na dinâmica da cidade.

A exemplo desse tipo de ocorrência evidencia-se a distribuição racial por postos de trabalho entre os setores de atividade econômica. Mesmo em postos de trabalho em que há nivelamento da qualificação profissional de ambos os grupos raciais, percebe-se a menor presença de negros em cargos que exijam maior especialização. Se levada em conta a proporção entre o tamanho da população e o número de trabalhadores nesses cargos, a presença de trabalhadores negros é baixa.

A ocorrência mais comum é a de trabalhadores negros ocupando vagas de trabalho em que se exija qualificação mínima, mesmo que esses sejam preparados para exercer atividades mais elaboradas. Outro dado alarmante é o crescimento da presença negra entre os trabalhadores ambulantes na cidade, sendo hoje o grupo racial em maior número na atividade. É comum que essa situação aumente em tempos de crise econômica e desemprego. Porém, a naturalização dessa condição de trabalho esconde a forma de sobrevivência para aqueles cuja inserção no mercado de trabalho em vagas formais de emprego é mais restrita, o que corrobora a hipótese de que as questões raciais interferem diretamente na inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, constituindo um fator diferencial velado quando envolve candidatos com qualificação profissional semelhante.

Paralelamente, a mesma condição desigual também seria responsável por interferir em outros direitos sociais da população negra, o que contribui inclusive para a perpetuação de uma noção de segregação que, em nossa opinião, apresenta características diferentes das já conhecidas. Vale ressaltar que não há aqui intenção de se criar uma conceituação nova de segregação, pelo contrário, buscamos uma leitura diferente do conceito preservando a essência de sua função. Assim, enquanto a literatura descreve as formas de segregação como a separação física de grupos sociais, a noção de segregação que empreendemos não está pautada necessariamente na separação física dos grupos raciais. Ela se constitui pela subjetividade inerente às questões raciais, às diferenças de condições que constituem uma separação por muros feitos do racismo e da desigualdade em suas mais amplas variações, tão sólidos quanto os muros feitos de tijolos. Como se pode perceber, o fato de a noção de segregação proposta ser originada a partir de uma prática social subjetiva não impede que a mesma se constitua materialmente. Na verdade, essa pretensa subjetividade nos permite avaliar a distância de separação segundo a visão dos próprios trabalhadores.



## 1.1. UMA REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A Geografia, em sua perspectiva de Ciência Social, produz seu conhecimento a partir da interação entre suas categoriais conceituais (em nosso caso, o espaço) com a sociedade. Corrêa (1995) inclusive aponta a sociedade como objeto de estudo da Geografia através dos seus conceitos-chave, frutos das ações do homem em transformar a superfície terrestre. Dessa forma, a origem compartilhada entre os conceitos-chave (espaço, lugar, região, território e paisagem) elencados por Corrêa (1995) preserva em si a importante relação existente entre eles, mesmo diante das diferentes interpretações sobre os referidos conceitos no âmbito da ciência geográfica.

Compreendemos que, em função dessa relação íntima entre as categorias conceituais da geografia, a interpretação e o exame da realidade se dão através de elementos compartilhados e conflitantes do espaço e as categorias acessórias. Cordovil (2013) aponta tal condição entre elementos compartilhados e conflitantes como o produto materializado da dialética existente no próprio pensamento geográfico como traço fundamental da constituição da mesma como ciência social. Cordovil (2013, p.36) indica que

Dessa forma, ao propormos uma análise do espaço, inserido em uma dinâmica produtiva regional, entendemos este como reflexo das relações sociais que se estabelecem no interior do modo de produção capitalista, ou seja, fruto da produção social capitalista, constrói e reconstrói no espaço as estruturas que evidenciam a divisão social e espacial do trabalho.

Em outras palavras, o entendimento do todo (o espaço) necessita da leitura que rumo em direção às partes (as outras categorias) para então, com as experiências adquiridas nelas, retornar ao todo. Todavia Cordovil (2013) alerta sobre a falsa impressão da realidade como uma, já que, segundo o autor, tal noção não considera toda a verdade.

Assim a pesquisa de Cordovil (2013, p. 37) considera as “formas de produção do espaço como evento intimamente articulado à dinâmica de classes sociais e as materializações de suas relações historicamente constituídas”. É possível construir, conforme os aspectos apresentados pelo autor, um exame que contemple a perspectiva geográfica da realidade, sobretudo seu caráter espacial. Dessa maneira é possível discorrer sobre as relações e interações formadas como consequência de seu modo de produção.

As considerações de Henri Lefebvre em sua obra *O direito à cidade* nos servem como base ao entendimento sobre o espaço urbano. Suas ideias nos levam a entender o sentido que a produção do espaço toma para a geografia urbana, em especial, para a clareza



sobre as ideias de construção e apropriação do espaço urbano. Ana Fani A. Carlos (2011, p. 54), influenciada pelas obras de Lefebvre e de Karl Marx, menciona as mesmas como “uma orientação teórico-metodológica, a partir da qual é possível construir uma ‘análise da realidade’, prolongando o pensamento dos autores, como movimento de superação, a partir da Geografia”. No campo da discussão sobre a produção do espaço segundo um movimento dialético, a autora aponta que:

A noção de produção, na perspectiva analisada por Marx e Lefebvre, permite reconstruir o movimento do conceito geográfico, a partir da materialidade incontestável do espaço, para buscar os conteúdos mais profundos da realidade social em direção à descoberta dos sujeitos e suas obras (CARLOS, 2011, p. 58).

Para Lefebvre (2000, p. 5), o espaço se constitui como produto social. Contudo, o filósofo dialoga que “o espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio ou então, como os ‘produtos’, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer”. O autor constrói a sua concepção de uma produção do espaço atrelada à evolução da atividade social, que se apresenta num movimento contínuo.

Carlos (2011) trata as diversas nuances do espaço geográfico, sobretudo o espaço social. A autora associa o modo de produção ao modo como o homem (constituente da sociedade), realiza a transformação da natureza de maneira a produzir e reproduzir o espaço. Outro ponto importante colocado é o reforço sobre sua visão de que a reprodução da sociedade deve ser encarada num contexto de totalidade, ou seja, contabilizando sua face espacial, a face do mundo do trabalho, dentre outras faces que vão além de uma vertente de reprodução ligada apenas à concepção econômica da mesma. Somada a essa perspectiva, a autora trabalha com o entendimento de que o processo de reprodução da sociedade deve ser visto em conjunto com seus agentes formadores, assim como ocorre no processo de produção do espaço. No que tange aos processos de produção e reprodução da sociedade, é necessário entender que ambos são inerentes à própria produção do espaço, ou seja, a dinâmica social compreende a própria dinâmica espacial.

Alguns elementos sociais componentes dos atuais recortes espaciais contribuem com o modo de produção atual por se tratarem de resquícios de modos de produção de diversas temporalidades. Isso ocorre pois segundo Santos (1991, p. 138), esses modos de produção que “por intermédio de suas determinações (...) criam formas espaciais fixas, podem desaparecer (...) sem que tais formas fixas desapareçam”, o que nos propicia uma estratigrafia das diversas conjunturas sociais que se sobrepuseram no espaço ao longo do tempo. Assim as análises

sobre o espaço são baseadas na interação entre os aspectos sociais fixos de tempos pretéritos e da atualidade com o próprio espaço.

Aqui se estabelece uma situação em que é necessário recorrer a esses elementos fixos no entendimento de como as questões raciais interferem na produção do espaço geográfico, sobretudo o espaço urbano, de forma que a análise parte dos desdobramentos da interação entre os trabalhadores negros e o mundo do trabalho. Em ato contínuo, os reflexos são sentidos na sociedade e na produção e reprodução do espaço urbano.

Segundo Santos (1991, p.138), os elementos de tempos pretéritos “nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados”. Compreendemos que a dinâmica entre as relações de origem social rege o desenvolvimento do processo de produção e reprodução do espaço urbano e do capital a partir de diversos fatores, dentre eles o que ocorre no mundo do trabalho. Tais fatores não ficam limitados às relações de trabalho, à sociedade ou ao capital. Eles nos são apresentados pela perspectiva da contradição existente entre o espaço em sua totalidade em contraposição às suas partes constituintes.

É necessário, então, que se discorra acerca de como o mundo do trabalho se reproduz ao espaço, de modo a ser parte importante do mesmo numa visão de totalidade. No contexto da sociedade capitalista, espaço, sociedade e mundo do trabalho são produzidos no seio de relações capitalistas de produção. O espaço, porém, é, ao mesmo tempo, produto, meio e condição da produção capitalista. A interrelação espaço, sociedade, capital e mundo do trabalho gera contrastes e tensões entre os diferentes grupos raciais e seus membros, sobretudo, quanto ao objetivo de reprodução do capital e extração da mais valia a partir das condições diferenciadas de exploração do trabalho.

Como consequência da lógica de produção do capital na dinâmica anteriormente citada, a força produtiva – o trabalhador - se torna a peça-chave do trabalhador. Nesse sentido, as relações econômicas e sociais estabelecidas no mundo do trabalho deixam suas marcas no espaço com sentido similar ao que Santos (2014) apresenta como fixos. Essas marcas são reflexos materializados da produção e reprodução do espaço, de modo que evidenciam elementos de tempos pretéritos que se mantiveram dentro da atual organização espacial. A maneira como essas marcas estão dispostas sobre o espaço conduzem às interações entre os grupos raciais e sua relação de produção da cidade.

Assim, a cidade, a sociedade e o mundo do trabalho locais serão produzidos no âmbito das relações capitalistas que ali se desenvolvam. O mundo do trabalho, tal como se configura, é parte integrante de uma sociedade determinada histórica e geograficamente por relações capitalistas. Sendo assim, o capital estimula as relações sociais, facilitando a ocorrência dos processos de exploração. As rugosidades espaciais entram nesse cenário evidenciando como os diversos tempos históricos intervêm na exploração da força de trabalho e na formação da própria sociedade.

A exposição do conflito dos grupos sociais tem retida em si um mosaico de paisagens que remetem ao modo como esses grupos acessam a cidade. Para tanto, é preciso entender o que é a cidade e as contraposições existentes entre a ideia de cidade e a ideia de espaço urbano.

### **1.1.1. Considerações sobre a cidade e o espaço urbano**

Definir a cidade é algo que envolve certa complexidade. Historicamente esse tipo de caracterização busca padronizar fenômenos de ocorrência comum. A ciência é baseada nessas construções sobre o que é geral para então buscar as particularidades de cada objeto analisado - inicialmente, elencamos uma série de objetos com perfil comum para conceituá-los.

Experimentamos características e situações que tornam cada objeto único se comparado aos outros objetos do grupo em que sua conceituação foi inspirada. A complexidade em delimitar a cidade vem daí: cada cidade tem origem em uma série de fatores de ordem histórica pertinentes à sua formação territorial. Tais fatores fazem sua configuração e desenvolvimento se darem de formas diferentes, apesar de a essência ser semelhante em todas elas.

De maneira geral, as cidades têm como função ser “local de mercado”, como citado por Souza (2007). Levando em conta que nem todo local de mercado constituirá uma cidade, o fato de as cidades serem locais de mercado se dá pela constância em que as mesmas servem para reunir ou dispersar mercadorias. Por reunir todo tipo de atividade econômica, em produtos ou serviços, a cidade exerce um status de centralidade em relação a outras localidades.

Tal situação é condicionada segundo a importância da cidade em face da concentração de atividades econômicas e de acordo com a escala em que a centralidade de cada cidade está inserida. Quanto à sua função de assentamento da força produtiva e

fornecedora dos serviços, verifica-se uma condição inversa à centralidade. Souza (2007) cita que a cidade como assentamento se encontra em condição centrífuga, que leva a população a se estabelecer no entorno da localidade central de mercado.

Em relação ao uso do solo, a cidade é o local em que se privilegiam, segundo Souza (2007, p. 27), “atividades não-agrícolas”, isto é, aquelas atividades inerentes à indústria ou manufatura. Segundo o autor, a questão da fertilidade não é levada em conta, ao contrário do que acontece com o solo rural. O solo urbano, por sua vez, é pensado e utilizado a partir da localização de cada terreno, tendo em vista o que se estabelecerá sobre ele. Nessa lógica, a cidade é tida como o espaço que concentra todos os tipos de produção e de relações, sua condição enquanto centralidade contribui para que a cidade gerencie o que sucede dentro de seus limites de influência.

Devemos ressaltar que cidade e espaço urbano não são sinônimos. Na medida em que o espaço urbano compreende toda a área em que ocorrem as produções e as relações de ordem urbana - o urbano engloba a cidade toda, além de parcelas (conteúdos) do campo, logo, do rural. Já a cidade é expressão física do urbano - além de sua materialidade implícita, diz respeito a relações, valores, modos de vida, visões de mundo, dentre outras. A cidade engloba o espaço urbano e o espaço rural. Uma concepção atualizada aponta para a fusão entre urbano e rural, sendo difícil estabelecer uma visão separada dos mesmos. A cidade submete o campo, assim como submete também a indústria. Vale lembrar que a divisão territorial do trabalho entre cidade e campo é extremamente desigual. Dentro da cidade, é possível que ambos possam coexistir, sua delimitação se dá através de limites físicos ou legais, todavia, compreender as relações e os processos de produção inerentes à cidade só é possível se compreendemos sua ocorrência no espaço urbano.

Levando em conta a influência do aspecto histórico, que atua de maneiras díspares sobre o espaço e a sociedade, serão abordados aqui os agentes da produção do espaço na medida em que, devido à sua importância no processo, é imprescindível que saibamos quais são e que funções exercem no contexto de produção socioespacial.

Primeiramente, como já se adiantou, espaço urbano e cidade têm significados distintos. Segundo Carlos (1994), o espaço urbano se coloca como concentração, sobretudo concentração ligada ao acúmulo do capital. A cidade se conecta ao espaço urbano como um instrumento para que essa concentração ocorra. Mas o significado da cidade vai além, por ser um construto social e histórico. No contexto contemporâneo, as construções feitas a partir da correlação entre espaço urbano, cidade e capital transmitem a impossibilidade de discuti-los

separadamente sem nenhum envolvimento de um sobre o outro, embora deva-se ter em mente que as ideias sobre esses conceitos vêm de tempos históricos diferentes, sendo o conceito de cidade anterior ao de espaço urbano e de capital.

Carlos (1994) ressalta que o urbano ultrapassa a ideia de concentração do processo produtivo, uma vez que representa uma gama de aspectos da sociedade como as determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Tais ações, em si, permitem caracterizar o urbano como algo maior que somente concentração de pessoas: é possível, dessa forma, envolver os hábitos histórico-culturais que regem a referida sociedade no momento reportado.

### **1.1.2. Mundo do Trabalho e Mercado de Trabalho**

Ao urbano está incorporada a noção de mundo do trabalho. O mundo do trabalho é o passo seguinte à atividade do homem em transformar a natureza, o que conhecemos mais intimamente como trabalho. No mundo do trabalho estão envolvidas relações produtivas, sociais e materiais que perpassam a restrição contida em somente enxergá-lo pela ótica do exercício de atividades laborais. O trabalho está intimamente ligado ao homem ao longo de seu tempo sobre o planeta. Segundo Lima (2004, p.36),

O trabalho demonstra hoje formas contemporâneas de vigência, nova configuração de classe trabalhadora, inovadas formas de interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre o sistema fabril e de serviços, entre as laborativas e de concepção e entre o conhecimento científico.

Desde o homem pré-histórico, com o estabelecimento das funções de trabalho dentro dos grupos, até a constituição de sociedades - onde o trabalho foi pautado muitas vezes por regimes de escravidão ou servidão - o modo de produção serve como organizador das atividades de trabalho. Tais regimes são originados de diversos fatores da organização de cada sociedade particularmente, como por exemplo, a escravidão ocorrida na Grécia antiga, que tinha características diferentes da escravidão que durou mais de três séculos no Brasil. Joly (2005) discorre sobre a ocorrência da escravidão greco-romana como algo além do viés econômico, como parte atuante da organização social, cultural e política do mundo antigo. A diferença mais evidente em relação ao caso brasileiro está na perspectiva de um sistema econômico colonial baseado no mercado de escravos. Apesar das diferenças, esses regimes de

trabalho estão inseridos no mundo do trabalho, que também é permeado por valores culturais e sociais.

O mundo do trabalho nos serve de amostra da conjuntura histórica da sociedade. Nele estão reproduzidas as mesmas determinações sociais, políticas, ideológicas e jurídicas imbricadas na sociedade em virtude da influência temporal. Para Woleck (2002, p.35),

A lógica do trabalho perpassou a cultura, o esporte e, até mesmo, a intimidade. Todas as atividades humanas passaram a ser foco de negócios ou tornaram-se oportunidades para alguém ganhar dinheiro, lógica que se apoderou de todas as esferas da vida e da existência humana.

Vale ressaltar a distinção entre mundo do trabalho e mercado de trabalho, em que o primeiro se caracteriza por ser a junção de todos os tipos de relações que envolvem o trabalho, como dito anteriormente. Já o segundo, trata, dentre outros, da relação que envolve as ofertas de emprego e da procura dessas vagas de emprego por parte dos trabalhadores. Sua ocorrência está ligada a indivíduos e a instituições públicas ou privadas que propiciam a criação de empregos de acordo com demandas produtivas, econômicas e espaciais. Os primeiros relatos acerca do “mercado de trabalho” ocorreram na revolução industrial, e trouxeram à tona uma dimensão espacial onde a força de trabalho é produto comercializado. O mercado de trabalho representa a expectativa de obtenção de renda para grande parte da sociedade.

Através das atividades laborais, o trabalhador pode garantir rendimento para suprir suas necessidades, parcial ou totalmente, durante período limitado de tempo, em âmbito individual ou familiar – tais atividades vão garantir a continuidade do ciclo produtivo da economia. Como uma das bases do sistema capitalista, o mercado de trabalho engloba estruturas de produção de bens e serviços, assim como as estruturas que garantem a distribuição dos mesmos. Woleck (2002, p. 36) cita que:

Na sociedade centrada no mercado dos nossos dias, como já foi dito antes, o emprego passa a ser o critério que define a significação social dos indivíduos. Com o estabelecimento da divisão do trabalho, o homem vive numa base de troca. Isso lhe garante, por meio do exercício do emprego, os bens e serviços de que necessita, pois recebe em troca um salário com o qual compra o que é necessário para sobreviver ou, pelo menos, o que seja possível adquirir para viver.

O mercado de trabalho abrange práticas sociais que interferem ou sugestionam os processos de ocupação de vagas dos trabalhadores - tais práticas fazem parte da estrutura social vigente e denotam as possibilidades dos diversos grupos sociais. Assim, o que ocorre

no mercado de trabalho é fruto de sua relação com a sociedade, numa troca contínua entre um e outro.

Carvalho, Silva e Holanda (2006) elencam alguns fatores que fundamentam a ocupação ou a vacância de um posto de trabalho. Segundo os autores, esses fatores são 1) a concorrência, que nada mais é que a relação entre as vagas oferecidas e trabalhadores dispostos a ocupá-las; 2) a competência, que se relaciona com a aptidão do trabalhador para exercer a função ofertada; 3) a qualificação profissional, referente aos processos de formação que garantiram ao indivíduo sua competência; 4) o lugar, levando-se em conta a localização da instituição para a qual o trabalhador prestará serviço, e o deslocamento desse trabalhador de sua moradia até o emprego; e, por fim, 5) a época em que a vaga é ofertada. Este elemento é fundamental para a maleabilidade ou rigidez dos aspectos anteriores.

Se considerarmos tais condições como critérios-chave do empregador para o preenchimento das vagas, é presumível a elegibilidade de qualquer trabalhador que se enquadre, entretanto a percepção a partir da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho explicita que alguns outros fatores são levados em consideração: fatores como raça e gênero podem servir como parâmetros no processo de contratação, inclusive acarretando a possibilidade de uma participação maior desses elementos extras que os colocados por Carvalho, Silva e Holanda (2006).

A construção desses autores considera um padrão de condições para contratar, cujo peso é igualitário entre as razões que hipoteticamente são os critérios mais relevantes, seguidos por todo e qualquer contratante no mercado de trabalho. Todavia, em vista da diversidade dos empregadores e das diversas práticas culturais discriminatórias que permeiam a sociedade e o mundo do trabalho, a exemplo de racismo e machismo, dentre outros, é difícil pontuar quais critérios realmente são preponderantes. Assim, os critérios adotados podem veladamente atender aos desígnios do empregador e não necessariamente aos do cargo, o que abre precedente para um quadro de desigualdades da situação dos trabalhadores, que não se resume à contratação e à colocação no mercado de trabalho. Tais desigualdades se estendem para aspectos como condições de trabalho, carga horária e renda, evidenciando inclusive a situação diferenciada dos trabalhadores quanto a suas condições de vida.

### 1.1.3. Entre os sujeitos e os agentes da formação do espaço

O capital como modo de produção/acumulação produz no espaço urbano o desenvolvimento de relações contraditórias oriundas da economia, como: pobreza, marginalização social, segregação, entre outras. Os vários recortes urbanos retratam a interação dos grupos sociais e do espaço num determinado momento, como uma fotografia. A união desses recortes se traduz em um mosaico que reproduz a paisagem urbana. O espaço urbano passa a atuar como condição e meio para o estabelecimento das relações que ocorrem na cidade.

Alinhado a essa concepção, Corrêa (1989, p. 9) vislumbra o espaço urbano como “fragmentado e articulado reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Corrêa aponta a desigualdade como característica mais marcante do espaço urbano devido às diversas relações constituídas no mesmo, assim como os mais distintos usos da terra. Segundo o autor, a morfologia da cidade seria resultado da interação entre espaço urbano e agentes sociais concretos.

Aqui se faz necessária a contextualização desses agentes, conceituando-os e identificando-os, uma vez que contribuem para a produção de um espaço cheio de contrastes e desigualdades. Tanto os agentes quanto o seu modo de atuação estão intrinsecamente ligados à reprodução do capital e às relações decorrentes do mesmo no mundo do trabalho e na cidade. De acordo com Corrêa (1989), resumidamente, podemos apontar três agentes atuantes no espaço urbano contemporâneo: a) os detentores do capital e grandes corporações, que atuam de maneira a reproduzir o capital existente, aplicando-o em atividades diversas, de modo que o processo de produção/reprodução do capital continue; b) os trabalhadores, que são empregados nas atividades que geram o capital, além de agentes que mantêm a economia ativa pelo seu papel de produtores/consumidores; c) o Estado, cuja função é intermediar a relação dos dois primeiros através de regulamentação, além de fornecer infraestrutura para que a produção continue a ocorrer.

É importante analisar estes agentes segundo sua forma de atuação. Inicialmente, eles procedem de acordo com uma conjuntura jurídica que regulamenta cada movimentação, todavia, dado o caráter de dominância de alguns desses agentes, a conjuntura jurídica denota certa parcialidade na defesa de seus interesses. Apesar de os agentes adotarem planos de atuação diferentes e muitas vezes conflitantes, o uso e a apropriação da terra os conecta resultando assim, no estabelecimento de variadas relações entre os mesmos.



Corrêa (1989) entende os agentes mencionados anteriormente como parte integrante de um modo de produção capitalista, o qual tende a usar o espaço como mercadoria à sua disposição. Nessa relação, não há equilíbrio de forças na participação de cada um dos agentes e, havendo competição entre eles, aqueles com maior potencial de exploração e com o maior capital disponível para investimento exercerão domínio sobre a situação que se configurar. Naturalmente, o acesso conflituoso ao espaço (mercadoria) dá origem a uma apropriação difusa e desigual do espaço (alocação).

Num paralelo com as definições apresentadas por Corrêa (1989), Carlos (2011) vincula a concepção de “sujeitos da produção” que, em semelhante circunstância, adotariam uma série de práticas e ações de produção e apropriação do espaço, entendendo que esses sujeitos de ação são:

O Estado, como aquele da dominação política; o capital, com suas estratégias objetivando sua reprodução continuada (e aqui nos referimos às frações do capital, o industrial, o comercial e o financeiro e suas articulações com os demais setores da economia, como o mercado imobiliário); os sujeitos sociais que, em suas necessidades e seus desejos vinculados à realização da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto de sua ação. Esses níveis correspondem àqueles da prática socioespacial real (objetiva e subjetivamente) que ganha sentido como produtora dos lugares, encerrando em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam num espaço-tempo determinado, como um processo de produção, apropriação, reprodução da vida, da realidade e do espaço em seus descompassos, portanto fundamentalmente em suas contradições (CARLOS, 2011, p. 64).

A abordagem adotada pela autora quanto a uma lógica na prática socioespacial mostra-se melhor no auxílio ao entendimento sobre atores sociais. Comparando os agentes de Corrêa (1989) aos sujeitos sociais de Carlos (2011), é possível perceber que uma abordagem pautada por sujeitos sociais se mostra mais abrangente que a rigidez contida na ideia de agentes. Mesmo que as duas conceituações nos deem a impressão de similaridade, a produção baseada em sujeitos sociais transmite um entendimento de autonomia de ações, enquanto a abstração de um agente indica atuação guiada por forças externas. Podemos estabelecer como diferença fundamental entre as concepções e também na abordagem dos autores, que apenas a de Carlos, influenciada por uma leitura Lefebvre e Marx, incorpora com correção uma perspectiva de classes na dinâmica de produção.

#### 1.1.4. As nuances do trabalho pela Geografia

Como citado anteriormente, a cidade e as relações originadas da mesma têm na categoria trabalho um espectro de sua concretização material. A categoria trabalho oferece à Geografia subsídios importantes para que se faça um exame capaz de desvelar a realidade ali contida. A busca por compreender as intervenções ocorridas pelo mundo do trabalho à cidade trazem à leitura geográfica novas perspectivas sobre o desenvolvimento social e urbano.

Segundo Thomaz Júnior (2003, p.1), a riqueza dialética contida no tema “nos permite entender as diferentes faces da relação capital e trabalho e, particularmente, as ações dos movimentos sociais, sobretudo aqueles comprometidos com a emancipação social da classe trabalhadora”. Com a recorrência do tema “Trabalho” na Geografia, Thomaz Júnior (2003, p.1) subordina seu viés analítico ao que chama de duplo nível de articulação da existência: “o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade/espço”. O autor aponta que:

Nos cabe refletir os limites analíticos e explicativos de um corpo científico que se propõe a apreender a dialética existente entre a dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, diante das transformações territoriais em marcha, da intensa fluidez da paisagem geográfica, pois há tanto a necessidade de refazermos os caminhos da interlocução com as demais áreas do conhecimento científico, quanto com outras formas de conhecimento.

Segundo ele, o metabolismo societário do capital precisa ser concebido como ponto de partida para se entenderem as conexões realizadas com o tecido social e suas subdivisões, além dos efeitos diretos sobre os trabalhadores e o mundo do trabalho. Segundo Thomáz Jr. (2003, p.2).

A cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmenta, complexifica e heterogeneiza o mundo do trabalho e todos os sentidos assumidos pela polissemização – promovem profundos rearranjos territoriais e conseqüentemente, redefinições locacionais do domínio espacial, e mexem profundamente com o universo simbólico e com a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, refletindo diretamente na crise por que passam os movimentos sociais populares em geral e, em particular, o sindical e o operário.

As novas tecnologias contribuíram para uma mudança em relação à organização do espaço urbano e, por conseguinte em relação à economia urbana e o mercado de trabalho. Com o advento da introdução da automação industrial, os vários tipos de transportes e a popularização dos sistemas de comunicação digital no fim do século XX, a distância espacial já não era mais um limitador na expansão do capital.

Harvey (2010) aponta que as inovações tecnológicas romperam barreiras espaciais, além de contribuírem com o processo de crescimento capitalista e amplificação da globalização. Todavia o autor faz uma ressalva quanto ao caráter contraditório desse fato: segundo Harvey (2010, p. 212) “as barreiras espaciais só podem ser reduzidas por meio da produção de espaços particulares (estradas de ferro, autoestradas, aeroportos, centrais telefônicas, etc.)”. Ou seja, a condição para a expansão do capitalismo sobre o espaço se dá a partir do investimento em infraestrutura. Thomáz Jr. (2003) faz apontamentos sobre a intervenção expansionista do capital sobre o mundo do trabalho - segundo ele, a interação entre os desdobramentos da expansão capitalista e tecnológica junto ao mundo do trabalho traz à tona.

Um conjunto de relações e de mediações específicas ao mundo do trabalho que nos permitem compreender a magnitude e a escala do processo de dominação do capital, fundado na busca constante da elevação dos índices de produtividade, dos melhores resultados econômicos e também nos procedimentos destinados ao exercício sempre feito da gestão e controle do trabalho em todas as instâncias da vida da classe-que-vive-do-trabalho, que são redefinidos pelas referências da reestruturação produtiva do capital (THOMÁZ JR., 2003, p.3).

Em consequência da reestruturação produtiva, acompanhada das ideias neoliberais do fim do século XX, temos uma nova forma de organização espacial nas cidades. Sua manifestação mais clara corresponde a embates de competitividade das empresas o que interfere em todas as manifestações relacionadas ao trabalho (espaciais, econômicas e sociais). São essas manifestações que resultarão nas formas de trabalho que se observam no século XXI, a partir das quais discutiremos a inserção do trabalhador negro na sociedade juiz-forana.

## 1.2. O MERCADO DE TRABALHO E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Chama a atenção o fato de que, no plano da distribuição racial no mercado de trabalho, ocorre a presença corriqueira de trabalhadores negros em determinadas atividades. Isso consiste na evidenciação do que é popularmente conhecido como “serviço de preto”. A origem da expressão remete ao período colonial quando era usada para caracterizar trabalho ruim, de menor valor e importância ou para depreciar atividades de serviço braçal, serviço doméstico ou atividades rejeitadas por trabalhadores brancos que julgavam esse tipo de trabalho indigno.

O fato de a expressão ainda ser usada revela a conservação da prática social que desprestigia o trabalhador negro já há tempos. Persiste também a difícil inserção de força de trabalho negra em algumas funções como cargos de chefia, ou postos estratégicos na indústria.

A existência de serviços de preto no mercado de trabalho moderno prova que fatores para contratações como os apontados por Carvalho, Silva e Holanda (2006) são preteridos por questões como a racial. Ou seja, por vezes, na iniciativa privada, o fator racial passa a frente das qualificações de trabalho apresentadas pelos candidatos aos postos de trabalho. Essas questões de raízes históricas são envolvidas em tensões entre grupos sociais cujo embate expõe as relações de domínio de determinado grupo sobre outro, este, historicamente oprimido.

Como consequência temos uma situação de vulnerabilidade desse grupo específico, já que ficam ameaçadas as garantias de vínculo formal de emprego e renda satisfatória para subsistência digna. As práticas sociais discriminatórias no mercado de trabalho demonstram que os interesses subjetivos diversos vão além do aspecto econômico: elas contribuem para as disparidades nas condições de trabalho e rendimentos dos trabalhadores dos grupos raciais, fora o fato de contribuírem para as desigualdades sociais que incidem sobre os referidos grupos.

As posições estrategicamente subalternizadas do trabalhador negro no mercado de trabalho exibem uma ordem social baseada na hierarquia social colonial. Mais do que isso, elas manifestam certo esforço das elites brasileiras em tornar comum a posição de subserviência desse grupo social, de maneira que serviços de preto sejam elemento naturalizado da paisagem urbana de Juiz de Fora e das demais cidades brasileiras. Manifestam também a influência ideológica que tem como consequência a vinculação dos negros apenas a atividades relativas ao serviço doméstico, aos serviços de limpeza e conservação, ou seja, aos serviços braçais em geral. A hierarquização racial da força do trabalho – especialmente no que concerne ao trabalhador negro na paisagem urbana, acarreta a situação de que esse grupo, em sua maioria, está inserido no circuito inferior da economia urbana.

Os circuitos da economia urbana fazem parte da teoria construída por Milton Santos para explicar os processos peculiares de urbanização em cidades de países em desenvolvimento. Santos (2014) discorre sobre os circuitos inferior e superior como componentes de um sistema econômico de produção em interação com o espaço urbano. O autor associa o circuito inferior ao plano que engloba atividades econômicas que requerem

menor complexidade para sua execução. Este circuito é baseado no empenho ativo da força de trabalho em suas funções, por se tratarem de atividades dependentes de esforço físico em sua maior parte. A tecnologia empregada é mínima e não determinante para seu funcionamento. Graças à condição de simplicidade, as atividades desempenhadas no circuito inferior demandam baixo custo de implementação, manutenção e execução.

Os trabalhadores que atuam no circuito inferior necessitam de pouca qualificação para as atividades que exercem, o que faz com que a remuneração dessas atividades seja menor, quase sempre alinhada ao mínimo exigido por lei. Assim, esse é o circuito em que a demanda de trabalhadores é sanada com menor dificuldade por conta da menor exigência de competências. Basicamente, a maior parte de funções de trabalho da categoria de ocupações manuais corresponde às características de atividades do circuito inferior, sobretudo os ofícios pertencentes ao setor terciário.

O circuito superior, por sua vez, incorpora as atividades de alta complexidade de execução e grande estrutura tecnológica empregada, além de dispor e movimentar grande fluxo de capital. Devido a esse conjunto de características, o circuito superior é constituído de instituições com alto poder de investimento. Esse circuito é mais seletivo quanto ao recrutamento de trabalhadores. Geralmente as exigências para a contratação envolvem trabalhadores com maior qualificação e especialização para as funções ofertadas. Em compensação, a remuneração das atividades é mais alta se comparada aos rendimentos pagos ao circuito inferior. Essas características ligam o circuito superior às atividades de trabalho do setor secundário.

Como se pode perceber, circuito inferior e superior configuram formas de sistematização das atividades de produção dentro de uma lógica de ordenamento espacial e econômico, estendendo-se também a outras operações como a logística, o comércio e o consumo. Os dois circuitos consistem em maneiras distintas encontradas pela economia urbana para organizar a produção, a distribuição, a comercialização e o consumo. A espacialização de ambos na cidade mostra como a interação dos mesmos é essencial ao seu funcionamento - ambos os circuitos só conseguem se estabelecer através de um funcionamento integrado, garantindo a unidade no funcionamento da dinâmica econômica da cidade mesmo que, por vezes, a conexão intercale ações de hierarquização e concorrência.

Mas qual seria a relação entre os grupos raciais de trabalhadores e a teoria dos circuitos da economia urbana? E qual seria a conexão entre os trabalhadores negros e o circuito inferior? Através da construção de Santos (1979) sobre a polaridade de lugares

luminosos e opacos da cidade, juntamente com as evidências da análise feita sobre a participação racial nos diversos seguimentos do trabalho em Juiz de Fora é possível traçar uma ligação entre os dois.

Assim como ocorre no circuito superior, os lugares luminosos remeteriam a áreas de grande concentração tecnológica, já os lugares opacos representariam áreas de menor necessidade de tecnologia empregada e conseqüentemente menor consumo de energia, de modo semelhante ao que acontece no circuito inferior. Essa condição de luz e trevas também pode ser usada em analogia a situações que ocorrem em outros espaços, como por exemplo para medir o desenvolvimento socioeconômico dos bairros ou para indicar o uso integral dos direitos sociais por parte dos grupos raciais, dentre outras formas a serem desenvolvidas ao longo da dissertação.

### **1.2.1. Diálogos sobre a relação capital-trabalho**

Entendemos o trabalho como um tema para discussão imbuído de múltiplas possibilidades quando se trata de construção de conhecimento, muito em função da perspectiva que relaciona a ligação do trabalho com as questões produtivas. É necessária uma análise sensata sobre o tema, ainda mais quando se trata de um exame da participação dos trabalhadores inseridos numa dinâmica social específica. Sua participação junto ao tecido social é responsável por adicionar, à referida dinâmica, traços para o entendimento dos processos de produção e reprodução social.

Aqui se observa o processo de produção social como a organização estrutural que envolve os trabalhadores, a mesma se apresentando na forma sindical ou operária. Isso acaba por culminar em ações voltadas para a coordenação da própria classe trabalhadora. A outra face, correspondente à reprodução social, trata de ações coletivas referentes ao cotidiano do próprio trabalhador. Isto é, suas ações de trabalho que ocorrem fora de seu emprego, seu deslocamento, suas atividades de manutenção da moradia ou da própria vida.

Segundo Antunes (1999), essa dinâmica social é responsável por inserir a classe-que-vive-do-trabalho na vida ativa da cidade. O autor nos faz um alerta de que, pela diversidade de sentidos da palavra trabalho dentro das ciências humanas, principalmente nas sociais, o apelo dialético sobre o tema deve ficar explícito. Antunes (1999, p. 20) cita ações de produção e reprodução social do trabalho como “elementos fetichizados e alienantes de controle social

metabólico”, fazendo parte do que o autor chama de metabolismo social do capital. Esse metabolismo, segundo o autor, equivale às formas de acúmulo e de concentração do capital.

Thomáz Jr. (2004, p. 12), ao tratar das lacunas existentes entre produção e reprodução social do capital, aponta a celebração do “impedimento intransponível sob regime do capital, que fragmenta a totalidade ontológica do ser social e que, de fato, marca a subjetividade do trabalho”. Isso coloca o entendimento dos sentimentos do trabalho na linha tênue entre o que é apreendido da experiência empírica e o que se obtém do resgate teórico-metodológico.

Thomáz Jr. (2004, p. 12) ressalta a necessidade de se “realizar uma ‘leitura’ que advogue e viabilize a imbricação das esferas da reprodução com a produção”. Segundo o autor, o entendimento do metabolismo social do capital está ligado à reprodução das relações sociais de produção, o que configura uma situação em que fica evidente a força com que o capital, como relação de produção, consegue se perpetuar na sociedade. O autor enfatiza que a manutenção capitalista não constitui apenas a “reprodução dos meios de produção, mas da reprodução das relações sociais de produção” (THOMÁZ JR., 2004, p. 12).

Em termos gerais, o capitalismo se assenta melhor de forma ideológica, buscando melhores resultados da produção dentro da dinâmica dos trabalhadores, nem que, para isso, valha-se das tensões geradas entre eles. Nesses termos, a estrutura produtiva se torna elemento coadjuvante: a tensão e as contradições geradas entre os múltiplos e plurais trabalhadores são um traço marcante para a compreensão da caracterização da sociedade. A materialização e conseqüentemente, as rugosidades espaciais das cidades incidem como produtos dessas tensões. Como é apontado por Lefebvre (1973, p. 6), “a re-produção das relações sociais de produção “arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica”.

A relação entre mundo do trabalho, cidade e a sociedade auxilia o desenvolvimento da pesquisa geográfica por conta de características comuns de seus modos de produção. Segundo Thomáz Jr. (2004, p.13).

Diante da multiplicidade de formas de expressão do trabalho que se materializa concomitantemente sob os diferentes arranjos do metabolismo societário, temos os formatos que a sociedade expressa territorial e espacialmente. Os conseqüentes significados que desses cenários extraímos, quando os recortamos para estudar (analisar geograficamente), expressam, consoante à especificidade dos lugares, a magnitude e o conteúdo da trama de relações combinadas e contraditórias que nada mais são do que o movimento plural de edificação do mundo do trabalho e o seu devir ontológico.



O autor traça uma relação em que o exercício do trabalho, sobre qualquer uma de suas formas, estará dependente de um arranjo espacial ofertado pelo ordenamento espacial urbano. Cada forma de trabalho atendida de acordo com sua especificidade, acarretará mudança na cidade que facilite a implantação de seu modo produtivo. Nos países em desenvolvimento, como o caso do Brasil, essa característica de arranjo espacial fica mais nítida.

Ainda é mencionado pelo autor, que a organização espacial se dispõe no âmbito do trabalho desde as “formas proletarizadas (assalariamento clássico), às formas mais expressivas da subproletarização, tais como o trabalho parcial, temporário, domiciliar, informal, etc.” (Thomáz JR., 2004, p. 13). A leitura geográfica nesse caso tende a interpretar não somente os aspectos espaciais da alocação do trabalho e seu modo produtivo, mas também as relações de todos os tipos, originadas da ligação espaço-trabalho, que também são responsáveis por delinear os rumos de desenvolvimento da sociedade e da própria cidade. Ocorre uma nova expressão da associação entre capital e trabalho a partir da composição social da classe trabalhadora. Como debatido por Negri e Lazzarato (2001), Dias (1999), Thomáz Jr. (2002, 2004), com a aplicação de valores altos por parte dos setores público e privado na busca pelo desenvolvimento produtivo através da alta tecnologia, a mudança sobre o uso dos trabalhadores foi inevitável, e sua ocorrência gradual foi sentida em todos os ambientes de trabalho, cada um à sua maneira. Segundo Thomaz Jr. (2004, p. 14), este fato acaba “alargando, pois, o universo de exploração do trabalho, sobretudo, nesse momento, a partir da apropriação efetiva de sua dimensão intelectual”.

Deduz-se que, tendo como subterfúgio a implementação de tecnologia, os investimentos públicos e privados serviram como instrumento de controle social sobre a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho. Com a produção cada vez mais dependente de tecnologia, os critérios de seleção dos trabalhadores se tornam cada vez mais restritivos a fim de contar com profissionais mais qualificados. Como manobra de reprodução do capital, essa ação culminou por ampliar o poderio financeiro dos setores público e privado em detrimento da classe trabalhadora. Por consequência, postos de trabalho reduziram-se, o desemprego cresceu, e o trabalhador empregado foi conduzido a sair da especialidade da função, atuando de forma polivalente na tentativa de garantir seu aproveitamento. Thomaz Jr. (2004, p. 14) indica que:

O complexo de reestruturação produtiva tem na ideia de parceria entre capital e trabalho, o atributo fundamental para a resolução dos conflitos sociais do trabalho



no chão de fábrica. Assim, o capital, para adquirir e manter novos procedimentos de dominação do trabalho, pressupõe a derrota política e ideológica do trabalho, e para tanto, se lança a transferir as resoluções dos conflitos existentes no âmbito dos sindicatos e dos partidos operários (quando existem) para dentro das empresas.

O autor passa a trabalhar, dentro da perspectiva capitalista, a reestruturação produtiva como uma ferramenta de desestruturação das formas de resistência do trabalhador na produção. Sobre o toyotismo (forma de organização para produção industrial em larga escala), o autor tece uma noção de que todos os modos de organização produtiva tendem a forçar um controle sobre o trabalhador moldando-o de acordo com suas necessidades. O referido trabalhador se comporta dentro desse complexo sistema de maneira que contribua com a lucratividade das operações e, de acordo com a oferta de trabalho, o capital constitui controle social e ideológico sobre os processos produtivos.

### **1.2.2. Relações raciais pelo olhar geográfico: possibilidades de produção do espaço pelas relações raciais**

Ao longo do texto discorreu-se acerca da importância das relações sociais na produção do espaço urbano e na constituição da cidade e da sociedade. Apontamos os elos entre essas mesmas relações sociais e o trabalho como atividade de transformação da natureza ou como atividade econômica e produtiva. Repetindo ditos anteriores, graças ao entendimento sobre o mundo do trabalho, a partir de sua função de reunir relações sociais, laborais e econômicas, é que podemos compreender um pouco mais sobre o modo de organização da sociedade e da cidade.

Juntamos à questão da dinâmica entre sociedade-cidade-trabalho, a urgência de se discutirem as questões raciais que, por vezes são debatidas separadamente, de maneira errônea, pois são intrínsecas à tal dinâmica. Em se tratando da especificidade das questões raciais no Brasil, é preciso focar no papel da população negra: esse grupo destaca-se em relação aos outros por sua contribuição histórica na formação territorial e social brasileira e pela participação extensa ao longo de todos os processos produtivos instaurados no país ao longo de seus mais de quinhentos anos de existência.

A condição desigual dos negros em relação aos outros grupos raciais ao longo da história nos serve de base para a compreensão da organização e da estruturação da sociedade, o que se reflete nas perspectivas de produção do espaço e no mundo do trabalho, da escala nacional à escala municipal.

Santos (1997) entende que as questões raciais passam por aspectos inerentes à produção cultural, à construção de um sentimento nacionalista, e à forma como a política nacional se desenvolveu. Segundo o autor, esses aspectos seriam responsáveis por uma noção de “civildade” brasileira. Cabe ressaltar que essa noção é construída sobre princípios ultrapassados, apesar de tais princípios resistirem e se camuflarem nas ideologias preconceituosas da sociedade ao longo dos anos: a luta negra se constitui pela contestação desses princípios, primeiramente por parte dos movimentos abolicionistas, depois, pelos movimentos sociais pelos direitos da população negra.

É preciso refletir acerca de características únicas quanto a uma análise geográfica das relações raciais brasileiras. Segundo Malachias (2006), para a abordagem correta do tema, é necessário tecer considerações a partir do que o autor chama de “assertiva marxista”, caracterizada pela transmissão sucessiva da desigualdade pelas gerações a partir do modo de produção vigente.

Malachias (2006, p.4) aponta a linha de cor existente no Brasil como fator delimitante de condições de “mobilidade socioeconômica e espacial” dos grupos raciais subjugados historicamente. Tal questão acaba por ampliar a diferença de condições e possibilidades dos mesmos em relação aos grupos privilegiados, seja no modo de produção do mercantilismo escravista, seja no modo de produção capitalista, o que leva à constatação da condição de subordinação do negro em relação ao branco. Segundo o autor:

O processo geo-histórico escravismo promoveu, a partir século XVI, uma imigração compulsória de milhões de africanos para o Brasil, desde então este evento vem demarcando uma dimensão racial como elemento de estruturação da vida socioespacial desse grupo e dos seus descendentes no país. E trezentos anos mais tarde, a imigração subvencionada de diversos grupos de europeus para o país demarcará a dimensão étnica, também como elemento dessa estruturação (MALACHIAS, 2006, p. 4).

Compreendemos o significado de “dimensão racial” trazido pelo autor segundo um espectro das possibilidades políticas do negro, cuja condição deletéria persiste. A dimensão racial tratada pelo autor vai além da caracterização das discriminações baseadas em traços físicos como o tom da pele, o formato do nariz ou o cabelo, ela é responsável por abarcar relações de pertencimento sociais e espaciais.

A discussão sobre raças que convivem em um mesmo ambiente serve à Geografia como parâmetro de exame das minúcias causadas pela demarcação que os referidos grupos sociais fazem durante seu desenvolvimento sobre o espaço: cada grupo racial tem sua própria dinâmica de produção e participação, seja no espaço, no trabalho, na política, na sociedade, na

economia, na cultura. Todavia, a relação entre raça, produção e participação é caracterizada pela evolução da formação territorial e histórica dos respectivos grupos na estrutura que se estabelece sobre esses indivíduos. A influência do eurocentrismo na cultura mundial expõe o modo com que o padrão europeu, estético, científico, religioso, cultural e de trabalho é alçado a um patamar de pretensa superioridade em relação aos mesmos fatores quando originados de povos dos outros continentes, sobretudo os africanos.

Com as descendências desses povos na população brasileira ocorre a mesma situação. Segundo Ianni (2004), condições de hierarquização e desigualdade são elementos importantes para o estabelecimento de uma estratégia de dominação racial. Segundo o autor, o efeito mais evidente está relacionado à diminuição da participação da raça dominada nos fatores levantados como símbolo do padrão de excelência – o da raça dominante.

Os padrões da raça dominante se estabelecem como referência positiva enquanto os padrões da raça dominada são usados como referências negativas, o que, historicamente, acontece entre negros e brancos brasileiros. As produções intelectuais, técnico-laborais, culturais, dentre outras, são julgadas e valoradas de maneira a colocar brancos acima de negros tendenciosamente o que, para Seabra (2001), é condição responsável por gerar segregação entre ambos. Essas e outras estratégias de dominação serão discutidas mais à frente neste trabalho.

O caso brasileiro chama a atenção pelo fato de que, mesmo que a tensão racial seja uma constante dentro da população, a ocorrência de embates diretos acaba relativizada em nome de uma suposta cordialidade e de uma suposta democracia racial. Dentro das tensões presentes na cidade, a racial é colocada de lado em relação às tensões de classe - a justificativa mais comum aloca as tensões raciais dentro das tensões de classe.

Existem complicações metodológicas para se estabelecer um padrão de análise da conjuntura social que realize a separação entre questões raciais e questões de classe que, ao mesmo tempo, sequer considerem a interferência de umas sobre as outras, o que ocorre pela dificuldade em se definir apenas o fator racial ou o de classes para se discutir a situação do trabalhador. O caso brasileiro é emblemático devido às circunstâncias que envolvem a população mais pobre. Baseado nas características de formação da sociedade brasileira, Souza (2017) constrói uma noção do que seria a “ralé brasileira” - a parcela mais pobre da sociedade brasileira; o grupo social constituído pelos descendentes de escravos (pretos e pardos), além dos adidos mestiços socialmente subjugados.

A ralé faz parte de uma ordem competitiva de trabalho de uma elite dominante nacional que provocou o embate entre ex-escravos, mulatos, mestiços, além do branco pobre nacional e os brancos imigrantes europeus. Vale frisar que a disputa entre esses grupos, que anteriormente envolvia atividades de trabalho mais complexas, passou a envolver também as atividades manuais que eram realizadas pelos escravos em função da rejeição do branco pobre nacional em fazê-las. Souza (2017, p. 77) cita que:

Para o negro, sem oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de “homem livre”. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até notabilidade, mostra o grau dramático para esse setor da nova configuração de vida econômica.

O autor aponta que, como consequência da nova ordem de trabalho brasileira, é imposto ao negro um novo comportamento que forçou esse grupo social a se alinhar a uma conduta colocada pelos grupos em patamares mais elevados da hierarquia social. Segundo esse comportamento, o negro se vê obrigado pela elite a orgulhar-se de executar atividades laborais subalternizadas. Segundo Souza (2017), tais atividades estavam ligadas à condição racista que animalizava o negro, utilizando-o apenas como força de “tração muscular”, em circunstância semelhante à de cavalos ou bois. Vale ressaltar o destaque feito pelo autor sobre a situação da mulher negra, considerada pelo autor como singular. A mulher negra foi assimilada ao trabalho doméstico nas casas das famílias brasileiras a partir da recusa das brancas pobres nacionais e das imigrantes europeias em fazê-lo: a figura da empregada negra resiste na sociedade, com peculiaridades que remetem a tempos pretéritos.

As empregadas domésticas formam um grupo de trabalhadoras que enfrenta longas jornadas, baixa remuneração, muitas delas são as provedoras de suas famílias, além do fato de enfrentarem problemas com uma legislação que não contempla as necessidades da categoria. Em essência, a sociedade brasileira ainda preserva a visão colonial da empregada doméstica, em especial da mulher negra que atua nos serviços do lar e cuja personificação mais marcante é a da Tia Nastácia, personagem de Monteiro Lobato. A preta é responsável por lavar, passar e cozinhar, por cuidar dos filhos dos patrões através das gerações e é tida como “da família” - sendo esta condição a transmissora da ideia de uma relação de posse sobre a empregada, que é maior que qualquer sentido de afetividade.

Hoje essa descrição de empregada doméstica vai um pouco além: a empregada doméstica brasileira atual não fica presa apenas à figura da Tia Nastácia. Como apontado por Souza (2017), o serviço doméstico abrange a mulher pobre em geral; o autor atrela a morosidade de quadro em relação à função de empregada doméstica ao ideário social que se sustenta sobre o fato de essas mulheres serem arrimos de família e referência moral dentro de seus respectivos núcleos familiares. O que se retrata sobre elas é a persistência de uma visão colonial não só da atividade laboral, mas também do grupo social que a exerce.

O autor aponta outra visão colonial que persiste na sociedade contemporânea, dessa vez, ligada à repressão violenta sofrida pelos integrantes da ralé brasileira. Souza (2017) cita o medo de uma “rebelião negra” por parte das elites que veem no negro um inimigo em potencial da ordem social constituída por elas mesmas. Segundo sua construção preconceituosa, negros e pobres em geral não se enquadrariam na concepção de “decoro, respeito à propriedade e segurança” (SOUZA, 2017, p. 78) imposta pela sociedade. O autor pontua que “vem daí, [...], o uso sistemático da polícia como forma de intimidação, repressão e humilhação dos setores mais pobres da população” (SOUZA, 2017, p. 78), o que remete à “legitimação” de ações do poder público e da mídia a fim de avalizar a matança de pretos e pobres.

Como exemplo do que foi exposto, temos as ações de combate à violência na cidade do Rio de Janeiro, em que, há pelo menos 25 anos, as forças policiais levam a guerra às favelas e às comunidades pobres por associarem crimes violentos a essas localidades. Essa é uma lógica errônea, afinal, parece ignorar intencionalmente que a maioria da população que habita essas comunidades nada tem a ver com esses crimes e com os indivíduos ou grupos que os cometem. Além disso, há a atitude implícita de se manterem esses mesmos pretos e pobres confinados e sob pressão para que, tanto a classe média quanto a elite possam desfrutar “em paz” do resto da cidade. Souza (2017, p. 78-79) assevera que:

Como resultado do processo que o tornava um desajustado estrutural nas novas condições sociais, o negro desenvolveu, reativamente, uma resposta que radicalizava a anomia e o não pertencimento social: o não pertencimento à família, à comunidade e ao trabalho. Cria-se uma oposição entre os negros que desejavam se “europeizar” e os negros anômicos e “largados” que saíram da escravidão física para a escravidão moral.

A ótica de tensões internas apontada pelo autor é extensiva também aos pobres que compõem a ralé brasileira. A estratégia aqui desenvolvida visa a minar possíveis formas de solidariedade dentro da ralé como as que existem nas outras classes. Souza (2017) discorre

também sobre como isso contribui para a condição de exploração da ralé por parte da classe média. O autor cita o tempo utilizado acerca da execução das atividades domésticas para exemplificar a exploração: a classe média usa a ralé para realizar suas atividades domésticas, de modo que sobre tempo para realizar outras “atividades mais produtivas e mais bem remuneradas” (SOUZA, 2017, p. 80).

Segundo o autor, conseqüentemente, as gerações futuras da ralé ficam suscetíveis a repetir tais papéis por conta do “roubo” de seu tempo pela classe média. O que se constata é uma ordem social que compromete o tempo útil dos membros da ralé, não somente os pais como também dos filhos, em função de uma classe média que usa seu tempo livre como forma de manter o distanciamento de condições e a desigualdade social. As gerações de trabalhadores da ralé realizam as tarefas da classe média e, quando não realizam as suas próprias tarefas domésticas, repassam-nas aos filhos, não só para que os mesmos os ajudem, mas como forma de educação para o trabalho. Assim, parte do tempo que poderia ser usado para a educação formal dos filhos da ralé fica comprometido, o que não ocorre com os filhos da classe média, que ficam apenas por conta dessa melhor qualificação na educação formal.

O maior reflexo da situação exposta é percebido no fenômeno da elitização das universidades públicas, que se tornam reduto dos filhos da classe média, uma vez que os filhos das elites têm a possibilidade de frequentar universidades no exterior. Com preocupações mais imediatas, os filhos das ralés ingressam no mercado de trabalho mais cedo, por vezes em auxílio, por vezes em substituição aos pais no sustento da família. Seu acesso ao ensino superior via universidades públicas é prejudicado, se comparado com os filhos da classe média, que vivenciam uma transição natural na educação, ou seja, a transição direta do ensino básico (fundamental e médio) para o ensino superior público.

O autor cita dificuldades em definir a atuação dessa nova ordem social de exploração do trabalho. Souza (2017, p.81) aponta que “ao contrário da ordem escravocrata, onde os lugares são visíveis e decididos pelo fenótipo e pelo status de origem do modo mais claro possível, a produção da desigualdade na nova ordem é opaca e não transparente aos indivíduos que atuam nela”. A partir dessa ponderação, Souza (2017) busca maneiras para uma definição sobre a atual estrutura social por parâmetros de hierarquização, além dos aspectos raciais e econômicos já citados, assim, ele aponta que, no entendimento do mundo social através de conjunturas de países como Brasil, não é possível dissociar preconceitos de classe. Segundo Souza (2017, p. 82-83):

É que as classes excluídas de países de passado escravocrata tão presente como o nosso, mesmo que existam minorias de todas as cores entre elas, são uma forma de continuar a escravidão e seus padrões de ataque covarde contra populações indefesas, fragilizadas e super-exploradas. O excluído, majoritariamente negro e mestiço é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas, sim, pelas viaturas de polícias com licença para matar pobre e preto.

O autor deixa claro que a violência contra a ralé brasileira é proveniente do medo das elites e da classe média de que aqueles se oponham ao sistema de dominação que lhes é imposto. Por meio dessa violência é que as referidas classes continuam a promover a “nova escravidão”, usando de formas modernas de tortura para tolher a resistência daqueles a quem dominam. O autor entende essas estratégias de dominação como a pedra fundamental das desigualdades da sociedade brasileira. A exploração dos trabalhadores, em especial os negros e mestiços pobres (que correspondem à maioria da população brasileira), resulta na sustentação da concentração de renda e de privilégios nas mãos de uma elite muito restrita, que só se mantém nessa condição através das referidas estratégias de dominação. Essa exploração não se restringe a atividades inerentes ao setor econômico de comércio e serviços.

Para o Ianni (1966, p.44), as mudanças ocorridas na economia das cidades em função do processo de industrialização brasileira serviram como sustentação para a problemática racial “na medida em que a desagregação da ordem econômico-social escravocrata libertou forças produtivas capazes de iniciar a expansão industrial, que está reintegrando e diferenciando a estrutura global” - segundo essa concepção, verifica-se uma generalização capaz de abarcar o contato histórico da formação brasileira.

A liberação dos escravos e sua reinserção na sociedade como trabalhadores livres marca a reestruturação do sistema econômico-social e da própria divisão social do trabalho. Essa mudança gera a hierarquização dos trabalhadores, em especial pelo atributo racial, colocando pretos e pardos em patamares diferentes na divisão do trabalho social, o que incide diretamente sobre as formas de inserção no mercado de trabalho e sobre as condições auferidas aos mesmos em suas atividades laborais. Todavia, segundo Ianni (1966, p. 50):

À medida em que se organiza a concepção social do negro e mulato, como pertencentes à camada assalariada, redefinem-se reciprocamente negros, mulatos e brancos, criando-se em consequência, as condições ideológicas do comportamento social específico da sociedade de classes.

Para o autor, ao mesmo tempo em que os indivíduos se constituem como membros dos grupos raciais, devem ser encarados como parte da classe trabalhadora em primeiro lugar. Ianni (1966, p. 28) pondera ainda que:



Discriminando-se racialmente os membros dos grupos sociais, hierarquizados ou não, estes não tomam consciência dos verdadeiros fundamentos das tensões que os opõem. Objetivando a cor, os atributos ideologicamente constituídos, essas tensões não alcançam a consciência social dos membros da sociedade, enquanto membros de classes.

Conforme essa perspectiva, as diferenças históricas e as desigualdades socioeconômicas que atingem os grupos raciais são consideradas de forma diferente no pensamento social brasileiro: as tensões raciais são encaradas como estratégia de um sistema de produção e reprodução econômico, social e espacial para a dominação desses trabalhadores e a extração da mais-valia.

### 1.3. A NOÇÃO DE SEGREGAÇÃO NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

No campo da temática espacial, temos como desafio conceituar o termo segregação. Em Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2016), o entendimento sobre a segregação espacial faz menção direta à produção do espaço urbano, numa perspectiva capitalista de cidade. Segundo os autores, dentre os principais traços da cidade capitalista, chama a atenção a feição fragmentada. Isso faz da mesma um mosaico que reúne em si diferentes formas de organização espacial, somadas aos mais diversos grupos de sujeitos sociais.

Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2016, p.7) identificam que “na fragmentação do espaço urbano capitalista, é possível conceber uma divisão econômica do espaço e uma divisão social do espaço”. Entende-se que a divisão econômica corresponda às espacialidades inerentes ao funcionamento da economia e à infraestrutura da cidade. Nela estão inclusos comércios, indústrias, escritórios, escolas, hospitais, vias públicas e o transporte urbano em geral, dentre outros.

Os autores relacionam a espacialidade das atividades da divisão econômica a uma dinâmica própria de funcionamento, baseada em suas características e organização interna. Outro ponto interessante é a localização dessas atividades, uma vez que a localização é o fator que sustenta seu funcionamento.

De outro lado, temos a divisão social voltada para as áreas sociais que são caracterizadas por Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2016, p. 8) “por uma relativa homogeneidade interna e heterogeneidade entre elas. Atributos como renda, instrução, ocupação, faixa etária, fecundidade, etnicidade, religião, status migratório e qualidade de habitação definem o conteúdo de cada área”.



Todas essas áreas sociais se colocam ao mesmo tempo sobre o espaço urbano, de maneira a se amontoar ou se sobrepor na maior parte das situações. O funcionamento interno das áreas sociais se dá de maneira única, apesar de haver comunicação entre as práticas sociais internas de cada uma delas. Essas áreas se desenvolvem sob a influência dos processos de acumulação do capital que, conseqüentemente, agem de modo a acentuar as diferenças sociais.

Daí se constrói o mosaico da organização do espaço urbano: de forma nítida ou velada, as diferenças sociais acabam induzindo a fragmentação espacial e ordenando a maneira como vão ocorrer as sobreposições anteriormente citadas. A partir do produto gerado a partir da interação entre divisão social e divisão econômica, realiza-se o arranjo espacial da cidade capitalista. Cada cidade se estrutura por estilo próprio dentro de uma lógica coerente com os aspectos históricos incorporados por ela. Como exemplo, temos as diferenças na estruturação das cidades europeias, africanas, norte e sul-americanas.

Salientamos que a estrutura social é responsável por determinar diferentes tendências de produção do espaço urbano: a exemplo, temos o ordenamento espacial baseado em questões raciais como na África do Sul ou em algumas cidades dos Estados Unidos. Outro exemplo a ser citado corresponde aos ordenamentos espaciais que condicionam grupos minoritários a viver separadamente em virtude de sua origem étnica, religiosa ou sua situação econômica como nos guetos de cidades europeias ou mesmo a configuração encontrada no Brasil. Esses exemplos serão mais bem trabalhados quando nos voltarmos diretamente para as formas de segregação a que cada um se relaciona.

Sob a influência dos estudos concebidos pela Escola de Chicago, temos a abordagem geográfica sobre esse fenômeno do espaço urbano. Sua noção é baseada em delimitação, como a etimologia da palavra mostra. Do grego *segrego* ou do latim *segregatio*, o significado ronda a mesma questão: o cercamento ou a separação. A Geografia urbana tem adotado, ao longo dos anos, métodos baseados na manifestação da espacialidade para pontuar e diferenciar a segregação dos demais processos de produção da cidade.

Segundo Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2006, p. 9), como “produto social, a segregação espacial constitui também um meio a partir do qual a existência dos diferentes grupos sociais se efetiva. [...] Assim, fragmentação social e fragmentação espacial são correlatas”. Fato é que a segregação espacial não possibilita um debate sem que se estabeleça ligação com suas raízes econômicas e sociais.

A Geografia mostra que, apesar das muitas construções teóricas e diversas discussões sobre o conceito de segregação socioespacial, não há consenso sobre ela, o que se dá em virtude da compreensão de um processo de produção do espaço urbano em constante mutação, fornecendo ao geógrafo um cenário aberto a novas abordagens sobre o tema. Para isso, a nova noção de segregação deve responder a aspectos específicos, a exemplo dos questionamentos levantados por Vasconcelos, Corrêa e Pintaudi (2016, p. 10):

- a) As conexões entre segregação e outros aspectos sociais e suas espacialidades, a exemplo da estrutura econômicoespacial, a mobilidade residencial, a jornada para o trabalho e os movimentos sociais.
- b) A estruturação das classes sociais e suas frações em suas conexões com a segregação espacial.
- c) Os padrões espaciais da segregação e suas mudanças.
- d) A espacialidade diferencial da segregação considerando-se as cidades de distintas dimensões demográficas, sítio urbano, estrutura social e inserção na divisão territorial do trabalho, processo migratório, status dos movimentos sociais e a própria história espacial.

A identificação de segregação manifesta na cidade passa diretamente pelo entendimento da mesma enquanto processo e forma socioespacial materializada. A segregação tem por caráter unir algumas outras manifestações da produção espacial dentro de si e, ao mesmo tempo, configurar um processo novo e único na cidade. Pontuaremos algumas dessas manifestações na sequência.

Podemos citar aspectos de diferenciação e desigualdade socioespacial. Aqui temos processos diferentes de produção do espaço que caminham juntos ao fazer parte da segregação espacial. A diferenciação consiste na tipificação de diferenças explícitas de uma área urbana ocupada por grupos sociais distintos. Conforme Guillaume (2001), a perspectiva usada para examinar a diferenciação espacial é similar a vistas aéreas: a visada elevada permite ao observador constatar dinâmicas, hábitos e atributos diferentes entre os grupos viventes naquela área.

A desigualdade, por sua vez, manifesta-se através de condições heterogêneas dentro do mesmo grupo social. Tais condições advêm de herança histórica e contribuem para a hierarquização de uma parcela dos indivíduos sobre o restante deles. As condições de diferenciação e desigualdade socioespacial estão unidas, caminham juntas. O ambiente urbano é responsável por colocá-las lado a lado.

Outro espectro inserido na segregação espacial diz respeito a questões de justaposição e separação. A justaposição coloca sujeitos e grupos sociais em convivência dentro em uma mesma dimensão espacial, porém, em função de uma conjuntura momentânea,

seja ela social, econômica ou de outra origem, esses sujeitos e grupos acabam em planos diferentes de leituras.

A separação, por sua vez, permite um exame mais claro do arranjo espacial já que ficam evidentes as barreiras físicas ou simbólicas que impõem a separação. O papel de ambos na segregação corresponde a situar a leitura espacial a partir da característica social que for associada a este ou àquele processo de produção do espaço. A discussão que opõe questões de classe e questões raciais serve como ilustração da interação entre justaposição e separação. As questões de classes se constituem a partir dos embates entre classe trabalhadora e os detentores do capital, mas desconsidera as mazelas nascidas das tensões entre trabalhadores de raças diferentes. Os embates entre as classes exemplificam a justaposição espacial, enquanto as questões raciais mostram a separação dentro da classe trabalhadora.

É importante focar também nas nuances de repartição do espaço. Marcuse (2004) e Villaça (1998) chamam a atenção para o particionamento da cidade em áreas com função bem definida. Vasconcelos (2016, p. 21) aponta as divisões em “áreas afluentes, áreas ‘gentrificadas’, bairros de classe trabalhadora e áreas abandonadas”. As condições de partição do espaço se relacionam a políticas de planejamento urbano, uma vez que a noção de divisão dá a entender a existência de uma ação controlada sobre a cidade.

Já a fragmentação urbana remete a uma divisão da cidade de forma heterogênea. Como citado anteriormente, a fragmentação da cidade nos conduz à formação de um mosaico de paisagens urbanas. Vasconcelos (2016) e Navez-Bouchanine (2002) associam a fragmentação urbana a fatores de outras ordens, configurados por dimensões manifestas de cada uma delas. Vasconcelos (2016, p. 21) aponta quatro dessas dimensões: “(1) social; (2) forma urbana; (3) socioespacial e (4) administrativa e política do território urbano”. Cada uma delas é compreendida como influenciadora de seu próprio mosaico. Decorre por característica dos processos de segregação o fato de envolver a inclusão e exclusão de indivíduos ou grupos sociais.

A exclusão parte do princípio de que os indivíduos são “colocados fora da sociedade” por não corresponderem aos padrões estabelecidos pela mesma. Por conta disso, a formulação de uma ideia de exclusão é constantemente criticada nas ciências sociais por ser considerada muito limitada para se constituir por si somente em processo de produção do espaço. Tal crítica perpassa as ciências sociais como um todo e se insere no bojo da teoria social crítica. Ela compreende que os ditos excluídos são parte integrante do aparato de

exploração da sociedade capitalista, portanto não são excluídos da sociedade no sentido rigoroso do termo.

Marcuse (2006) aponta a exclusão como uma percepção de prática individualizada, mas constantemente associada em explicações sobre processos de urbanização que reúnem indivíduos excluídos. Seu referencial segue a ótica de acontecimentos dos países em desenvolvimento, sobretudo os países da América Latina. Os principais exemplos de exclusão estão ligados à moradia – trata-se de áreas que funcionam por uma dinâmica particular, sem que se desconectem da cidade. O processo de inclusão obedeceria ao sentido oposto da exclusão, apesar de não haver exemplos de sua materialização na cidade e se daria através de ações de integração e reunião dos diversos grupos sociais que coabitam essa cidade. Apesar de não constituir materialidade na cidade, essas ações se tornam concretas justamente por cumprir o objetivo de incluir esses grupos sociais de características tão diferentes.

### **1.3.1. A noção de segregação espaço-racial**

Anuncia-se então um quadro diferente das formas de segregação tradicionalmente propostas na Geografia. Como citado anteriormente, a definição mais comum de um conceito de segregação espacial diz respeito ao confinamento dos sujeitos ou grupos sociais a determinadas porções do espaço urbano, a partir de limitações físicas. Tal definição permite ramificações do conceito de segregação de acordo com a adição de elementos secundários à análise espacial - elementos estes que facilitam, não somente a compreensão do desenvolvimento urbano, como também o desenvolvimento social que ocorre de forma concomitante. A exemplo do exposto, poderíamos associar a segregação com elementos como religião e analisar como a segregação produz espaços urbanos para a profissão da fé, sobretudo da fé marginalizada. Poderíamos, ainda, associar a segregação às questões de gênero e identificar estabelecimentos urbanos voltados a atender o público LGBT. Essa lógica de associar a segregação a elementos secundários foca características usadas para excluir ou rebaixar pessoas dentro da hierarquia social vigente, sendo assim, a mesma se aplica em várias outras situações.

Como exemplo de uma das ramificações do conceito de segregação espacial temos a segregação socioeconômica. Essa interpretação é baseada no potencial econômico e no poder de consumo dos referidos sujeitos ou grupos sociais: das classes mais abastadas, apropriando-se das áreas com melhor infraestrutura, e das classes menos abastadas, sendo alocadas em

áreas periféricas com infraestrutura e serviços públicos precários. Essa leitura superficial de segregação socioeconômica se traduz na observação do que seriam os bairros periféricos ou condomínios populares e também aos bairros de classe alta e condomínios de luxo encontrados em cidades médias e grandes.

Os exemplos anteriores de segregação são apenas uma amostra de como o conceito permite moldar análises e conjunturas a partir de elementos que darão consistência a separação e discriminação entre determinados grupos sociais. Devido à especificidade do nosso caso, que envolve não somente questões raciais, mas também questões relacionadas ao mundo do trabalho, é necessário formular uma leitura própria sobre a noção de segregação.

A partir dos aspectos de multiplicidade de Massey (2008), constata-se a importância da diversidade dos sujeitos para a ocorrência das relações sociais no espaço, sendo tais aspectos relacionados com a formação histórica dos sujeitos. Voltados para a situação dos grupos sociais no espaço urbano, lançamos mão da proposta de analisar a segregação, em termos do uso desse espaço, não considerando somente a alocação ou apenas questões de moradia. Baseado no racismo que estrutura as relações sociais não somente nacionais, como as locais, temos a possibilidade de desenvolver a leitura de segregação por um prisma que nos conecte com o próprio mundo do trabalho pela multiplicidade e pluralidade dos trabalhadores nele inseridos.

A proposição de uma noção de segregação espaço-racial consiste na apreciação da conjuntura do uso e distribuição dos indivíduos pelas mais diversas atividades do espaço urbano, tendo como critério raça ou cor. Seu diferencial em relação ao conceito de segregação racial está diretamente relacionado ao modo como está posto o racismo para a sociedade brasileira. Enquanto a segregação racial remete às formas explícitas de racismo, a noção de segregação espaço-racial se baseia na sofisticação das formas de racismo veladas, como o racismo institucional e o racismo estrutural. Isso, todavia não contempla a explicação da diferença entre uma e outra apenas pela adição da contração “espaço”. A distinção ocorre porque a primeira está atrelada às relações sociais com centralidade em discriminação racial e questões identitárias; já a segunda relaciona esses problemas à produção do espaço, então refere-se a uma maneira geográfica de problematizar as relações raciais.

Mesmo que aparentemente não existam barreiras físicas que imponham a separação racial no Brasil, a barreira ideológica invisível é forte e presente na sociedade e na cidade. A barreira ideológica se sedimenta “através de constrangimentos a indivíduos e grupos indesejados em lugares e contextos determinados”, o que, segundo aponta Santos (2012, p.

56), “acaba estendendo seus efeitos não só para as relações sociais como também para as relações de produção e reprodução do espaço urbano”.

A barreira ideológica, nascida do racismo estrutural, apresenta elementos parecidos à ideia de fronteiras invisíveis de Santos (2012, p. 58), que constituiriam em:

Uma organização de experiências de espaço, definindo comportamentos aceitáveis e pertencimentos – na verdade, campos de possibilidades e limites, cujo aprendizado é crucial para a reprodução social desta ordem. Afinal, são constructos ideológicos inculcados em indivíduos e grupos que permitem esta reprodução – expressões da colonialidade do ser nas relações.

Dessa forma, para que se consiga analisar os efeitos impostos pela ação de uma noção de segregação espaço-racial, primeiro devemos analisar as relações sociais, raciais e trabalhistas. Por meio do produto das relações, é necessário examinar as conexões entre o mundo do trabalho e o espaço urbano. Devemos prestar atenção em:

Lugares onde a presença de um negro, ou de um grupo de negros, pode passar despercebido em seu pertencimento racial, ou, pode causar espanto ou surpresa (“Quem é aquele? Como ele chegou até aqui?”), repressão ou repulsa (por exemplo, atendimentos em estabelecimentos comerciais e de serviços, como restaurantes, lojas de produtos mais caros, shoppings, etc., mas também empregos e posições de prestígio, entre outros) (SANTOS, 2012, p.58).

A partir dos desdobramentos dessa forma de segregação, conseguiríamos observar as implicações nas condições econômicas, de cidadania, lazer, dentre outras situações em que são flagrantes as diferenças entre grupos sociais instituídos de negros e brancos.

A segregação espaço-racial atinge o negro no mercado de trabalho através do cerceamento sobre as relações produtivas, fazendo com que o grupo racial subordinado frequentemente esteja sob condições desfavoráveis em comparação ao grupo racial historicamente dominante. Esse grupo racial se vale de discursos falaciosos como meritocracia ou democracia racial como justificativa para a manutenção de tal situação desigual.

Como resultado, o grupo racial negro tem proporcionalmente uma parcela maior dos trabalhadores retida em atividades laborais subalternizadas. Tais atividades, sejam elas formais ou informais, estão situadas no circuito inferior da economia urbana. Isso exprime a concentração dos trabalhadores negros nos ofícios de característica braçal e que apresentam pouca ou nenhuma dependência de tecnologia e de qualificação para serem executados. Os

referidos ofícios têm menor necessidade de força de trabalho e conferem ao seu trabalhador uma remuneração média menor que as pagas ao trabalhador inserido no circuito superior.

Conseqüentemente, a segregação espaço-racial reproduz as relações sociais, fazendo com que o grupo racial dominado tenha restrições quanto ao uso pleno de seus direitos civis. Uma condição desigual de acessos diversos é construída sobre as restrições no uso dos direitos, ocasionando limitações relacionadas ao acesso à justiça e à participação junto aos poderes políticos. A estrutura social se apoia sobre o grupo racial dominado de forma a tornar comum sua condição de subjugado. Isso também se reflete na infraestrutura urbana utilizada pelos trabalhadores do respectivo grupo racial, de forma que os membros do referido grupo estão mais presentes em áreas de habitação cujos serviços públicos estão precarizados. Trata-se de áreas que enfrentam problemas relacionados à distribuição de água tratada e energia elétrica, transporte público, vagas em creches e escolas e segurança pública... fatores estes que influenciam diretamente na qualidade de vida e na produtividade dos trabalhadores que nelas habitam.

Em linhas gerais, podemos concluir que as sociedades protocapitalista e capitalista contemporânea se apoiam no reforço dos preconceitos raciais para fortificar sua estrutura de dominação, o que se reflete sobre o espaço urbano. Segundo Santos (2012, p. 60), “a geografia desse espaço é dada pela corporeidade dos frequentadores e pelos traços culturais valorizados que remetem diretamente à negritude. São as experiências sociais (de espaço) que organizam essa geo-grafia das relações raciais”.

Baseadas em racialidade e preconceito, essas estratégias de exploração são usadas fundamentalmente para a diferenciação de mão de obra negra e branca no mundo do trabalho. Essa relação é reproduzida pela sociedade, que, por sua vez, é marcada por conceder ou não privilégios aos seus pertencentes, de acordo com a posição que ocupam dentro da estrutura social vigente.

Tais privilégios, além de afetar as possibilidades político-econômicas dos sujeitos, interferem em sua autoestima e na identidade dos mesmos. O discurso da elite dominante é assimilado de forma gradual, numa espécie de doutrinação sobre os aspectos cultural e identitário desse grupo socialmente subjugado. Desse modo, a incorporação do discurso corrobora a diminuição do que é usado como justificativa para as mazelas e desigualdades raciais e sociais explícitas que assolam parte da população, mesmo às custas da liberação de preconceitos outrora camuflados e tensões sociais crescentes. Trata-se de uma estratégia

orquestrada pelas elites detentoras do capital para minar a resistência dos trabalhadores em relação à extração da mais-valia.



## CAPITULO 2

### A INSERÇÃO DO NEGRO EM JUIZ DE FORA

*“Enquanto imperar a filosofia de que há uma raça inferior e outra superior, o mundo estará permanentemente em guerra.”*

*(Haile Selassie)*

A epígrafe, uma frase de Haile Selassie, remete à forma como o pensamento racista hierarquiza pessoas, provoca conflitos e subjuga violentamente o grupo social colocado como inferior. Essa é a tônica de todo o processo de formação territorial brasileiro, assim como a formação social no desenvolvimento de cidades e estados.

O processo de formação territorial da cidade de Juiz de Fora remonta à criação da estrada Caminho Novo, por volta de 1703, estrada aberta para facilitar o transporte de ouro e pedras preciosas da região das minas à cidade do Rio de Janeiro, de onde seriam levados – o ouro e as pedras preciosas - para Portugal. O caminho foi pensado de forma a evitar ao máximo que o ouro fosse contrabandeado ou que fosse transportado por caminhos alternativos, burlando o pagamento de tributos. Às margens de todo o Caminho Novo, postos oficiais de registro e fiscalização foram implantados para que o ouro transportado em lombo de mulas fosse conferido e se evitassem sonegadores de impostos.

Ao redor desses postos, surgiram povoados que hospedavam e abasteciam as comitivas ao longo da viagem, assim, na região da Zona da Mata mineira, surgiram primeiramente as cidades de Matias Barbosa e Barbacena ao final do século XVIII. Assim como em outras localidades surgiu a Vila de Santo Antônio do Paraibuna, distrito de Barbacena. Nessa época, o ordenamento territorial por parte do Império era baseado na distribuição de sesmarias a pessoas de origem nobre, o que promoveu um povoamento e a formação de fazendas. A ascensão da produção de café no século XIX contribuiu para a conversão da produção agrícola ao longo do vale do Paraíba, antes voltada para o abastecimento da região com outros gêneros de alimentos.



**Mapa 1:** Mapa de Juiz de Fora em 1850.

Fonte: <http://www.diarioregionaljf.com.br/vanderlei-tomaz/12917-a-juiz-de-fora-de-1850-art-001>

No ano de 1853, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna foi elevada à categoria de cidade e em 1865 mudou o nome para Juiz de Fora. O número total de moradores até o ano de 1854 era de 6.456 habitantes, que segundo Souza (1998, p. 41) estavam dispostos da seguinte forma:

**Tabela 1:** População da Vila de Santo Antônio do Juiz de Fora em 1853

Livres			Escravos			Total
Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
1182	1249	2431	2607	1418	4025	6456

\*Estão incluídos 30 estrangeiros, sendo 15 homens e 15 mulheres

Fonte: AHCJF. Série 54. Mapas de População. (apud. SOUZA, 1998, p. 41).

Os primeiros negros que chegaram a Juiz de Fora foram trazidos por fazendeiros para a produção e cultivo de café em meados do século XIX. Apesar da tardia introdução do negro na economia da cidade, vale lembrar que a escravidão já havia se consolidado como uma das atividades econômicas mais rentáveis do Império.

Segundo Ribeiro (1995), entre as ordens de ação empresarial implantadas no Brasil, a de maior destaque foi a empresa escravista, por sua alta eficácia operativa, sendo utilizada na agricultura e na mineração de ouro e pedras preciosas, baseada na força de trabalho importada da África. Em Juiz de Fora não foi diferente: havia, na cidade, um grande contingente de negros mobilizados para a produção.

Devido à forte expansão da cafeicultura, Juiz de Fora se tornou um dos principais núcleos urbanos da região na época. Girolletti (1988) destaca que em um primeiro momento, o que havia na vila era um comércio de tropas, abastecendo as incursões que iam em direção ao Rio de Janeiro. As fazendas locais tinham como principal atividade o cultivo de grãos. A implantação da cultura de café aconteceu em meio a essas culturas e, de certa forma, com algum descrédito dos produtores locais. Girolletti (1998, p. 97) cita que “o café fez a fortuna e comprou os títulos de Barão” da maioria desses produtores. O autor aponta que o crescimento da produção de café colocou a cidade como segunda maior produtora da região entre os anos de 1847 e 1851 como mostrado na tabela 2.

**Tabela 2:** Cidades mineiras produtoras de café (1847 – 1851)

Procedência	Produção (1847/48) (arrobas)	Produção (1850/1851) (arrobas)
Sapucaia	246.086	257.032
Juiz de Fora	183.895	222.742
Mar de Espanha	95.753	137.905
Total da Zona da Mata	743.707	898.184

**Fonte:** GIROLETTI, 1988, p. 31 (valores selecionados).

O modo de produção do café era rudimentar, não havia muita técnica no cultivo, o que desgastava em demasia o solo e forçava a abertura de novos terrenos em meio à mata, em uma expansão das terras agricultáveis. Cada fazenda contava, em média, com 100 escravos. Toda a produção ficava concentrada no núcleo urbano de onde era transportada por animais para ser vendida na cidade do Rio de Janeiro, de onde era comercializada para diversas partes

do mundo. Em determinado momento, esse tipo de transporte se tornou inviável devido à grande quantidade de café produzida na região, fazendo com que empresários locais se articulassem junto ao governo para promover obras na infraestrutura como forma de facilitar o escoamento de mercadorias.

## 2.1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DO CAFÉ E DOS ESCRAVOS

A construção da estrada União-Indústria – iniciada em 1850 - deu à cidade de Juiz de Fora novas características. Com a iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Lage, a estrada garantiria o escoamento da produção de café para a Corte na cidade do Rio de Janeiro - essa atividade se tornou o carro-chefe da economia local.

A estrada foi o ponto de partida para a ascensão do capital juiz-forano no fim do século XIX. Seu significado para a expansão urbana é de tamanha importância que sem a sua construção, a transição da agricultura cafeeira para a industrialização teria seguido a passos lentos. Tamanho impacto se estendeu sobre a dinâmica do mundo do trabalho local, segundo Oliveira (2000), as obras da estrada foram responsáveis por conduzir trabalhadores escravos utilizados na agricultura cafeeira para as atividades urbanas.

Lamas e Oliveira (2011) questionam o fato de os grandes empreendimentos da época terem sido erguidos pelas mãos de imigrantes recém-chegados na cidade. De fato, a expansão do fluxo comercial da cidade atraiu famílias de outras partes do país, como alemães, ingleses, italianos, árabes, dentre outros. A proibição do tráfico de escravos deu a esses imigrantes a oportunidade de trabalhar, uma vez que, devido aos desgastes do trabalho prolongado, o número de negros operando como mão de obra baixava sistematicamente.

Entretanto, Guimarães (2006) põe em xeque a exaltação histórica da participação dos imigrantes na formação territorial local. A autora menciona que a participação dos trabalhadores não poderia ser determinante na produção do café, na implantação das indústrias e no processo de urbanização se esse grupo não correspondia a um décimo da população de trabalhadores escravos que variava entre quinze e vinte mil pessoas. É difícil afirmar que os trabalhadores imigrantes, um grupo com aproximadamente mil e quinhentas pessoas, tenha sido determinante no mundo do trabalho local durante esse período frente ao número elevado de negros.

Apesar das medidas tomadas no sentido de coibir o tráfico inter e intraprovincial de escravos, a adoção de força de trabalho estrangeira serviu de solução momentânea para o mundo do trabalho juiz-forano, o que gerou alterações nas relações entre os trabalhadores. Diferente dos negros, os imigrantes estrangeiros trabalhavam mediante remuneração, o que, por si só, já constituiu uma mudança significativa. Outra mudança ocorrida foi em relação à alocação dos trabalhadores imigrantes em postos de trabalho específicos, o que era justificado pelos empresários locais, pelo fato de os imigrantes serem possuidores de técnicas de trabalho que os habilitava ao exercício de ofícios como ferreiros, marceneiros, dentre outros, em oposição aos trabalhadores negros, cuja força de trabalho estava concentrada em atividades laborais baseadas na força bruta.

De acordo com pesquisa dos historiadores Lamas e Oliveira, a maior parte das obras da construção foram executadas por escravos cedidos através de contratos de aluguel, prática ilegal na época. Lamas e Oliveira (2011, p. 66) citam que:

A quantidade de escravos alugados na região indica que a força de trabalho escrava exerceu um papel fundamental na construção da Rodovia União & Indústria ao longo de todo o processo. Além do aspecto quantitativo, deve-se levar em conta também o tempo de engajamento dos escravos, já que três das dez escrituras alugavam seus escravos pelo tempo de dois anos, enquanto as outras três pelo tempo de quatro anos, duas pelo tempo de cinco anos. Tais dados permitem-nos concluir que o papel de mão de obra escrava foi muito relevante, uma vez que o período – mínimo de dois e máximo de cinco anos – cobre boa parte do período de construção da Rodovia, incluindo a fase em que os imigrantes alemães estiveram trabalhando.

Após a conclusão e a operacionalização da estrada União-Indústria a cidade tornou-se o maior entreposto comercial da Zona da Mata. Em contrapartida, a estrada ganhou a concorrência das estradas férreas D. Pedro II e Leopoldina, empreendimentos que também se valeram da força de trabalho escrava durante sua execução.

Como efeito indireto da próspera situação econômica, os empresários da cidade começariam a aplicar os recursos provenientes do café nas primeiras indústrias. Essas indústrias além de alavancarem a economia regional e municipal, dariam maior contribuição ao processo de urbanização. Os empreendimentos da infraestrutura juiz-forana, pioneiros em escala nacional pela data da sua implementação, foram realizados em função da expansão industrial na cidade.

### **2.1.1. O trabalho negro na base do desenvolvimento econômico da Manchester Mineira**

O processo de industrialização no país e, em especial, o de Juiz de Fora, deu-se a partir da aplicação do capital excedente no comércio de café para a implantação das primeiras indústrias, que eram, em sua maioria, de gêneros alimentícios e têxtil (dada a cultura trazida pelos imigrantes estrangeiros). As primeiras empresas se instalaram na década de 1880 e, a partir do desenvolvimento econômico destas e das subsequentes, a cidade se tornou o centro industrial das Minas Gerais. Vem desse período próspero a alcunha de “Manchester Mineira” dada a Juiz de Fora em alusão à famosa cidade industrial inglesa. A importância industrial da cidade perdurou até a década de 1930.

O início da industrialização juiz-forana coincidiu com algumas das leis que antecederam a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no país, além de ser contemporâneo da própria libertação dos escravos. O processo trouxe às indústrias a possibilidade de mão de obra, mesmo que não qualificada, mas que poderia ser útil como a dos imigrantes.

Uma vez que houve a libertação dos negros, a região e o país se encontravam num grande dilema sobre o que fazer com eles já que, agora, as leis davam conta de que para trabalharem, os negros teriam que ser pagos e seus antigos donos não queriam fazê-lo, alegando que teriam prejuízos. Restavam aos libertos as opções de retornarem aos quilombos ou antigos esconderijos ou ir para as cidades à procura de empregos. Segundo Almeida (2008), houve aqueles que tentaram se estabelecer em terras públicas em busca de produzir ali seu próprio sustento, mas o preconceito racial fez com que os mesmos fossem expulsos, quando não pelos senhores de terras vizinhas que alegavam direito às terras, pelo próprio governo, que agia para reprimir iniciativas parecidas. A sociedade de então temia que houvesse o acúmulo de negros perambulando e vadiando pelas cidades, sob a alegação de que os mesmos causariam arruaças, realizariam saques e que aumentaria a criminalidade, dessa forma, a sociedade cobrava dos governantes que dessem destino aos negros.

Alguns negros libertos, temendo a miséria na nova condição, fizeram acordos com os donos de terra para que continuassem a trabalhar nas fazendas, sendo pagos com uma quantia irrisória. Aqueles que se aventuraram pelas cidades encontraram dificuldades para serem empregados. Nessa época, os negros enfrentavam a concorrência direta dos imigrantes estrangeiros, trazidos ao Brasil sob a alegação do emprego de novas técnicas produtivas ao trabalho na fazenda e na indústria – por trás dessa justificativa produtivista estava velada a estratégia de branqueamento da população.



Em Juiz de Fora, o que se deu não foi muito diferente. Segundo Almeida (2008), os negros que não se mantiveram nas fazendas, rumaram para a cidade, onde ocuparam os cortiços. As opções de emprego eram diminutas: as indústrias ofereciam empregos que envolviam somente o trabalho braçal, enquanto as linhas de produção eram ocupadas pelos imigrantes.

Aos negros que não conseguiam emprego nas fábricas, muitas vezes restava trabalhar nos armazéns e lojas do comércio local. Não se viam muitos negros vendedores nesses estabelecimentos. Sua presença era notada em ocupações como faxineiros, estoquistas, dentre outras - algo que os impedissem de lidar diretamente com o público.

Pires (2009) aponta que a empreitada do café e da indústria juiz-forana durou até a década de 1930 graças aos efeitos da crise econômica de 1929 na bolsa de valores de Nova York. Tais efeitos trouxeram grandes abalos à estrutura econômica dos Estados Unidos da América e ao resto do mundo. Os Estados Unidos eram destino de grande parte do café brasileiro, e a crise fez com que as vendas diminuíssem e os preços baixassem de modo vertiginoso. O governo do Brasil, que a essa época já havia se tornado uma república, adotou, para conter a desvalorização crescente, a medida de comprar o excedente de café e queimar grande parte do estoque para diminuir a oferta e assim manter o preço do café, que, na época, era o principal produto do país. Houve então um efeito dominó sobre a indústria juiz-forana, a qual, em sua maior parte, era financiada pelos lucros da venda do café. Somente algumas companhias conseguiram se manter após esse período.

Em Lamas e Oliveira (2011) alguns motivos são listados para a inclusão de imigrantes no regime industrial de trabalho, em detrimento da força de trabalho negra disponível. Uma hipótese levantada relaciona-se com o fato de a legislação do país na época não prever nenhum tipo de assistência social à população negra, acarretando um número elevado de pessoas sem moradia, emprego, acesso à educação e a condições de subsistência.

Outra hipótese levantada se deu a partir da tentativa de branqueamento da população brasileira por parte do governo, já que o pensamento eugenista da elite dominante à época considerava os negros livres e libertos não aptos ao regime de trabalho, indolentes e preguiçosos. Os europeus eram vistos como um povo culturalmente acostumado ao trabalho e dominador de técnicas para as funções que seriam desenvolvidas nas indústrias e na agricultura.

O fato é que as hipóteses demonstram o cunho racista da sociedade brasileira perante a situação dos negros da época. Com base nos dizeres de Oliveira (2000), verifica-se uma

organização do trabalho que, mesmo após a abolição da escravidão, seguiu cerceando o trabalhador negro. Com a gradual mudança no modo de produção local de agrícola para industrial em algumas décadas, ocorreu também a reorganização das relações de trabalho: se, no campo, a força de trabalho escrava era o fio condutor da produção do café, nas recém implantadas indústrias, esse fio condutor era o trabalhador livre da cidade.

Nessa nova organização do trabalho, a hierarquização racial fez com que o ex-cativo negro fosse alocado abaixo dos brancos pobres e dos imigrantes recém-chegados. Sem opções de trabalho, esses negros foram levados a realizar as atividades rejeitadas por outros grupos raciais, o que basicamente concentrou os trabalhadores negros em atividades de prestação de serviços, sua principal fonte de renda e sobrevivência durante o período na cidade.

De acordo com Cordovil (2013), à medida que mais negros se deslocaram das fazendas para o perímetro urbano, eles acabaram por constituir territorialidades próprias. Essas territorialidades tinham por característica sua demarcação e o fato de estarem segregadas do resto da cidade, nelas se formaram as comunidades negras que com o passar do tempo se desenvolveram como os bairros negros juiz-foranos. As áreas ocupadas desde os tempos pretéritos apresentam problemas relacionados à sua infraestrutura - a maioria delas, localizada às margens de rios e córregos próximos ao centro urbano ou em regiões de morros, resquícios de esconderijos dos antigos escravos. Nas referidas áreas, havia a socialização dos negros, onde os mesmos preservavam os costumes da cultura dos ancestrais e professavam a fé nas religiões africanas.

A integração do ex-cativo na sociedade local se deu de forma conflituosa. Cordovil (2013, p. 163) cita que “os negros podiam contar apenas com a solidariedade dos que escolheram o mesmo caminho”. Esse grupo racial só dispunha de botequins e biroskas como locais de convivência. Tais locais, além de propiciar momentos de descontração para os trabalhadores negros, serviam para que os mesmos estabelecessem redes de contatos com membros dos outros grupos raciais. Todavia, esses locais frequentemente eram cenários de delitos e de perturbação da ordem pública, como brigas e vadiagem, de forma que a integração de fato só ocorreria a partir da participação dos negros nas festas religiosas, em função dos preceitos cristãos e das regras morais rígidas que colocavam todos os presentes na mínima condição de igualdade possível.



### **2.1.2. Os processos de reconfiguração do trabalho local ao longo das primeiras décadas do século XX**

Juiz de Fora já era destaque nacional pela industrialização crescente durante as décadas anteriores, perdendo nesse quesito apenas para Rio de Janeiro e São Paulo, que até mesmo pela importância geográfica e política, eram os maiores centros industriais do país. A crise econômica de 1929 inviabilizou a exportação de café, que, até então, era a peça chave na engrenagem econômica da cidade. Vale lembrar que o café não apenas era o principal produto comercial, mas também a principal fonte do capital de financiamento das indústrias da cidade na época.

Duarte (2013) aponta que, sem o aporte financeiro gerado a partir do comércio do café, as indústrias juiz-foranas passaram a se manter sozinhas, mas como ocorria em todo o sistema capitalista da época, a retração do mercado consumidor gerou uma estagnação econômica. O período de estagnação econômica que atingiu Juiz de Fora fez com que no decorrer das décadas de 1930 a 1960 houvesse um enfraquecimento gradual nas indústrias da cidade, levando-as, uma por uma, à falência, restando poucas nas décadas seguintes. Houve, então, mudanças na dinâmica da produção local - a cidade voltou a ter a produção agrícola como principal atividade econômica, o que resultou na realocação do trabalho de trabalhadores locais para áreas mais afastadas do centro urbano de Juiz de Fora. Duarte (2013) cita que o centro urbano diminuiu suas atividades devido ao fechamento das indústrias e se converteu na área que concentrava o comércio, a cultura e o lazer, além dos serviços públicos e administrativos da cidade, o que fez com que processo de urbanização crescente, partindo do centro para as extremidades, fosse reduzido gradualmente.

Um fato importante sobre esse período é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no ano de 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas. Nunca antes, nenhuma legislação destinada ao trabalhador havia sido criada. Isso ocasionou mudanças nas relações inerentes ao mundo do trabalho. Até aquela época, acordos entre patrões e empregados serviam para reger as relações de trabalho. Tais acordos, em sua maioria, resguardavam o patrão, colocando-o como a parte prejudicada em caso de seu descumprimento. Os acordos encobriam possíveis abusos e artimanhas do empregador, dificultando o acionamento de autoridades competentes.

A CLT (BRASIL, 1943) significou a normatização das leis do trabalho no Brasil, estabelecendo salário mínimo, duração da jornada de trabalho, identificação profissional, férias anuais, previdência social, proteção à mulher e ao menor, dentre outros direitos. A lei

trabalhista marcava a instituição de igualdade de condições dos trabalhadores segundo os seus direitos, todavia, faltava uma aproximação semelhante relativa aos direitos civis perante a sociedade brasileira. Em tese, a instituição da CLT marcou a padronização dos regimes de trabalho, com as variações devidas de acordo com o ofício exercido, mas a discriminação velada no mercado de trabalho persistiu.

Nessa ótica, identificamos a construção da sociedade e das relações de trabalho locais com base em uma estrutura historicamente constituída sobre o reforço das diferenças. Numa sociedade que herdou preceitos euro-centristas de estratificação social, não surpreende que o mundo do trabalho e o mercado de trabalho locais relativos aos tempos pretéritos retratados até aqui, já se organizassem por uma lógica em que o grupo racial dominado estava na base da divisão do trabalho.

Devemos ressaltar que mesmo a protoindustrialização juiz-forana do início do século XX não sendo alvo da análise pretendida por Santos (1998; 2014) sobre os circuitos da economia urbana, observa-se que há elementos semelhantes sobre a situação dos trabalhadores negros dos dois recortes temporais. A subutilização da força de trabalho negra qualificada, ou até mesmo a utilização majoritária dessa mesma força de trabalho em funções características do setor de comércio e serviços estariam caracterizados num circuito inferior da economia de sua respectiva época. Ou seja, a constituição do cenário recente do mercado de trabalho é formada em função de elementos obtidos das relações desenvolvidas no mundo do trabalho ao longo dos anos. A manutenção da situação do trabalhador negro na base das estruturas existentes nas relações relaciona-se com um construto histórico da dominação baseada no fator racial, constituindo evidência de como as formas de racismo são responsáveis por designar os papéis de cada sujeito na sociedade pela perspectiva do grupo racial a que o mesmo está ligado. Para entender melhor essa sistematização racista, devemos entender como o racismo é produzido e reproduzido.

O que entendemos por raça tem seu significado ligado a agrupamento por características semelhantes. Segundo o dicionário Aurélio, raça pode significar também uma subdivisão animal ou uma divisão de casta. Biologicamente raça é um conceito utilizado para agrupar indivíduos com características semelhantes entre si dentro de sua espécie, uma forma objetiva de separar e agrupar animais.

A designação de raças humanas em um primeiro momento baseou-se na identificação de características semelhantes entre os indivíduos para agrupá-los, mas no decorrer do avanço da ciência e dos métodos científicos, os estudos sobre a genética fizeram com que esse modo

de classificação caísse por terra. Não há diferença genética entre indivíduos que se supõem serem de raças distintas. A partir da Antropologia e da Sociologia, as raças humanas passam a ter novo significado no meio científico. Na Geografia, Santos (2012, p. 38) nos dá uma visão contemporânea do conceito de raça ao afirmar que:

A raça é um critério básico de classificação da população mundial, crucial para a afirmação do sistema capitalista (QUIJANO, 2007). Sustentada (durante um tempo) ou superada (mais recentemente) pelo saber do campo da biologia, é sua pertinência social em projetos de poder que sustenta sua permanência, a despeito de ter ou não ter lastro em saberes científicos. É neste sentido que, mesmo com a negação da pertinência de diferenças biológicas entre seres humanos que permitam sua classificação em grupos raciais, no cotidiano das relações sociais a permitam sua classificação em grupos raciais, no cotidiano das relações sociais a raça continua a ser um princípio regulador de comportamentos, tratamentos e relações: reconhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsiona reconhecimento de igualdade social.

A perpetuação da ideia de raça só ocorre a partir do momento em que se reconhece o conceito como uma construção social. Assim, toda e qualquer ramificação nascida do mesmo advém de discursos sociais e ideológicos, como acontece com as construções acerca de racismo e racialidade. Munanga (2003, p. 9) cita a construção sobre raças feita pelo naturalista sueco Carl von Linné como “o melhor exemplo de classificação racial humana acompanhada de uma escala de valores que sugere hierarquização”. Segundo Munanga (2003, p. 9), Linné estabeleceu no século XVIII uma divisão do *homo sapiens* em quatro grupos raciais e os definiu da seguinte maneira:

- 1)**Americano**: o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado.
- 2)**Asiático**: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas.
- 3)**Africano**: negro, fleumático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes(despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.
- 4)**Europeu**: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas.

Vemos aqui uma forma de caracterização tendenciosa, em que a hierarquização racial alça o europeu ao patamar mais elevado em detrimento dos outros grupos raciais - não surpreende que tal hierarquização tenha sido reproduzida no campo das relações, afinal nos tempos coloniais, tal ideologia garantiria o estabelecimento da dominação branca fundamentada nos conhecimentos produzidos pelos pesquisadores à época. Colocado o branco

como organizador do mundo do trabalho colonial, a exploração dos outros grupos raciais pode ser explicada através do entendimento da racialidade.

Quijano (2005) usa a racialidade em sua análise das características de exploração dos nativos americanos pelos colonizadores europeus durante o desbravamento do “Novo Mundo”. Dadas as características históricas peculiares da introdução dos exploradores portugueses, o termo racialidade pode ser empregado, por exemplo, em referência à exploração dos nativos brasileiros e, em uma leitura diferente da habitual, pode ser usado no debate sobre a exploração da mão de obra do trabalhador negro.

A leitura alusiva à ação da racialidade sobre o trabalhador negro recorre a desdobramentos históricos de sua inserção na sociedade brasileira, desde a introdução do negro escravizado, passando pelo processo de abolição, até a busca por justiça social e igualdade de direitos. Analisando os exemplos contidos no exame da introdução do trabalhador negro na sociedade juiz-forana, constatamos que, desde sua inserção na exploração cafeeira até os processos de protoindustrialização e urbanização da cidade, a racialidade age sobre a estrutura do trabalho local. Quijano (2005, p. 126) assevera que “a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista”. Isto é, mesmo com características peculiares relativas à história e à sociedade juiz-foranas, o cenário pretérito das atividades laborais está incorporado a uma escala de normatização que atinge todo o mundo capitalista.

Sob a perspectiva do autor, deduzimos que a ideologia eurocêntrica é responsável por impetrar na sociedade brasileira uma visão histórica em que formas de trabalho remunerado eram privilégios exclusivos de brancos. Ocasionalmente, num mundo do trabalho onde a remuneração já não é exclusividade do referido grupo racial, a racialidade se adapta de modo a conduzir os trabalhadores brancos a um contexto geral de situações melhores de remuneração ou de postos ocupados no mercado do trabalho quando comparados a outros grupos raciais.

Tudo o que foi exposto até este ponto baseia-se nas formas clássicas de racismo, em que as manifestações se davam de forma clara e direta relativamente à discriminação racial. Desse modo, não é possível apontar alguma forma de segregação espaço-racial, uma vez que essa noção está ligada também a formas de racismo que vão além da ofensa direta, como o racismo estrutural e institucional. Vale lembrar que a noção de segregação espaço-racial apresenta-se como uma face da produção espacial no tocante ao argumento central das

questões raciais e identitárias na estrutura social brasileira. Assim, toda discriminação do negro no mercado de trabalho atual estaria ligada à manifestação da segregação racial desde que se levasse em conta somente a questão de cor ou raça dos indivíduos. Todavia, ponderando acerca da associação das questões raciais aos aspectos de produção espacial no mundo do trabalho, a avaliação mais simples sobre discriminação racial direta não é capaz de contemplar os aspectos característicos de diferenciação de trabalhadores num contexto de segregação espaço-racial. Isso exige o exame da situação de maneira diferente da forma como aconteceu nos Estados Unidos durante o século XX, mas que se mostrou igualmente excludente.

Até aqui destrinchamos a caracterização da economia juiz-forana e discorreremos sobre como, no mercado de trabalho local, os elementos desses tempos pretéritos perduram nas relações produtivas, espaciais e sociais contemporâneas. Agora vejamos de que maneira tais relações interagem no cenário atual da cidade e de que forma isso ocasiona a segregação espaço-racial dos trabalhadores negros.

## 2.2. OS SETORES ECONÔMICOS E O MERCADO DE TRABALHO JUIZ-FORANO

Ao tratar da economia local faremos uma breve introdução sobre as características de seus setores e sobre a participação dos trabalhadores em cada um deles. Nesse sentido trabalharemos os setores, citando suas características e a participação dos trabalhadores em cada um deles. Vale ressaltar que o exame dos setores inclui também seu papel na dinâmica de evolução do espaço urbano local.

Começamos a análise pelo setor primário, relativo às atividades agropecuárias juiz-foranas. Segundo a análise apresentada em IBGE (2010), o setor primário tem pouca relevância na economia local sendo definido essencialmente como atividade familiar. A produção local é pautada na pecuária bovina e suína, enquanto a agricultura tem como principais produtos a cana-de-açúcar, o milho e o feijão. Geograficamente, a produção do setor primário local está pulverizada por todos os distritos do município de Juiz de Fora. Para atender à demanda produtiva, a cidade basicamente se abastece de alimentos produzidos fora de seus limites, sendo a principal compradora da produção das outras cidades da zona da mata mineira.

Durante o processo de desindustrialização entre as décadas de 1930 e 1960, o setor primário correspondeu ao maior setor produtivo local. Mas à medida que o processo de

urbanização se expandiu em direção aos bairros afastados do centro, a importância do setor primário foi diminuindo, o que se deu em função da demanda por trabalhadores para o comércio e os serviços. Entretanto, o setor primário deixaria de ter relevância na economia local a partir da década de 1990, devido ao novo impulso na industrialização local iniciado a partir da instalação da fábrica filial da Mercedes-Benz em Juiz de Fora.

O setor secundário corresponde ao segundo maior setor econômico em importância no Produto Interno Bruto (PIB) juiz-forano, além de ser o segundo setor que mais capta trabalhadores no mercado de trabalho local. No setor industrial local destaca-se a montagem de veículos, a produção de alimentos, a transformação de matéria-prima, de plástico, farmacêutica, têxtil, dentre outras. O novo processo de industrialização está ligado às profundas mudanças ocorridas no país durante os anos de 1990. Esse período marca a reconstrução democrática do país pós-regime militar e a retomada do crescimento da economia com o plano Real.

O plano Real teve como objetivos o controle da inflação e o incentivo ao consumo por parte do mercado interno. Em relação à produção brasileira e ao mercado de trabalho, o período representou a introdução e a popularização dos sistemas informatizados. Com a nova tecnologia, houve o aumento e a dinamização das técnicas de produção, a setorização das funções na produção industrial e o estabelecimento de redes de diversas escalas de comunicação, o que implicou a melhoria do escoamento relacionada ao fluxo de matéria-prima, de capital, de informação, de pessoas e de produtos.

Com o processo de globalização da produção e das comunicações, provocado pela expansão tecnológica, o mercado de trabalho foi forçado a se adaptar. Paralelamente a isso, ocorreu em todo o mundo uma reestruturação da cadeia produtiva que flexibilizou a produção e as relações de trabalho. O advento da rede mundial de computadores e da crescente virtualização do capital trouxe ao mercado do trabalho novas exigências, sobretudo em relação à busca por profissionais capacitados a lidar com a tecnologia robótica e a automatização crescente das linhas de produção.

Nessa nova configuração do mercado de trabalho, a crescente tecnologia empregada fez com que a demanda por qualificação profissional aumentasse. Com o aumento da automação, as tarefas humanas nas linhas de montagem passaram a ser cada vez mais especializadas. As tarefas desenvolvidas apresentavam certo grau de complexidade e exigiam dos trabalhadores maior precisão, de forma que o profissional que não estivesse apto ao exercício da função acabaria substituído. A força de trabalho excedente, que não conseguiu

atender às novas demandas da produção, acabou migrando para o setor de comércio e serviços, o que ocasionou uma disputa cada vez maior por vagas. Empresas que não dependiam da qualificação profissional de seus empregados agora se valiam de facilidades para recrutar o melhor quadro profissional disponível.

Em relação a esse período, a economia de Juiz de Fora teve um novo impulso a partir de um novo processo de industrialização. Seu marco inicial foi implantação da fábrica da Mercedes-Benz, a primeira fábrica da montadora de automóveis fora da Alemanha. O terreno escolhido no Distrito Industrial, às margens da BR-040, foi determinante para acelerar o crescimento de Juiz de Fora, alavancado pela industrialização rumo à zona norte da cidade.

O investimento na fábrica local foi de mais de 850 milhões de dólares, aumentando a qualificação da força de trabalho do setor industrial na cidade, a infraestrutura do distrito industrial juiz-forano e o número de empregos diretos e indiretos. A instalação e a operação bem-sucedida da fábrica da Mercedes-Benz fizeram com que a cidade se tornasse atrativa no cenário industrial nacional, recebendo nos anos seguintes outras empresas nacionais e estrangeiras e de diversos segmentos industriais. Também é dessa época a compra da siderúrgica Mendes Júnior pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje Arcelor Mittal, compra esta que resultou na ampliação de sua estrutura e operações. Basicamente a participação do setor industrial na economia local foi alavancada por essas duas empresas - consequentemente, o mercado de trabalho local começa a ganhar a formatação que conhecemos. Graças ao novo processo de industrialização, desencadeado pelas inovações tecnológicas, a economia urbana de Juiz de Fora passou a se alinhar com o que entendemos por circuitos superior e inferior da economia (SANTOS, 2014).

Ocorreu em Juiz de Fora e nas outras cidades que aspiravam ao crescimento econômico através no novo boom da industrialização, uma competição em facilidades (concessão de subsídios) a fim de as indústrias do mundo globalizado. Mais indústrias multinacionais foram atraídas pelos incentivos fiscais, pela localização da cidade e pelo fato de a mesma ser considerada referência regional em educação, por contar com muitas instituições de ensino técnico e superior.

A área escolhida para a instalação dessas empresas foi a zona norte de Juiz de Fora, o que ajudou a acelerar o processo de urbanização dos bairros no entorno. Através da construção do Acesso Norte, o percurso em direção às rodovias próximas foi encurtado, facilitando o tráfego de veículos leves e de meios de transporte coletivo nos bairros da região. Além disso, o Acesso Norte foi responsável por tirar a maior parte do fluxo de caminhões de



carga do perímetro urbano, permitindo aos veículos de carga um caminho rápido até as indústrias locais, mais precisamente ao distrito industrial juiz-forano. O Distrito Industrial foi projetado próximo à linha férrea e à BR-040, saída da cidade para os portos do Rio de Janeiro e acesso para as capitais do estado e do país (Belo Horizonte e Brasília respectivamente). Certamente a localização privilegiada do distrito industrial juiz-forano facilitou a logística de materiais e pessoal tanto em direção ao interior quanto ao litoral do país. Atualmente sua administração está a cargo da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF).



**Figura 1:** Trabalhadores da fábrica da Mercedes Benz/JF durante assembleia.

**Fonte:** <https://www.stimjf.com/post-unico/2018/06/15/Assembleia-movimentada-manha-na-Mercedes>

O recrutamento dos trabalhadores do atual setor industrial se deu por etapas: em um primeiro momento, as empresas optaram por trazer profissionais de outras unidades para facilitar a implantação dos métodos de trabalho nas indústrias locais. A justificativa era a de implantação de técnicas padronizadas na produção das fábricas. Nas etapas seguintes, esses trabalhadores seriam gradualmente substituídos pelos profissionais locais já familiarizados com o modo de produção.

As atividades de trabalho do setor industrial destacadas envolvem processos da linha de montagem, além da operação de máquinas pesadas num regime de trabalho assalariado. Os trabalhadores do setor estão vinculados a indústrias com grande dependência tecnológica em



seu processo de produção, por isso o recrutamento é voltado para profissionais com certo grau de qualificação profissional.

Uma influência direta da nova organização do trabalho nas indústrias, quando comparada com o cenário de protoindustrialização juiz-forana, foi a diminuição dos postos de trabalho. Isso ocorre pelo fato de a indústria contemporânea necessitar de um número menor de trabalhadores graças ao desenvolvimento tecnológico. Com a descentralização do processo produtivo, fruto da globalização, as indústrias passam a ter menor necessidade de funcionários por unidade, ao mesmo tempo em que a produção movimenta grande quantidade de recursos, sobretudo os financeiros. Por essas condições, constata-se o notório impacto do setor industrial na economia local, mesmo alocando muito menos trabalhadores se comparado ao setor terciário por exemplo.

No tocante à exigência de qualificação, o setor industrial apresenta necessidades ímpares de acordo com a atividade-fim das empresas. Talvez por isso, cada ramo apresente condições e remuneração média particulares para seus trabalhadores se comparado às demais indústrias, de modo que há, para cada ramo de atuação, um regime próprio de acordo com a “complexidade e diversidade de processos de produção” (IBGE, 1981, p.35).

Devido à necessidade de mão de obra qualificada na execução das tarefas, essas indústrias contratam poucos funcionários comparativamente a outras atividades. É comum que as empresas do setor recrutem alunos de escolas e cursos técnicos durante a sua formação, para que estes, aos poucos, assumam os postos de trabalho na linha de produção. Quando não recrutam estudantes, o processo de recrutamento inclui etapas de qualificação dos trabalhadores em parceria com as federações de indústrias de cada estado - a empresa dispõe de controle sobre a adequação dos profissionais ao seu método de trabalho.

Fica claro que a condição do setor industrial em específico está diretamente ligada à educação e à profissionalização do funcionário. Diferentemente da protoindústria juiz-forana do início do século XX, a indústria atual não depende mais de força de trabalho que atue em atividades que requerem o uso de força, para isso se utilizam de máquinas. O profissional inserido na linha de montagem necessita saber lidar com as complexidades da função que desempenha, com a mínima margem de erro. Por isso, o setor investe no recrutamento de força de trabalho qualificada e cuida para que a mesma esteja sempre atualizada, devido à constante evolução tecnológica.

Levando em conta as duas situações apresentadas, verificamos diferenças entre os grupos raciais quanto à inserção de seus membros nesse setor. Se considerarmos apenas a

relevância na economia, o setor industrial atual absorve um número proporcionalmente menor de força de trabalho negra se comparado à participação de outros grupos raciais no mesmo setor, o que se dá não apenas em proporção, como também em números absolutos. Há de se questionar as razões para que tal cenário se estabeleça. Tendo em vista a característica da cidade como referência em educação, presume-se que a mesma forme constantemente força de trabalho qualificada, logo também deveriam se formar trabalhadores negros nessa situação. Ainda assim a dificuldade de inserção no setor industrial é tanta que nem sempre esses trabalhadores são aproveitados nos ofícios para os quais se prepararam. E isso certamente tem influência sobre o setor que trataremos a seguir.

Por último o setor terciário, relativo ao comércio e aos serviços, consiste no setor responsável pela maior contribuição no PIB juiz-forano, segundo o IBGE (2010), o que faz com que a economia local se sustente basicamente pelas atividades envolvidas pelo setor. Geograficamente, trata-se do setor que mais se espalha pela cidade, todavia é em sua região central que registramos a maior concentração, sobretudo do comércio. Há também centros comerciais pela cidade como os shoppings Independência, Alameda e Jardim Norte, além do complexo de vendas e serviços automotivos Center Car, fora todo o comércio ambulante que pode ser observado na cidade.



**Figura 2:** Eixo de comércio e serviços juiz-foranos: Independência Shopping, e Shopping Jardim Norte.  
**Fonte:** [https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g887228-Juiz\\_de\\_Fora\\_State\\_of\\_Minas\\_Gerais-Vacations.html](https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g887228-Juiz_de_Fora_State_of_Minas_Gerais-Vacations.html)



**Figura 3:** Eixo de comércio e serviços juiz-foranos: Ruas centrais (comércio da Rua Halfeld).

**Fonte:** [https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g887228-Juiz\\_de\\_Fora\\_State\\_of\\_Minas\\_Gerais-Vacations.html](https://www.tripadvisor.com.br/Tourism-g887228-Juiz_de_Fora_State_of_Minas_Gerais-Vacations.html)

Por conta da baixa exigência de qualificação, o setor terciário é responsável pela maior parte do recrutamento de trabalhadores no mercado de trabalho local, o que contribui para encontrarmos uma vasta gama de trabalhadores atuando no mesmo, tanto na formalidade quanto na informalidade. Como efeito do desenvolvimento da cidade, o setor terciário tem seus postos de trabalho variando em função da demanda de consumo ou de serviços pela população. Todavia mesmo o crescimento das vagas no setor terciário não é capaz de abarcar os trabalhadores que não são absorvidos pela indústria as atividades e as vagas do setor terciário não são suficientes para alocar todos os trabalhadores excedentes dos outros setores. Segundo o IBGE (1981, p.37), o grupo de trabalhadores não alocados “vai engajar-se em formas de organização não capitalistas, porém, articuladas e subordinadas ao setor produtivo moderno”. Essa situação ilustra a diversidade de maneiras como a estrutura de trabalho interna de comércio e serviços é organizada em função da heterogeneidade das atividades laborais ligadas ao setor terciário. Trata-se de atividades de comércio, de logística (transporte envolvendo pessoas e carga comercial) e de serviços, que funcionam cada um à sua maneira, incluindo relações e regras próprias das respectivas estruturas de produção.

O IBGE (1981) chama a atenção para a organização e para a distribuição de trabalhadores segundo o grupo racial a que pertencem. O referido estudo registra condições discriminatórias enfrentadas pela população negra quanto ao seu recrutamento, indicando que



os processos de contratação envolvendo trabalhadores que lidam diretamente com o público podem transcorrer de maneira diferente para brancos e negros. Nos casos de empreendimentos que lidam com a prestação de serviços ou comércio com a parcela rica da população, a discriminação racial no recrutamento é ainda maior. O estudo liga esse relato a entrevistas com trabalhadores negros nas décadas de 1970 e 1980. Apesar dos mais de 40 anos que nos distanciam dessas entrevistas, tais relatos permanecem atuais, pois ainda hoje é possível encontrar casos semelhantes.

Como não há grande conhecimento empregado e a execução das tarefas é simples, muito embora a rotina seja bastante exigente, as atividades aqui listadas não exigem formação ou qualificação em função do seu caráter estritamente prático. As outras atividades de prestação de serviço inclusas nesse grupo relacionam-se com ofícios cujas condições envolvem menor empenho físico e rendimento melhor se comparadas aos trabalhadores de ofícios de manutenção e reparação – constituem tarefas ligadas ao serviço administrativo ou a trabalhos técnicos, além de serviços de transporte (ofícios que exigem uma qualificação específica como requisito).

Parece-nos que as condições desiguais na prestação de serviço ocorrem já a partir da inserção, também desigual, do trabalhador, na estrutura organizacional e na hierarquia das respectivas atividades laborais, sobretudo as relacionadas às condições diferenciadas de cada grupo racial. Ao recorrer novamente ao caso dos trabalhadores de ofícios de manutenção e de reparação, o rendimento médio oscila em razão do número alto de trabalhadores envolvidos - não obstante, essa variação está relacionada também ao padrão dos estabelecimentos aos quais esses trabalhadores estão vinculados. Por exemplo, pertencentes ao mesmo grupo de trabalho, percebemos variações de condições entre empregadas domésticas e auxiliares de serviços gerais. Ambas executam basicamente as mesmas funções, mas aspectos como o regime de trabalho, a jornada e a remuneração colocam as empregadas domésticas em condições abaixo das encontradas pelos auxiliares de serviços gerais, o que pode ser notado pela legislação que regulamenta os dois ofícios e também pelo padrão dos estabelecimentos a que esses dois ramos profissionais atendem.

Se o padrão dos estabelecimentos estiver associado a um público-alvo de renda elevada, as condições discriminatórias citadas anteriormente entram na conta. Nesse ramo de trabalho, a tensão racial é evidente e expõe cenários em que a discriminação e o preconceito se camuflam em um perfil de trabalhador moldado sobre a avaliação do que é socialmente aceito, como o que acontece nos shopping centers da cidade.



**Figura 4:** Praça de alimentação do Independência Shopping.  
**Fonte:** <https://pt.foursquare.com/ricardofraga/list/independ%C3%Aancia-shopping>



**Figura 5:** Atendente negra de uma rede de fast food.  
**Fonte:** O autor, 2018.



**Figura 6:** Trabalhador negro em quiosque de venda de óculos.  
**Fonte:** O autor, 2018.

Corriqueiramente no shopping (figuras 4, 5 e 6), cujo público-alvo constitui a parcela mais rica (classe média, classe média alta e classe alta) da população juiz-forana, é comum que os consumidores sejam majoritariamente brancos em contraste com funcionários de alguns estabelecimentos do shopping, que são, em sua maioria, negros. É comum que postos de lanchonetes e restaurantes, de limpeza e manutenção, além da segurança desse shopping sejam ocupados por negros. De certa forma essa situação mostra também o contraste do shopping com o seu entorno.

O Independência Shopping foi construído no ano de 2008 para atender à população da zona sul da cidade. Localizado entre os bairros São Mateus, Cascatinha e Dom Bosco, o shopping desapropriou em sua obra um terreno público que servia de praça de esportes à população do Dom Bosco. À primeira vista, os fatos poderiam não estar relacionados, contudo, vale um exame detalhado sobre a ligação existente entre eles.

Em um primeiro momento, devemos pensar nas características étnico-raciais dos grupos de trabalhadores e dos frequentadores do shopping. Parte dos trabalhadores desse shopping são moradores dos bairros do entorno, sobretudo os negros advindos do bairro Dom Bosco. A praça de esportes desapropriada para a construção do shopping, à qual nos referimos anteriormente, era utilizada como local de lazer gratuito pela população predominantemente negra do mesmo bairro. E, atualmente, o acesso dos moradores do bairro ao shopping é

restrito em função de discriminação racial e econômica, como relatado em Cassab (2010). Verifica-se um processo de recrutamento em que o aspecto racial tem sua participação na designação dos cargos e posições hierárquicas a serem ocupadas, mesmo que os trabalhadores que se candidatem a essas posições estejam todos nivelados em relação à sua escolaridade. Esse é um efeito do racismo estrutural que se reproduz nas relações do mundo do trabalho e dita as regras de inserção no mercado de trabalho.

### 2.3. RACISMO ESTRUTURAL COMO ESTRATÉGIA DE EXPLORAÇÃO DOS GRUPOS RACIAIS

Quando tratamos sobre o que seria o racismo estrutural, remetemo-nos ao conceito já apresentado sobre racismo. A associação mais comum é a de práticas nocivas contra o outro baseadas em fator racial o que não se restringe aos negros, mas a todo grupo social não incorporado ao ideário do colonizador europeu, como ciganos, indígenas, dentre outros. Trata-se de uma ação discriminatória que acontece de um indivíduo contra o outro diretamente.

Todavia, a compreensão sobre o significado do racismo estrutural se dá a partir da conjuntura em que acontece, de maneira que não se consegue estabelecer um padrão regular dessa modalidade de racismo. O senso comum enxerga o racismo como um mal social ou doença e o racista é encarado como uma pessoa com problemas intelectuais e desvios morais por tentar justificar e normalizar algo anormal como o racismo. Ao mesmo tempo, as ações advindas do racismo estrutural acabam por normalizá-lo, o que não se dá em termos de aceitação das ideologias racistas evidentes, mas sim, quando se naturaliza ou tenta-se naturalizar as diferenças de condições sociais, econômicas e de poder, ignorando-se o contexto dessas diferenças surgidas a partir da questão racial e fazendo com que essa normalização do racismo estrutural seja responsável por reger as relações sociais.

Em sua explanação sobre o racismo estrutural no Brasil, Almeida (2018) se refere ao neoliberalismo como forma de racionalidade. Almeida demonstra que o racismo é uma forma de racionalidade por se valer de uma forma de normalização, de compreensão das relações sociais. Para se compreender o racismo é preciso enxergá-lo além das ações conscientes, abarcando em seu escopo as ações inconscientes.

Temos aqui outras situações e exemplos de manifestações indiretas tão ou mais presentes na realidade brasileira, que colocam o racismo como modo de estrutura social, como funcionamento normal da vida cotidiana. Ao tratar de sua forma estrutural, Almeida (2018)



discorre sobre três dimensões do racismo, entendido da perspectiva não patológica. O filósofo cita essas dimensões como de ordem econômica, política e de subjetividade. Segundo ele, esses são três pontos em que os indivíduos são constrangidos e fazem parte da própria dinâmica com que eles vivem cotidianamente.

Em se tratando da economia, por exemplo, quando se trata da reclamação geral sobre a carga tributária brasileira, os brasileiros mais ricos são os que mais reclamam - justamente a parcela da população que proporcionalmente paga menos impostos. Segundo o relatório da Oxfam (2017), o grupo social mais afetado pela carga tributária no Brasil são as mulheres negras – o sistema tributário brasileiro reproduz as desigualdades, de maneira que coloca a mulher negra na base da pirâmide social. Como a tributação brasileira é estruturada para incidir diretamente sobre o consumo e sobre o salário, as pessoas que ganham menos e que também consomem são aquelas que vão pagar proporcionalmente mais, assim, as mulheres negras constituem o grupo social com os piores rendimentos proporcionais.

Todos os fatores expostos, por conseguinte, precisam ser observados como formadores de uma reação em cadeia: se eu ganho pouco e moro em condições de vulnerabilidade, sofro privações. Em consequência dessas privações, são geradas tensões familiares, tensões sociais, que tornam as pessoas mais propensas a serem vítimas de algum tipo de violência. É possível, dessa forma, estabelecer uma relação entre o baixo salário das mulheres negras, a constituição do sistema político tributário e falta de representatividade das mulheres negras. As mulheres negras como grupo social não tomam um corpo a ponto de serem contempladas por uma política social ou uma política pública.

Evidenciam-se, assim, dados assustadores – por exemplo, o Atlas da Violência do IPEA (2017) e o estudo de Carneiro (2017) apontam para a diminuição gradual da violência contra mulheres brancas, contudo, a violência contra mulheres negras aumenta de forma alarmante. O que explicaria isso, a não ser uma condição estrutural? Uma condição de funcionamento normal das instituições? Isso chama a atenção e ao mesmo tempo se constitui como evidência mais fundamental de como o racismo é estrutural e estruturante das relações entre os sujeitos, de modo que não há, mesmo entre os opositores de tamanha violência, qualquer tipo de ação política efetiva contrária a essa realidade.

É comum na sociedade brasileira a banalização da violência contra a população negra - a sociedade naturaliza a violência contra as pessoas negras, por exemplo, a morte violenta de jovens negros nas periferias não inquieta a sociedade da maneira que deveria. O Atlas da violência (2017) novamente aponta que, de todos os jovens assassinados nos últimos



anos, a notada maioria era de jovens negros. Outra evidência dessa naturalização é o fato de o encarceramento em massa atingir proporcionalmente mais pessoas negras, o que não traz espanto à sociedade.

O espanto causado pelo fato de pessoas negras frequentarem certos lugares também demonstra como é naturalizada a ausência de pessoas negras nesses mesmos locais - teatros e universidades, por exemplo, são naturalizados como espaços destinados à população branca. Silvio de Almeida (2016) exemplifica a situação citando casos como os dos programas de televisão brasileiros, os três poderes da república ou até mesmos os legislativos em escalas municipal, estadual e federal. Em todos os casos, aparentemente não causa comoção à sociedade a pouca presença ou a ausência de negros em todos esses espaços. Mesmo que presentes, a posição subalterna dos negros não incomoda nem provoca repúdio - algo questionável para uma sociedade que, segundo o IBGE (2010), tem em sua constituição 52% da população se declarando negra.

Urge que se abra espaço para discussão acerca do significado da presença da população negra na sociedade brasileira. Verifica-se a naturalização da condição do negro enquanto frequente em situações ou espaços referentes à violência e ao trabalho. Em contrapartida, há uma lacuna desse mesmo negro em espaços de poder e de decisão, espaços de destaque da sociedade, ainda que componha sua maior parcela: o que torna essa forma de racismo estrutural. Essa modalidade de racismo acaba por constituir e conduzir não somente as relações raciais, mas todas as relações originárias da sociedade brasileira como um conjunto.

Acontece que, da mesma maneira como ocorre a naturalização da condição deletéria da população negra na sociedade, naturaliza-se a condição do branco quanto à sua branquitude. A branquitude exalta, mesmo que de forma velada, a condição social do branco e acaba por torná-la um padrão. Assim a sociedade baseada em racismo estrutural coloca o branco como condição socialmente aceita, estabelecendo-o como regra, de modo que tudo que estiver fora dessa regra, incluindo o negro, é considerado exceção. Dentro disso, o que se observa é que a perspectiva racial só é associada ao negro, enquanto o branco fica livre da mesma.

De toda maneira, enquanto seres biológicos, constituintes de um grupo animal, tanto a construção do branco quanto do ser negro remetem a um caráter estritamente social. Esse caráter social usa o racismo em todas as suas faces como forma de impor uma hierarquia social a fim de tornar legítimos os privilégios de alguns indivíduos sobre outros. Essa linha de

pensamento nos conduz a analisar quanto a luta contra o racismo passa pelo combate direto não somente às práticas ideológicas racistas, mas também a condição estrutural surgida dele.

Como dito por Almeida (2018), trata-se de uma luta para desconstruir o que se entende como o funcionamento normal da sociedade. Tal luta se estende ao machismo, à homofobia, que também são estruturais e que também acabam por gerar privilégios nas relações sociais: assim como o racismo, todos esses elementos servem como fundamentais para entender todas as formas de exploração econômica e, ao mesmo tempo, de subterfúgio para retirar aos que a eles pertencem dos espaços de poder e decisão.

Nesse sentido ocorre o racismo estrutural sobre o mercado de trabalho, assim como é possível perceber nas discussões sobre os setores secundário e terciário da economia, o trabalhador negro encontra maior dificuldade de se inserir no mercado de trabalho – trata-se de dificuldades diferentes ligadas às especificidades de cada setor. No setor secundário, o racismo estrutural contribui para que o ingresso do trabalhador negro juiz-forano seja limitado - aqui não se pode dizer que o aspecto racial influi diretamente. Neste setor, o problema de inserção está atrelado à escolaridade dos trabalhadores: é preciso considerar que, historicamente, o grupo racial negro só obteve acesso irrestrito à educação quando a legislação brasileira passou a tratar a questão como um direito universal, através da Constituição Federal de 1988, logo, o acesso à educação básica gratuita provida pelo Estado a toda a população brasileira tem 30 anos. De certo, a aquisição desse direito fundamental impactou a todos os grupos raciais, porém, devemos ressaltar os efeitos sobre os negros, pois para este grupo também pesou o longo período de escravização, permitindo-lhe o usufruto de um direito fundamental na busca da equiparação de condições econômicas e sociais. Tudo isso mostra como um contexto geral atinente à classe trabalhadora exerceu influência muito maior no grupo racial que mais tempo permaneceu na base da sociedade.

Se no setor industrial, a condição estrutural de diferenciação da força de trabalho afunila o acesso dos trabalhadores negros, no setor terciário isso já não ocorre: aqui fica evidente que os trabalhadores negros se inserem com mais facilidade, mas certamente o que se verifica é a inserção em atividades subalternizadas, o que faz com que o grupo racial negro seja exposto às piores condições de trabalho com mais frequência que os outros grupos raciais, assim como ocorreu ao longo do período colonial e em toda evolução do trabalho no perímetro urbano. Por conta da reprodução desse racismo estrutural pelos setores econômicos, é difícil fazer uma relação desassociada entre o fator racial e as posições dos trabalhadores

dentro da organização do trabalho, tanto no circuito superior quanto no circuito inferior da economia.

Conforme o exposto, verifica-se que o racismo estrutural como estratégia de dominação conduziu a população negra a dificuldades na inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na mobilidade social. Oportunamente os trabalhadores negros foram mantidos nas posições e ofícios subalternizados para que, através deles, ocorresse a extração da mais-valia. Porém, devemos verificar, através dos dados estatísticos, como isso aconteceu em cada setor econômico, em cada situação do mercado de trabalho, nas circunstâncias enfrentadas por cada trabalhador. Essa informação nos dá a dimensão de como a segregação espaço-racial se desenvolveu sobre a cidade de Juiz de Fora.

## CAPÍTULO 3

### O LUGAR DO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO JUIZ-FORANO

*O sistema é racista cruel  
Levam cada vez mais  
irmãos aos bancos dos réus  
Os sociólogos preferem ser imparciais  
E dizem ser financeiro o nosso dilema  
Mas se analisarmos bem mais você descobre  
Que negro e branco pobre se parecem  
Mas não são iguais*

Racionais MC's

Abrimos o capítulo com uma citação da música “Racistas Otários” do grupo de rap paulistano Racionais Mc’s, em que os referidos cantores expõem contradições entre negros e brancos na sociedade brasileira. Dentre as diferenças retratadas entre esses grupos raciais, os cantores ressaltam a desigualdade social até entre a classe trabalhadora pobre. Nesse capítulo, vamos examinar a divisão social do trabalho e a forma como as questões raciais interferem na inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Nossa interpretação não se refere apenas à ocupação de vagas, mas também à organização dessas vagas por áreas de atuação nessas atividades laborais de acordo com a característica racial de seus trabalhadores.

A ideia é expor, através do debate sobre a distribuição dos grupos raciais no mercado de trabalho, as diferenças de oportunidade quando comparados entre si e, em se tratando do grupo racial negro e tais diferenças em relação à sua composição interna. Outra comparação a ser feita aqui leva em conta aspectos como rendimento salarial, escolaridade, dentre outros fatores que cercam o trabalhador. Ao fazer isso, poderemos levantar evidências dos fatores de desigualdades presentes no mercado de trabalho e na própria sociedade.

Para tal interpretação utilizaremos informações de pesquisas como IBGE (2010), dados de PNUD, IPEA e FJP (2014), além de pesquisa de amostragem própria. Com isso, esperamos elaborar a caracterização da situação do trabalhador negro em Juiz de Fora, sobretudo, a produção da segregação espaço-racial no mercado de trabalho e na sociedade.

### 3.1. A ATUAL SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES NO MERCADO DE TRABALHO

Através da análise feita sobre a constituição dos setores econômicos, fica evidenciado que a participação dos trabalhadores está ligada a uma estrutura social que se apoia nas desigualdades de condições entre os grupos raciais. Desde as atividades laborais mais básicas até as mais elaboradas, os grupos raciais são submetidos a condições diferentes, o que vale para a participação nos setores da economia local e para as diferenças em relação a rendimentos e condições de trabalho. Em função da mesma distribuição dos grupos raciais pelos postos de trabalho, as verificações da situação do mercado de trabalho juiz-forano indicam um elo entre a organização da estrutura de trabalho com a teoria dos circuitos da economia urbana.

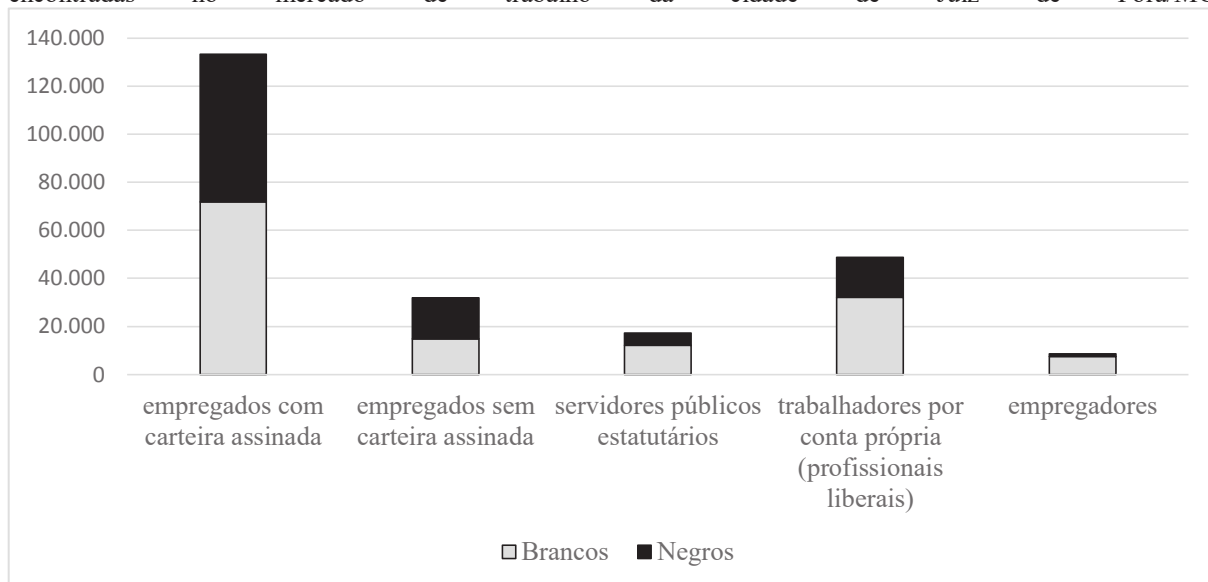
Os trabalhadores que atuam no circuito inferior requerem pouca qualificação para as atividades que exercem, o que faz com que a remuneração dessas atividades seja menor, quase sempre alinhada ao mínimo exigido por lei. Assim, esse é o circuito em que a demanda de trabalhadores é sanada com menor dificuldade por conta da menor exigência de competências. Basicamente, a maior parte de funções de trabalho da categoria de ocupações manuais corresponde às características de atividades do circuito inferior, sobretudo os ofícios pertencentes ao setor terciário.

Podemos estabelecer algumas correlações entre os circuitos da economia e os trabalhadores que neles estão presentes. A correlação inicial diz respeito às atividades relacionadas aos ofícios dos trabalhadores pelos grupos raciais de que fazem parte. Tendo em vista a dificuldade de acesso a vagas em postos de trabalho nas indústrias, o maior índice de trabalhadores negros inseridos em funções do setor terciário, além da desigualdade racial e social enfrentada pelos mesmos, é possível deduzir que a necessidade de sobrevivência leva-os a buscar os cargos à disposição no mercado de trabalho. A urgência na busca por emprego expõe os trabalhadores a funções cujo acesso e contratação são menos exigentes, e em alguns casos, tais atividades não se relacionam com o nível de instrução ou qualificação profissional dos mesmos. A estrutura do mercado de trabalho, coincidentemente ou não, faz com que os trabalhadores negros tenham menor acesso às posições estratégicas, o que não se restringe às atividades laborais, características dos circuitos. É nesse ponto que se iniciam os problemas de desigualdade racial no mercado de trabalho.

A exploração da força de trabalho incide com maior intensidade sobre o grupo racial que está na base da estrutura social, ou seja, o grupo dos trabalhadores negros. Ainda assim

conseguimos extrair outra leitura do panorama relacionado às questões raciais e aos circuitos da economia urbana. Vejamos o gráfico a seguir:

**Gráfico 1:** Comparativo da distribuição espacial dos grupos raciais de trabalhadores pelo universo das situações encontradas no mercado de trabalho da cidade de Juiz de Fora/MG



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE (2010).

No gráfico acima consideramos cada situação apresentada pelo IBGE (2010) como um recorte da espacialização do mercado de trabalho local, onde cada coluna representa o número total de trabalhadores, e as cores representam os grupos raciais e sua atuação nesses cenários. Ressaltamos que o gráfico não trata ofícios ou o setor em que estão inseridos esses trabalhadores, lidando apenas na perspectiva da participação racial nas situações individuais e como um todo.

A primeira situação diz respeito aos empregados com carteira assinada – que, segundo o IBGE (2010), concentra o maior número de trabalhadores. Ao todo, pelo menos 55% dos trabalhadores juiz-foranos estão inseridos no regime celetista (a característica marcante desse grupo é a relação trabalhista baseada em contrato regido pela CLT). A distribuição espacial dos grupos raciais aponta um ligeiro domínio de trabalhadores brancos nessa situação: eles são 54% contra 46% de trabalhadores negros, compartilhando o mesmo cenário.

A proporção se inverte na situação dos trabalhadores empregados sem carteira assinada: aqui, as relações trabalhistas não apresentam vínculo contratual entre patrão e funcionário, mas acordo apalavrado entre as partes. Pelo menos 54% dos que se encontram

nessa situação são negros e o restante, 46%, são brancos. Sem qualquer respaldo de documentação, esses trabalhadores se expõem a condições degradantes em relação à jornada de trabalho, às condições de praticá-lo e à remuneração, um panorama compartilhado com os trabalhadores autônomos. Ambas as situações fazem parte de um contexto em especial: a junção dos sem carteira assinada e dos que atuam por conta própria configura a situação de trabalho informal que corresponde a um terço (33%) do mercado de trabalho local.

A diferença entre essas situações está no número maior de trabalhadores brancos (65% para 35% de negros) entre os trabalhadores por conta própria. Vale relacionar que a situação desse grupo de trabalhadores tem ligação com a razão entre a complexidade das atividades e a rede de contatos dos mesmos, o que determina o posicionamento dos trabalhadores frente ao mercado.

A baixa participação dos negros no serviço público demonstra o cerceamento dos desse grupo dentro do universo do mercado de trabalho juiz-forano. Os números absolutos demonstram o aspecto racial como fator de influência nas colocações de trabalho. Como servidores públicos, o número de negros é de menos da metade dos brancos, são 30% de negros para os 70% de servidores brancos. É um contexto emblemático pelo fato de a inserção dos trabalhadores acontecer por meio de concursos públicos, que, em tese, seriam um meio democrático de contratação.

Se a diferença dos representantes dos grupos raciais no serviço público em um sistema de recrutamento pautado em oferecer as mesmas condições de concorrência aos seus participantes é tão alarmante, os olhares se voltam para a formação educacional dos candidatos. Retorna-se, assim, à discussão sobre a escolaridade em anos de estudo de cada grupo racial. Com menor tempo de estudo, nem todos os cargos no serviço público estarão ao alcance da maior parte da população negra. Logo, além da limitação em relação ao número de trabalhadores negros registrados pelo IBGE (2010) no serviço público juiz-forano, evidencia-se ocasionalmente um cerceamento das funções dos mesmos.

Já a situação dos empregadores reflete as diferenças de condições no que tange à concentração de poder, seja ele financeiro ou político, nas mãos da população branca local. O fator “poder” contribui para que os empregadores brancos correspondentes à maioria absoluta nesse quesito, 87% do total de empregadores locais, detenham o controle em relação às práticas de recrutamento no mercado local e continuem a replicar as situações desigualdades.

Através das situações de trabalho mostradas no Gráfico 1 e nos dados do IBGE (2010), verifica-se que na espacialização de cada uma delas, os trabalhadores negros estão

expostos a condições inferiores às de trabalhadores brancos na mesma situação. Dentro das características da noção de segregação espaço-racial em que as manifestações de racismo conferem espacializações raciais distintas do mercado de trabalho, as condições deletérias dos trabalhadores negros parecem já estar incorporadas à dinâmica econômica e social de Juiz de Fora. Isso ocorre não apenas pela diferença numérica entre os grupos raciais, mas também pela conjuntura específica de cada situação. O que é compartilhado por todas as situações de trabalho é o fato de a escolaridade ser apontada como critério de diferenciação das posições desses trabalhadores e das condições de trabalho atribuídas aos mesmos no exercício de suas atividades. Por vezes essa atribuição faz com que se ignore o racismo estrutural existente, sendo justamente essa relação que nos leva à próxima correlação.

Essa forma alternativa de correlação incide sobre a participação desses trabalhadores no espaço urbano, sobretudo no uso desse espaço relativo aos aparatos que tornam esse trabalhador produtivo. Além da escolaridade, as condições de habitação, de transporte e de saúde são fatores que contribuem nesse sentido e, por lei, constituem um direito de todos os cidadãos, o que em tese garante condições iguais aos mesmos.

### 3.2. ESCOLARIDADE COMO FATOR DIFERENCIAL NA INSERÇÃO DOS TRABALHADORES NO MERCADO DE TRABALHO

A escolaridade, ou melhor, a qualificação tem sido o fator usado para justificar as desigualdades na inserção dos trabalhadores dos diversos grupos raciais, o que nos possibilita usar uma analogia entre o sentido figurado dos lugares luminosos e opacos e as conjunturas envolvendo os grupos raciais de trabalhadores em referência à construção feita por Santos (2001). Lugares luminosos e opacos servem como paralelo social do que ocorre nas relações da organização interna do mercado de trabalho, correspondendo a uma variante dos circuitos superior e inferior, respectivamente. Aqui, a associação entre ambos é feita a partir da intensidade na luminosidade dos lugares quando ligada aos grupos raciais e às condições que cada um deles tem de usufruir de serviços públicos ou direitos constitucionalmente adquiridos.

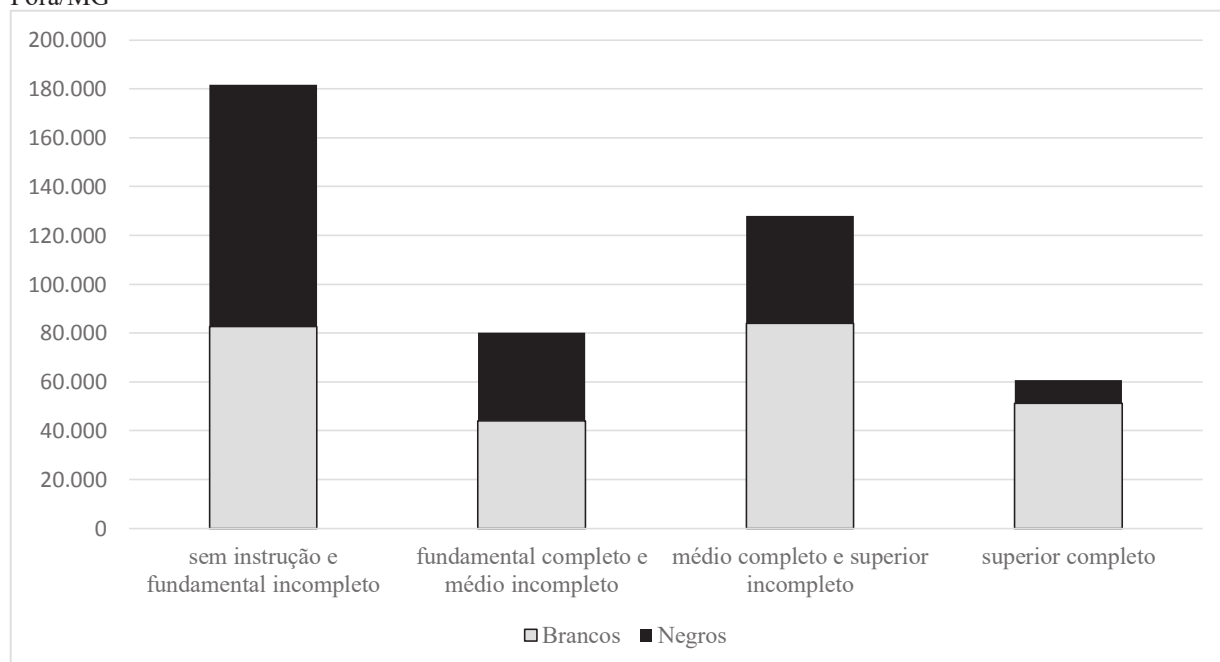
Assim os lugares luminosos remetem às possibilidades quase totais no uso e apropriação de habitação e serviços públicos, além do exercício pleno dos direitos civis. Enquanto os lugares opacos se referem às condições de precariedade na infraestrutura e na oferta de serviços, o que ocorre através das falhas do Estado e das ações do próprio sistema



capitalista, restringem-se as oportunidades de parte da população enquanto cidadãos e trabalhadores. Isso os coloca em condições de inferioridade quando comparados aos membros da população presentes nos lugares luminosos. Os lugares luminosos e opacos, juntamente aos circuitos superior e inferior da economia, associam-se à recorrência dos grupos raciais em situações deletérias ou favoráveis ao fornecimento dos trabalhadores ao circuito que lhe serve de variante. Ou seja, trabalhadores situados em circunstâncias de lugares opacos estão mais propensos a serem inseridos em atividades do circuito inferior, com propensão equivalente relacionada a lugares luminosos e circuito superior.

É possível, a partir dessa análise, retornarmos às situações relacionadas aos trabalhadores e sua posição dentro da estrutura do trabalho. Como exposto anteriormente, o mercado de trabalho usa, como forma de distinção das condições entre os grupos raciais de trabalhadores, a questão da qualificação da força de trabalho. Isso acaba encobrindo as ações de outros fatores sobre o mercado de trabalho, fatores estes ligados às questões raciais e às relações entre os trabalhadores. Vejamos a espacialização dos grupos raciais pelas situações de escolaridade:

**Gráfico 2:** Distribuição da população por escolaridade segundo auto declaração de raça ou cor em Juiz de Fora/MG



**Fonte:** Elaborado pelo autor baseado em IBGE (2010)

A partir da interpretação da espacialização dos grupos raciais pelas categorias de escolaridade, fica evidente a condição desfavorável da população negra juiz-forana. Em números absolutos, o grupo racial negro só apresenta valores equiparados aos do grupo racial

branco na situação que envolve pessoas sem instrução ou ensino fundamental incompleto. Essa situação corresponde ao pior indicador dentre todas em relação à escolaridade da população local. Justamente nela, os negros apresentam os piores indicadores.

Fica claro que, à medida que a escolaridade cresce, o número absoluto de negros diminui de forma drástica, tanto que o número de negros com curso superior completo corresponde a 18,6% da população local. O percentual fica abaixo dos 20% estabelecidos como meta pelo Governo Federal na implementação das políticas de promoção da igualdade racial, mas é superior aos 12,8% apontados por IBGE (2015) como média nacional. Esse índice desigual dos negros no ensino superior serviu como parte da campanha do dia da consciência negra do ano de 2017, como mostra a figura 7.

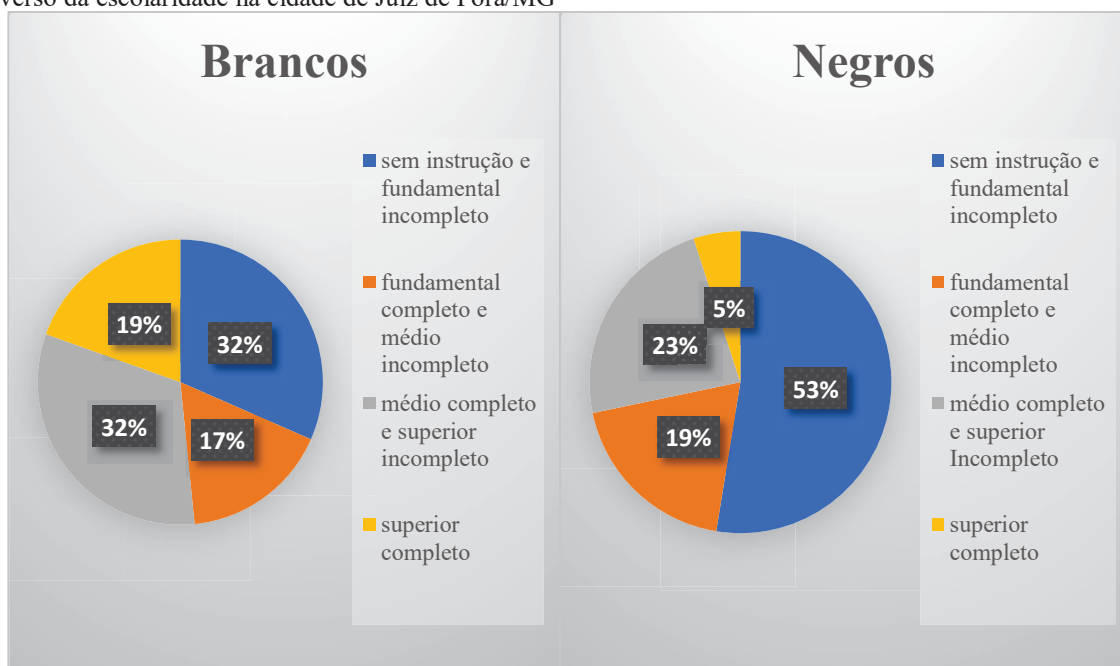


**Figura 7:** Imagem de campanha da UFJF sobre o dia da Consciência Negra de 2017.

**Fonte:** <https://www2.ufjf.br/noticias/2017/11/20/consciencia-negra-nem-13-dos-alunos-de-ensino-superior-sao-negros-no-brasil/>

Invariavelmente, as diferenças encontradas nas situações citadas anteriormente ocasionam discrepâncias ainda mais relevantes no contexto interno dos grupos raciais, o que afeta as condições dos membros das situações com os piores indicadores em relação à sua inserção em atividades de trabalho que dependam de maior grau de escolaridade. Essa situação, vale dizer, atinge a todos os trabalhadores, apesar de ter maior impacto sobre a população negra.

**Gráfico 3:** Comparativo da distribuição segundo critérios de raça ou cor autodeclaradas da população pelo universo da escolaridade na cidade de Juiz de Fora/MG



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados de IBGE (2010).

No comparativo entre as situações no interior do próprio grupo racial chama a atenção a forma como se dispõem os números percentuais de cada faixa educacional examinada. No íntimo do grupo racial composto por brancos, o que se percebe é uma divisão que coloca quase metade dos membros (49%) entre a falta de instrução e o ensino médio não concluído. Enquanto os 51% restantes, ou seja, a maior parte dos membros do grupo racial branco, tem no mínimo o ensino médio completo, além de, no interior do grupo, haver membros com ensino superior em curso ou concluído. Esses dados nos indicam uma disposição de uma maior parcela desse grupo racial em investir em uma educação continuada entre ensino básico, médio e superior. Os números do grupo racial branco expressam uma proporção de praticamente uma pessoa atingindo pelo menos o ensino médio completo para uma do mesmo grupo sem ter sequer o ensino básico.

O grupo racial negro apresenta uma divisão interna configurada de forma menos igualitária. São 72%, mais de dois terços dos membros desse grupo, situados entre os sem instrução e os com ensino médio incompleto. Os outros 28% dos negros apresentam ensino médio completo ou maior nível de escolaridade. O dado mais alarmante revelado neste grupo racial, todavia, é o de apenas 5% do total da população negra local ter ensino superior completo.

Tal fato levanta um questionamento sobre o acesso dos negros ao ensino superior de maneira geral, como também ao ensino superior em Juiz de Fora. Tendo em vista as muitas

instituições de ensino superior (IES) da cidade, a ocorrência do número de alunos negros no ensino superior estar abaixo da média é alarmante.

**Quadro 1:** Instituições de ensino superior, sua natureza e data de credenciamento

<b>Instituição de Ensino Superior (IES)</b>	<b>Natureza</b>	<b>Ano do ato regulatório</b>
<b>Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF)</b>	Privada	1972
<b>Centro Universitário Estácio de Sá</b>	Privada	2002
<b>Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora (FCMS/JF)</b>	Privada	2002
<b>Faculdade de Tecnologia Luiza de Larscheuer (Fatec/JF)</b>	Serviço Social Autônomo	2004
<b>Faculdade do Sudeste Mineiro (Facsum)</b>	Privada	2002
<b>Faculdade Doctum de Juiz de Fora (Doctum)</b>	Privada	2003
<b>Faculdade Juiz de Fora (FJF)</b>	Privada	2006
<b>Faculdade Machado Sobrinho (FMS)</b>	Privada	1969
<b>Faculdade Metodista Granbery(FMG)</b>	Privada	1998
<b>Faculdades Integradas Vianna Júnior (FIVJ)</b>	Sociedade Empresária Limitada	1970
<b>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG)</b>	Autarquia Federal	2008
<b>Instituto Superior de Educação Carlos Chagas (Isecc)</b>	Privada	2002
<b>Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)</b>	Autarquia Federal	1960
<b>Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac)</b>	Privada	1997
<b>Universidade Salgado de Oliveira (Universo)</b>	Privada	2003

Fonte: DUTRA (2017)

A partir do quadro anterior podemos verificar características básicas das IES que atuam em Juiz de Fora. A primeira delas diz respeito à natureza da instituição e a segunda diz respeito ao ano de seu ato regulatório. Em um primeiro momento, devemos examinar o domínio de instituições privadas de ensino. Porém, a IES de maior estrutura dentre todas é a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), de natureza pública, sendo aquela que mais

recebe alunos ingressantes, dentre cursos de graduação e pós-graduação. Dutra (2017) destaca que se considerarmos os cursos de graduação a distância da UFJF, teremos pelo menos 30 IES vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) funcionando em Juiz de Fora.

Seguindo o exame, outro aspecto importante a ser notado é que com a exceção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG) de 2008, todas as outras IES são anteriores aos programas de expansão do ensino superior do governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003. Programas como o Universidade para todos (PROUNI), o Financiamento Estudantil (FIES), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) contribuíram para o aumento das vagas universitárias na cidade. Arelados ao aumento dessas vagas, estavam os planos de melhorar o acesso da população negra, de indígenas e quilombolas e da população de baixa renda através de ações afirmativas.

É importante destacar, todavia, que a média de aumento desse público específico nas universidades públicas e privadas continua abaixo das expectativas, o que nos faz questionar se tais programas estão sendo aplicados da maneira correta, sobretudo os das universidades públicas. Reparemos na figura 4 – trata-se de um registro da turma de formandos em Geografia da UFJF no ano de 2013. O ingresso desses alunos se deu em um período em que os programas de ações afirmativas das universidades públicas já adotavam a reserva de pelo menos 20% das vagas para alunos autodeclarados negros. Porém, na fotografia é perceptível que dentre os 27 formandos, pouco mais de 10% são negros. Esse fenômeno não se restringe ao curso de Geografia, uma vez que o contexto envolve toda a UFJF, o que levanta questões sobre se de fato a universidade consegue preencher essas vagas reservadas todos os anos e também sobre as circunstâncias que fazem que nem todos os alunos oriundos das cotas se formem.



**Figura 8:** Foto do convite de formatura Turma de formandos em Geografia da UFJF em 2013.

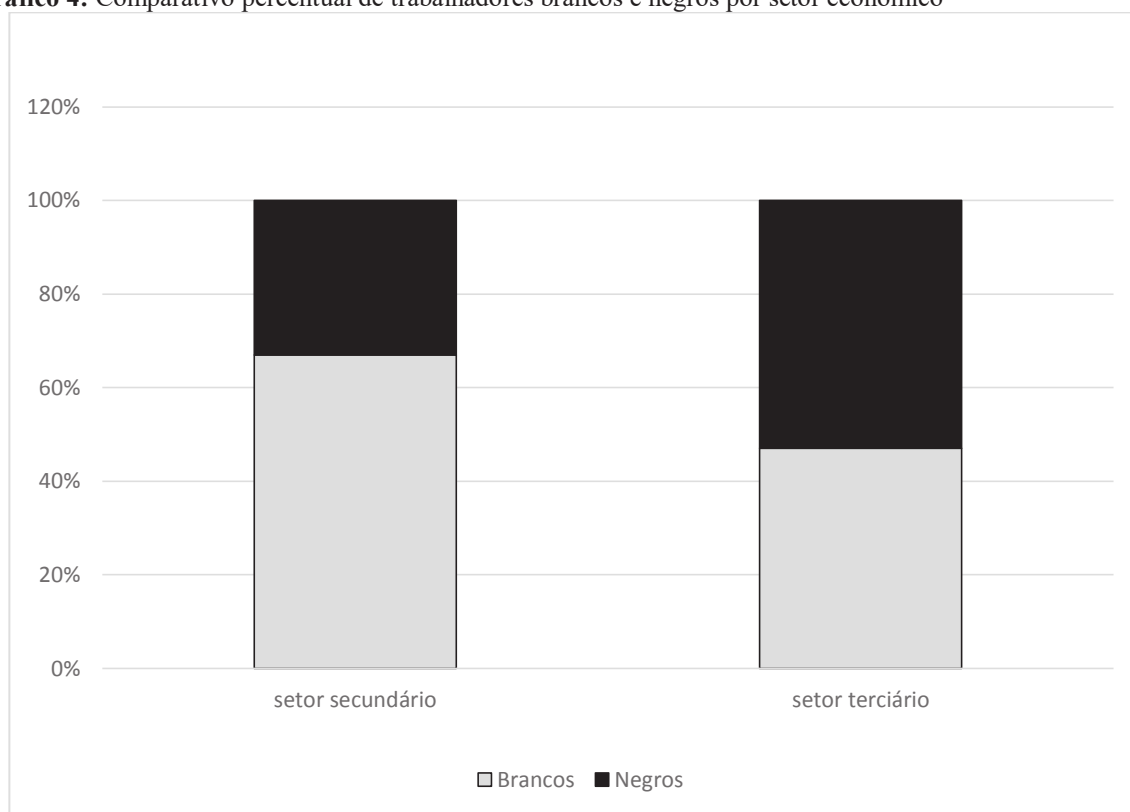
**Fonte:** [www.ronaldribeiro.com](http://www.ronaldribeiro.com)

A ênfase na situação da universidade pública se dá pelo fato lembrado por Souza (2017) de que esse foi, por muitos anos, o reduto da formação intelectual da elite brasileira. Se hoje já não o é da mesma maneira em virtude de a elite brasileira mandar seus filhos para estudarem no exterior, ainda assim é dominado por uma classe média branca que insiste em tratar aqueles não pertencentes a ela como ralé (SOUZA, 2017).

Se os negros não estão conseguindo o mínimo planejado de acesso à educação superior, significa que esse grupo estará mais sujeito a permanecer como ralé na classe trabalhadora. Certamente esta realidade restringiu o acesso do referido grupo racial a postos de trabalho em que a qualificação é necessária, tendo como consequência um contexto de negros concentrados, em sua maioria, nos postos de trabalho pertencentes ao circuito inferior da economia local, como demonstra o gráfico a seguir:



**Gráfico 4:** Comparativo percentual de trabalhadores brancos e negros por setor econômico



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2018.

A interpretação desse gráfico nos permite ver que os negros representam apenas 33% dos trabalhadores das indústrias juiz-foranas e encontram-se distribuídos entre Arcelor Mittal, Mercedes-Benz, Medquímica e nas pequenas indústrias do ramo de vestuário. Isto é, para cada trabalhador negro na indústria, existem outros dois trabalhadores brancos. Aqui fica evidente a influência que o acesso à educação exerce na inserção do trabalhador no setor, ainda que seja difícil detectar indícios de discriminação e preconceito sofridos pelos trabalhadores no momento de sua colocação.

É necessário, contudo, observarmos uma outra situação. Como podemos ver a partir do gráfico 4, a composição racial do setor terciário aparece bem equilibrada, com a divisão ficando em 53% de trabalhadores negros para 47% de trabalhadores brancos. Até aqui uma situação não muito diferente da de outras cidades com características parecidas com as da nossa. Porém, um dado curioso obtido através de nossa pesquisa em campo foi o de que pelo menos metade dos trabalhadores submetidos aos questionários (Anexo A) disseram possuir alguma qualificação profissional, variando entre ensino técnico ou superior e quase todos (aproximadamente 80%) declararam não atuar na função para a qual se qualificaram: por algum motivo atrelado ao aspecto racial, trabalhadores negros capacitados para atuar nesse setor deixam de ser aproveitados pelas indústrias. Pela ação do racismo estrutural, o circuito

inferior da economia juiz-forana constitui-se de força de trabalho negra qualificada, que poderia estar atuando justamente no circuito superior – aquele que mais precisa de profissionais com esse perfil.

Os profissionais das ciências, em especial, são os que mais tardiamente se inserem no mercado de trabalho em virtude dos anos a mais de estudo e especialização na área acadêmica. Estas áreas de atuação são, tradicionalmente, dominadas por brancos, com o acesso de negros acontecendo de forma diminuta – através de práticas discriminatórias disfarçadas, relegando o negro à condição de coadjuvante. Como dito por Munanga (2003b, p. 119), isso ocorre porque numa sociedade como a nossa:

Os preconceitos e a discriminação racial não foram zerados, ou seja, onde os alunos brancos pobres e negros pobres ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica e outros são discriminados duas vezes pela condição racial e socioeconômica.

Essa realidade, de fato, apresenta-se durante toda a caminhada dos negros pela busca por qualificação, especialmente para os que almejam uma trajetória longa no meio acadêmico. Por ventura, como dito anteriormente, esse meio em seu âmbito educacional e de pesquisa se mostra restritivo quanto ao aumento da participação deste grupo racial.

Assim, a força de trabalho negra com formação superior é majoritariamente ligada aos cursos de licenciatura. Talvez pela necessidade de inserção rápida no mercado, o aluno negro opte pela continuidade tardia da formação, ou até mesmo por não dar continuidade em caráter de cursos *strictu sensu*. Conforme Guimarães (2003), isso ocorre pela falta de apoio familiar e comunitário, num contexto de desigualdade social em que a obtenção de renda para a sobrevivência se faz mais urgente.

O aluno branco, de forma geral, apresenta mais condições de continuar sua formação sem pausas, seja pelo suporte da estrutura social, seja por uma condição financeira e familiar que lhe permitem fazer dessa forma. Trata-se de uma referência direta à diferenciação do tempo de escolaridade em anos entre os grupos raciais na educação básica que acarreta o agravamento da situação no ensino superior.





**Figura 9:** Campanha Institucional da UFJF intitulada “Quantos professores negros você tem?”.  
**Fonte:** <http://www.ufjf.br/diaaf/neab/quantos-professores-negros-voce-tem/>

A figura 9 ilustra um pouco desse domínio racial no quadro de professores do ensino superior. Na campanha institucional do ano de 2016, intitulada “Quantos professores negros você tem?”, a universidade chama a atenção da comunidade para os problemas de diversidade racial no que se refere a professores universitários. Essa é uma ocorrência que remete às universidades públicas e privadas do país em um contexto geral, trazendo à tona a situação desigual que atinge a participação dos grupos raciais em todas as posições da hierarquia universitária, envolvendo funcionários (terceirizados, técnicos-administrativos e professores) e alunos de graduação e pós-graduação.

Proporcionalmente, aqueles que investem mais tempo em sua formação, conseguem ocupar o cargo de professor no ensino superior. Nesse sentido, o racismo estrutural se reproduz sobre o contexto dos profissionais envolvidos: o longo processo de educação continuada que leva à formação dos professores universitários revela a ocorrência de desigualdade. Esta realidade incide também sobre profissionais de pesquisas, que compartilham com os professores de ensino superior o tempo longo investido em preparação.

O mercado de trabalho para pesquisadores se concentra fortemente nas instituições de ensino superior e, assim, acaba compartilhando boa parte das características de organização estrutural do mercado de professores dessas instituições. A outra parte desses profissionais é direcionada para instituições privadas vinculadas a empresas e suas pesquisas são voltadas para o desenvolvimento dos produtos dessas empresas. Logo, se nos espaços de

produção do conhecimento, o negro tem a participação reduzida, o debate sobre os problemas estruturais da sociedade parece ainda distante de serem solucionados.

### 3.3. A INTERPRETAÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL A PARTIR DO RENDIMENTO E DAS CONDIÇÕES DESIGUAIS DE REPRODUÇÃO DO TRABALHADOR NEGRO

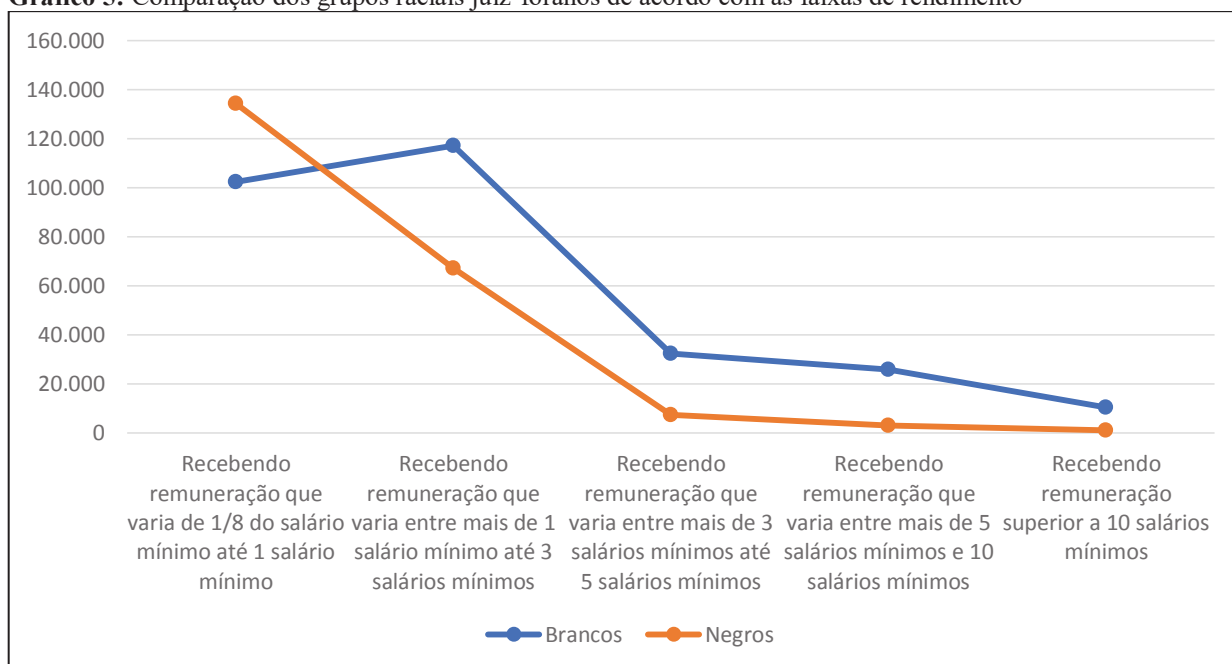
Fruto da herança racista do país, o problema da desigualdade racial relaciona-se com determinações históricas que estabelecem o racismo como um dado estrutural na sociedade brasileira, o que implica negros sendo assolados, também, por uma educação precária. Quando o acesso aos direitos básicos demonstra falhas, a promoção da igualdade racial fica comprometida, gerando consequências na distribuição de emprego e subsequentemente na renda dos indivíduos. Pesa sobre o indivíduo com menor acesso à educação uma quantidade menor de opções de atividades de trabalho e, daí, uma menor remuneração. Logo, o negro juiz-forano que tem menor acesso à educação fica restrito a um número limitado de ofícios no mercado de trabalho. Consequentemente, seu grupo racial como um todo terá rendimento médio mensal menor que o do grupo racial dominante. Vejamos a tabela e o gráfico a seguir:

Tabela 3: Disposição da população juiz-forana segundo as faixas de rendimento mensal em 2010

	<b>Branços</b>	<b>Negros</b>
<b>Recebendo remuneração que varia de 1/8 do salário mínimo até 1 salário mínimo</b>	102.393	134.323
<b>Recebendo remuneração que varia entre mais de 1 salário mínimo até 3 salários mínimos</b>	117.067	67.170
<b>Recebendo remuneração que varia entre mais de 3 salários mínimos até 5 salários mínimos</b>	32.374	7.411
<b>Recebendo remuneração que varia entre mais de 5 salários mínimos e 10 salários mínimos</b>	25.757	2.972
<b>Recebendo remuneração superior a 10 salários mínimos</b>	10.326	996

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em IBGE (2010).

**Gráfico 5:** Comparação dos grupos raciais juiz-foranos de acordo com as faixas de rendimento



**Fonte:** Elaborado pelo autor, baseado em IBGE (2010).

O gráfico deixa clara uma relação inversamente proporcional entre os membros do grupo racial negro e as faixas de rendimento. O número de pessoas do grupo racial negro diminui à medida que o rendimento mensal médio vai aumentando. Quando comparamos os grupos raciais, o negro só está acima do branco em número de pessoas no rendimento mais baixo que gira entre 1/8 e 1 salário mínimo - fica evidente a partir da observação do gráfico que, a partir deste ponto, o que se coloca é um grande abismo em relação aos rendimentos.

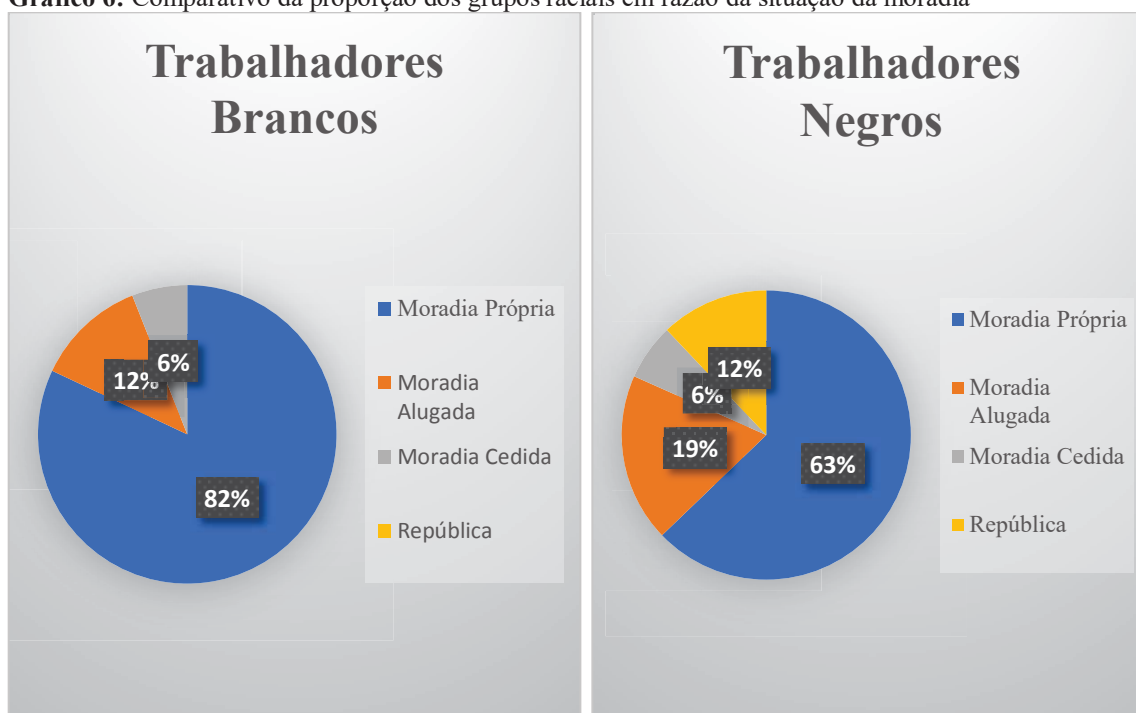
Entendemos que nem todo trabalhador alcance as vagas com os melhores rendimentos em virtude da limitação de postos e ofícios que ofereçam rendimentos compatíveis com todas as faixas apresentadas - até mesmo por este motivo os processos de recrutamento se tornam cada vez mais complexos. Entretanto, a distância entre os números dos grupos raciais corrobora a ideia de restrição sofrida pelos negros, já que a maioria das pessoas pertencentes a esse grupo racial tem como teto do rendimento mensal a marca de 3 salários mínimos. Acima disso, os negros contam como exceção. A situação dos rendimentos de negros e brancos é tão desigual que, se somados os rendimentos de todos os membros de cada grupo racial e comparados entre si, o rendimento médio dos trabalhadores daria aos negros uma média de 918,34 reais, enquanto os brancos receberiam em torno de 1.816,92 reais, segundo dados de PNUD, Ipea e FJP (2013). Em Juiz de Fora, o trabalhador negro recebe em média aproximadamente metade do valor auferido por um trabalhador branco -

situação deletéria e restritiva que faz com que o trabalhador negro se reproduza individual e coletivamente de maneira precarizada, tornando-o vulnerável comparativamente às condições sociais e de trabalho dos trabalhadores brancos.

Deixamos claro que a referida situação de vulnerabilidade aqui citada é entendida a partir de diferenças econômicas evidenciadas quando o parâmetro é a classe trabalhadora juiz-forana. Nessa classe, a manifesta vulnerabilidade do grupo racial negro é indicativo de sua maior suscetibilidade à pobreza no espaço urbano, se confrontada com o grupo racial branco. Maricato (2015) discorre em sua obra sobre a busca da classe trabalhadora, em um primeiro momento sobre o valor de uso da cidade, elencando moradia e serviços públicos mais baratos como parte dessa busca. No entanto, baseado na informação do parágrafo anterior sobre o rendimento médio dos trabalhadores dos dois grupos raciais, fica explícita a desigualdade de possibilidades de membros da classe trabalhadora para atingir o objetivo levantado pela autora e que pelo mesmo motivo influencia nos desdobramentos do espaço urbano. Em função de tal caso tornam-se perceptíveis as desigualdades relacionadas à evolução do espaço urbano habitado como em Santos (2008), pelos grupos em Juiz de Fora.

Vale lembrar que, de maneira alguma, estamos negando a existência de brancos pobres, nesse sentido características sociais e raciais da população se cruzam. Contudo, é necessário destacar a relação entre a quantidade de pessoas em situação de pobreza por grupo racial e o impacto dos mesmos nos indicadores sociais atinentes à cidade. Para tal, examinamos o desenvolvimento do espaço urbano habitado pelos grupos raciais abordados em nosso trabalho através de alguns elementos partilhados entre a leitura deste espaço e a leitura feita anteriormente sobre o mundo do trabalho. Com tudo isso, verificou-se a influência da noção de segregação espaço-racial sobre o modo de produção dos grupos raciais. O primeiro elemento a ser analisado é o que engloba as situações de moradia pelas informações levantadas em nosso trabalho de campo (Anexo A). Vejamos o gráfico a seguir:

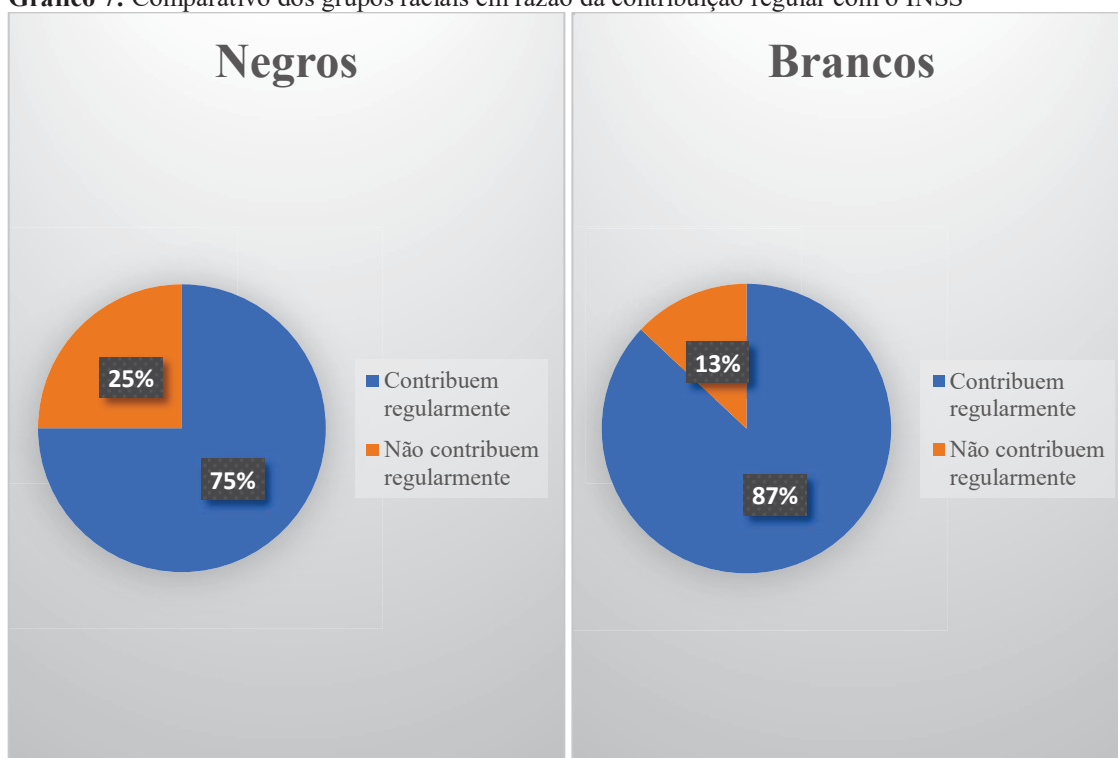
**Gráfico 6:** Comparativo da proporção dos grupos raciais em razão da situação da moradia



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2018.

A primeira informação trazida pelo gráfico relaciona-se à quantidade de situações de moradia de cada grupo racial. Aqui, os trabalhadores brancos já saem na frente - das quatro situações listadas, duas envolvem algum tipo de pagamento ou compensação financeira (moradia alugada e república) e duas condizem com situações de certa estabilidade e ausência de pagamento (moradia própria e moradia cedida). Os trabalhadores brancos só aparecem em três das quatro condições. Esse grupo se coloca em melhores situações de moradia, pois os números de moradia própria e cedida somados chegam a 88%. Isto quer dizer que apenas 12% dos trabalhadores brancos entrevistados em campo (Anexo A) têm que destinar parte da sua renda para garantir uma moradia. Já no grupo racial negro, o número mais que dobra. São 25% dos trabalhadores entrevistados que destinam parte da renda para o pagamento de alguma forma de aluguel. Isso demonstra que dentro dos contextos propostos, não contando prestações da aquisição de imóvel, o grupo racial negro é o que gasta mais para poder morar, sendo esta situação atrelada à obtenção de renda por parte desses trabalhadores.

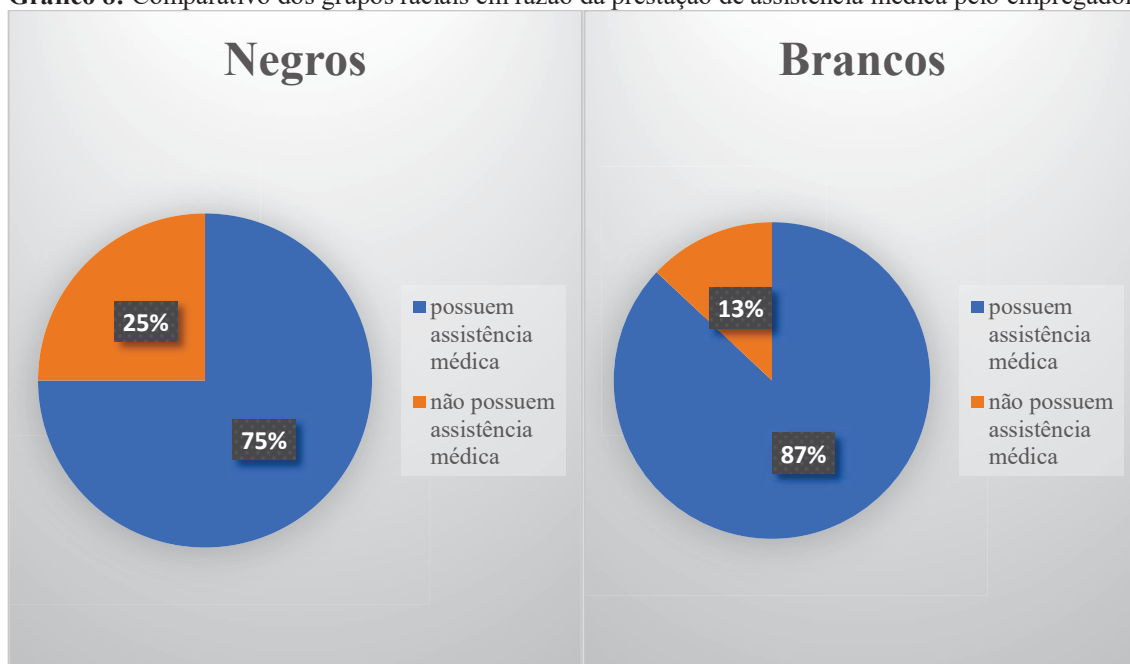
**Gráfico 7:** Comparativo dos grupos raciais em razão da contribuição regular com o INSS



**Fonte:** Elaborado pelo autor, 2018.

O gráfico 7 envolve uma interpretação mais direta sobre a contribuição regular ou não dos trabalhadores com o INSS. Mais uma vez é possível constatar que, dentre as contribuições irregulares, o grupo racial negro também obteve a maior marca, e o significado de se ter mais trabalhadores nessa condição é que os mesmos estão sob os riscos iminentes que o período como força de trabalho ativa oferece, trata-se de riscos relacionados a problemas de saúde que impediriam parcial ou definitivamente o trabalhador de obter a própria renda. Os trabalhadores demitidos ou temporariamente licenciados e, de alguma forma encaixados em auxílios da Previdência Social não estão incluídos nesse grupo. Como se sabe, a contribuição contínua garante a mínima cobertura do seguro social para eventuais afastamentos do trabalho por doença, o acesso ao recebimento do seguro-desemprego, além do quê, seu tempo de contribuição conta para a aposentadoria dos trabalhadores. Logo, se o grupo racial negro tem mais membros em situação irregular, conseqüentemente mais trabalhadores negros estarão expostos à vulnerabilidade relacionada à falta de cobertura do governo. Tal mecanismo impõe aos mesmos a condição de não ficarem doentes ou de não sofrer acidentes, que por si só é humanamente impossível. Seguindo na discussão que gira sobre a integridade física do trabalhador apresentamos a próxima situação a ser analisada.

**Gráfico 8:** Comparativo dos grupos raciais em razão da prestação de assistência médica pelo empregador



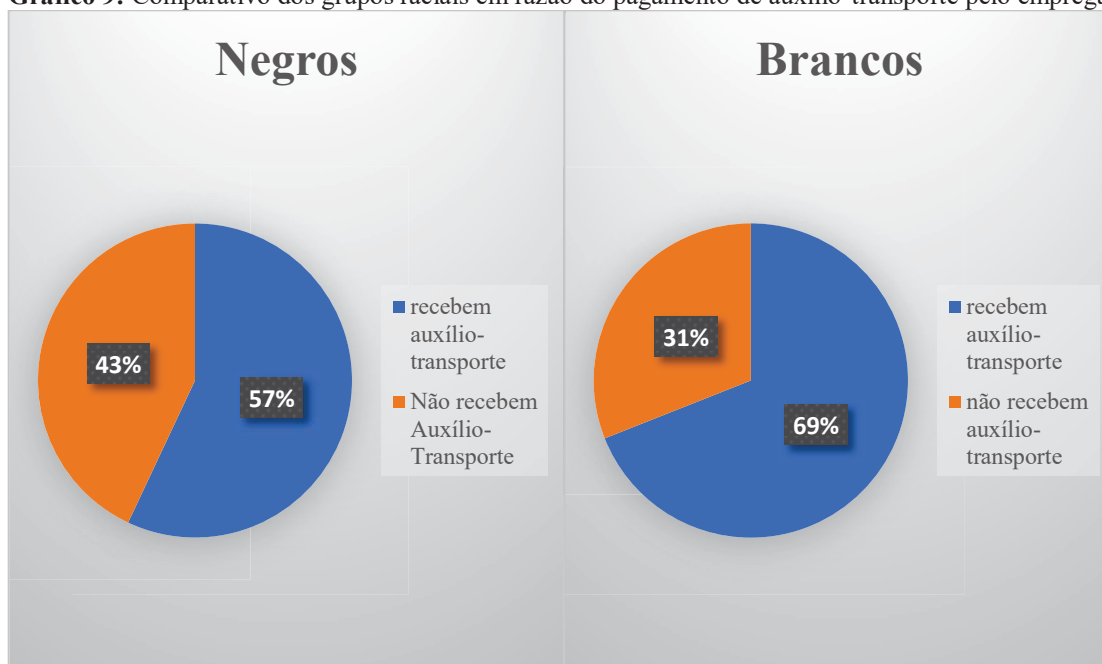
**Fonte:** Elaborada pelo autor, 2018.

Os valores do gráfico 8 são exatamente os mesmos que os encontrados no gráfico 7. Porém aqui devemos fazer a seguinte leitura da situação: a assistência médica está atrelada ao vínculo empregatício, de forma a cobrir ocasiões em que o trabalhador necessitar. Vale ressaltar que esses trabalhadores também estão cobertos pela assistência médica universal fornecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto o que é interpretado na informação do gráfico 8 é o provisionamento de auxílio-saúde particular por parte do empregador.

Também se constata a condição do grupo racial de trabalhadores negros de maior exposição a situações de desassistência, embora o direito a planos de saúde não seja uma obrigação trabalhista para grande parte das atividades laborais, cuja exceção são ofícios com insalubridade reconhecida por lei, diferentemente do que ocorre no caso da contribuição para o INSS. Assim, cada empresa fica responsável por ofertar ou não tal benefício, além do benefício do auxílio-transporte, o que representa forte influência na vida do trabalhador. Veja no gráfico abaixo:



**Gráfico 9:** Comparativo dos grupos raciais em razão do pagamento de auxílio-transporte pelo empregador



**Fonte:** Elaborada pelo autor, 2018

A interpretação do gráfico relativo a mais esta situação – a do benefício do auxílio-transporte - repete o quadro que indica que os trabalhadores negros estão em piores condições que os trabalhadores brancos. A leitura sobre o auxílio-transporte tem impacto no rendimento ao adicionar mais um valor ou tornar o transporte uma despesa fixa - no caso dos trabalhadores juiz-foranos, podemos perceber pelo gráfico que novamente o grupo racial negro se encontra sob piores condições se comparado ao branco. Um percentual maior de trabalhadores negros declarou não receber qualquer tipo de auxílio-transporte para trabalhar. Ocasionalmente, o não recebimento do benefício será convertido em alguma despesa, a menos que os trabalhadores inclusos nessa situação morem em seus empregos. Nessa maioria percentual de trabalhadores negros expostos a tal situação, com o custo somado a um rendimento mensal médio baixo, o referido grupo racial é colocado sob o risco constante da vulnerabilidade social.

Pudemos constatar, ao longo de nossa leitura e a partir da interpretação dos gráficos, que as desigualdades de condições dos trabalhadores começam ainda em sua formação como cidadãos. As dificuldades relacionadas ao direito à educação são parte, mas não o único problema enfrentado, afinal, a negativa de acesso a direitos básicos corrobora com a perpetuação das desigualdades sociais, o que acarreta comprometimento do exercício pleno da cidadania. A partir da desigualdade de oportunidades atrelada ao racismo estrutural, reproduzem-se as diferenças no número de vagas ofertadas na educação aos grupos raciais.



Com isso, o mercado de trabalho propaga a estratégia de exploração desproporcional dos referidos grupos como força de trabalho dos diversos setores econômicos. Cabe frisar que um discurso que ignora a hierarquização racial histórica da estrutura de trabalho brasileira e juiz-forana coloca o negro como único responsável por sua situação.

Vale ressaltar que, apesar das diferenças de condições alarmantes de trabalhadores negros e brancos em Juiz de Fora, evidenciadas por nossos indicadores sociais, há, dentro da população local, opiniões divergentes quanto à influência do racismo e de suas várias formas na situação do mundo e do mercado de trabalho e também na cidade. Durante a aplicação do questionário em campo, pudemos verificar que a compreensão dos entrevistados de ambos os grupos raciais sobre o que é racismo torna a relação dos trabalhadores com as desigualdades expostas anteriormente algo marcado por contrassensos. Esse cenário contraditório nada mais é que o ato contínuo da configuração de elementos explícitos e velados historicamente, dispostos para a discriminação dos indivíduos numa sociedade como a juiz-forana.

Ao analisar as respostas apresentadas pelos entrevistados, é possível perceber que há um consenso acerca da existência do racismo. Contudo, é necessário salientar que a compreensão acerca de uma definição de racismo não apresenta uniformidade, consequentemente, a abrangência das ações racistas varia de acordo com percepção de cada entrevistado. A exemplo, mesmo com resposta unânime sobre a existência do racismo, apenas metade dos trabalhadores negros entrevistados reconheceu ter sido vítima de racismo alguma vez na vida. Essas pessoas apresentaram compreensões de racismo que as afetaria somente de forma direta, desconhecendo que as manifestações de racismo não se limitam à injúria racial.

Chama a atenção nas respostas ao mesmo item 34 do Anexo A que 27% dos entrevistados brancos declararam ter sido vítimas de racismo. No caso dos entrevistados brancos que se colocaram ocasionalmente como vítimas, percebe-se uma “construção de racismo” que ignora todo o aspecto histórico do racismo como instrumento de dominação da população negra na sociedade brasileira. Os declarantes desse grupo racial tentam colocar, conscientemente ou não, o racismo em características semelhantes às de xingamentos ou ofensas. Essa tendência pode ser notada nas respostas dos itens seguintes ao citado no começo desse parágrafo. Deixamos claro que não é possível equiparar as duas ações devido à complexidade das diversas formas de manifestação de racismo explicitadas na nossa pesquisa.

Seguindo o exame de dados, 90% dos abordados em campo reconheceu compartilhar o ambiente de trabalho com pessoas que esses abordados indicam como pertencentes a um grupo racial de trabalhadores diferente do seu. Contudo, ao serem questionados se

identificavam diferenças entre as condições de trabalho apresentadas a eles e aos colegas de outro grupo racial na mesma função, apenas metade dos abordados admitiu possíveis desigualdades. Quando nos voltamos somente para os negros abordados sobre essa situação, apenas 40% afirmou perceber diferenças de condições. Essa constatação pode ser um indicativo de alguns cenários: 1) A sutileza das manifestações racistas foi incorporada de tal forma nas relações de trabalho que uma minoria de negros se enxerga como parcela mais explorada dentro da classe trabalhadora, e/ou; 2) O discurso meritocrático preencheu as lacunas do questionamento contra condições desiguais de trabalho ao dar a falsa perspectiva de compensação através do maior esforço. Perguntados no item 38, quais seriam as causas de desigualdades em postos de trabalho semelhantes, um terço dos entrevistados conseguiu apontar aspectos técnicos (escolaridade, produtividade ou qualificação profissional) como possível justificativa. Os dois terços de trabalhadores negros restantes apontaram fatores outros na relação patrão-empregado como causa da diferenciação. Poucos se arriscaram a denominar esses fatores como racismo.

Em suma, o trabalhador negro tem dificuldade em reconhecer práticas que provocam disparidade de condições no ambiente de trabalho. Quando as reconhece, encontra árduas batalhas para exigir o devido tratamento que lhe é de direito. E é aí que os problemas aumentam. Com o caráter subjetivo da definição legal sobre práticas discriminatórias em ambiente de trabalho e a necessidade de pagar as contas, grande parte dos trabalhadores tende a não denunciar. Isso vem do medo de uma demissão sumária ou de “ficar queimado” e não conseguir emprego na função que desempenham. Em razão dos fatos apresentados supomos que um número considerável de casos de discriminação não se torne de conhecimento público uma vez que os casos que vêm à tona, ainda que crescentes, não contemplariam as incontáveis possibilidades de denúncia. Unindo esses cenários à compreensão popular do racismo como uma forma de injúria, não nos surpreende que uma classe capitalista dominante consiga incutir ideias de relativização do racismo na população negra. Tal fato recai sobre esse grupo de forma a acentuar a desigualdade existente não só no mercado de trabalho como na sociedade.

Como uma possível consequência do exposto, no item 39 do questionário, 86% dos abordados no grupo racial negro admitiu não perceber justiça racial no mercado de trabalho juiz-forano. A percepção de mercado e ambiente de trabalho injustos faz com que o trabalhador negro local se veja colocado em situações hostis aceitas em nome da “sobrevivência”. Como alternativa para combater esse problema, apontamos as políticas de

promoção de igualdade racial. Todavia, para não conduzir as respostas, apresentamos de maneira superficial algumas das ações relativas as mesmas.

Aqui focamos em debater apenas sobre as respostas do grupo racial negro, uma vez que essas políticas de promoção da igualdade racial (ações afirmativas) visam a reparar as desigualdades históricas que assolam a população negra. Quando perguntados, no item 40, se concordavam com essas políticas, 60% dos abordados respondeu que sim. Fato relevante que envolveu essa questão foi a demonstração de incômodo com a palavra “política”, um reflexo da insatisfação popular com o panorama político à época da pesquisa de campo. Os abordados que quiseram se manifestar sobre esse sentimento alegaram que, no entendimento deles, a palavra “política” dava um sentido partidário às ações afirmativas.

É necessário deixar claro que tal alegação não compreende a verdade. Nos termos em que é apresentada, a palavra “política” refere-se a atividades institucionais do governo em prol da reparação de desigualdades raciais. Fica a suspeita da possibilidade de haver um percentual maior de aprovação das políticas de ações alternativas se as informações sobre o tema fossem mais acessíveis e abrangentes à população negra.

No item 41, perguntados se as ações afirmativas fazem alguma diferença na sociedade brasileira, 80% dos abordados disse que sim. No item 42, quando perguntados se conseguiam perceber as mudanças ocasionadas pelas ações afirmativas na sociedade brasileira, apenas 50% respondeu afirmativamente. Aqui verificamos outra visão com ideias que parecem não caminhar juntas. É notável que a mera possibilidade de acesso às diversas oportunidades garantidas pelas ações afirmativas gera comoção e ganha o apoio do grupo racial negro. Entretanto, ainda falta a essa parcela da população entender que nem todos os efeitos das ações afirmativas serão imediatos. É tudo parte de um processo social, político e cultural de mudança a médio e longo prazo. Vale ressaltar que como parte de um processo, as atuais políticas de ações afirmativas precisam de aperfeiçoamento e estímulo contínuo, afinal são medidas específicas pensadas para mitigar a curto prazo.

De fato, a não identificação de mudanças oriundas de políticas governamentais, no curto prazo, contribui efetivamente para a perpetuação vulgar do lugar da força de trabalho negra nos ofícios subalternizados. Contudo, o que se percebe atualmente é que a falta de políticas transicionais para a reinserção da força de trabalho qualificada em novos postos de trabalho ocasionou a possível recondução desses trabalhadores negros qualificados a postos semelhantes de ofícios subalternizados, desta vez, tachando os beneficiados pelas ações afirmativas de vítimas da subutilização e dos salários baixos. Assim, quando confrontadas as

condições de trabalho dos grupos raciais, fica evidente a condição marginalizada dos trabalhadores negros diante dos brancos na cidade, não só pela diferença da renda dos dois grupos, mas por todo o contexto de racismo estrutural que envolve as desigualdades imputadas aos negros no mercado de trabalho.

A analogia feita anteriormente sobre lugares luminosos e opacos remete aos espaços de construção do conhecimento e poder e às relações de pertencimento, participação e representatividade dos grupos raciais. Nessa analogia, assim como nas correlações anteriores percebemos a condução de negros aos lugares opacos, e de não negros aos lugares luminosos. Mais do que isso, é incutido nesses grupos sociais que essa é a ordem natural das coisas, numa tentativa de legitimar a versão brasileira do que Souza (2017) chama de ordenamento da sociedade em castas.

Aos negros a sociedade brasileira dedica os lugares opacos, à “penumbra social”. Esse grupo racial é com frequência colocado à sombra das possibilidades de ascensão política, econômica, social e espacial. A analogia sobre a luminosidade dos lugares da cidade reflete a condição em que o negro é associado ao atraso, à obscuridade, à precariedade, à ignorância. O negro enfrenta maior dificuldade em acessar a luz porque a sociedade lhe impõe barreiras, sejam elas físicas ou ideológicas, o que torna o caminho em busca da igualdade uma jornada mais desgastante, muito em função da distância social, quando comparados aos não brancos. E assim ocorre também com as posições no mercado de trabalho.

A associação do trabalhador negro ao atraso e à indolência coloca-o à sombra dos outros grupos raciais como força de trabalho. A sombra no mercado de trabalho age de forma a quase invisibilizá-lo. Juntam-se os problemas causados pela desigualdade social à necessidade de sobrevivência, e a busca pela “luminosidade” leva-os a perseguir as condições reservadas aos não negros, levando-os muitas vezes a adotar o discurso do sistema, discurso do qual são as maiores vítimas. Logo, o que seria essa tal “luminosidade” nos circuitos da economia ou até mesmo no cotidiano da população juiz-forana?

Aqui a “luminosidade” parece corresponder justamente aos lugares onde os trabalhadores negros não adentram, como se a sua negritude correspondesse à obscuridade ou atraso nos ofícios e na própria sociedade. Então o circuito superior da economia local se mantém iluminado às custas de restringir ao máximo o acesso dos trabalhadores negros, o que é reproduzido no sistema de qualificação dos trabalhadores, isto é, no sistema de educação. Nas universidades, tidas como espaços de iluminação e conhecimento, a participação do mesmo grupo racial é igualmente restrita, colaborando para que, assim como ocorre nas

indústrias, esses sejam locais de participação predominantemente branca. As características em comum nos dois contextos são visíveis, o que alimenta a continuidade da reprodução das condições desiguais dos trabalhadores. A simbologia que se vale dos lugares luminosos e opacos alude mais a um sistema de dominação que propriamente a espaços de desenvolvimento científico e tecnológico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade de condições entre os grupos raciais na sociedade brasileira e no mercado de trabalho é um fato há muito tempo conhecido. Através do exame da condição racial implicada na exploração da força de trabalho, tanto no contexto histórico colonial quanto no contemporâneo, foi possível identificar certa confluência de fatores que corroboram para a manutenção do trabalhador negro na base da estrutura produtiva brasileira e juiz-forana.

O longo histórico de racismo nas condições coloniais de trabalho parece ainda reproduzir ramificações na sociedade. Mesmo que as marcas da presença do trabalhador negro sejam expressivas nos veios da sociedade local, é prática recorrente relegá-la a um plano subalterno. E é assim que, em sua maioria, o trabalhador negro juiz-forano é colocado, sempre em posição desqualificada e subserviente. A desigualdade infligida à significativa parcela da classe trabalhadora no Brasil, em sua maior parte composta por negros, impõe uma desqualificação tanto da atividade quanto do trabalhador que a exerce por questões fundamentalmente racistas.

Não é casual o fato de ocupações como camelôs, caixas de supermercados, auxiliares de serviços gerais, empregadas domésticas, dentre outras ocupações menos prestigiadas no mercado de trabalho serem exercidas principalmente por negros e negras. Não que tais atividades sejam indignas em si mesmas, mas ao seu desprestígio socialmente produzido soma-se uma carga depreciativa advinda do preconceito racial. E não por acaso, todos esses ofícios listados acabam configurando “serviços de preto”.

A aparente naturalização dessa situação pela sociedade brasileira e, no caso deste trabalho, pela juiz-forana demonstra uma das faces mais nefastas de nosso legado colonialista: o lugar da subserviência reservado ao trabalhador negro – esta herança agrega uma enganosa e cínica “cordialidade” às manifestações de racismo expressas em retóricas como a “democracia racial” e a meritocracia. Em que pese toda sorte de institucionalização do racismo, o país em que se propagandeia o mito da “democracia racial” resiste em reconhecer a dívida histórica, cultural, econômica e social com a sua população negra, o que gera uma percepção enganosa da apreensão das relações desenvolvidas no espaço e da condição desigual dos agentes de produção sobre o mesmo.

Procuramos entender a gênese e a evolução do trabalho a partir da ligação com os processos de produção e reprodução do espaço. Com isso, valemo-nos também das relações capitalistas como possibilidades de leitura das contradições existentes na produção do espaço urbano de Juiz de Fora, para tanto, discorreremos sobre a gênese da categoria conceitual espaço e teorizamos sobre seus desdobramentos.

Com isso começamos a discorrer sobre as questões raciais para desvendar as ocorrências dos já citados “serviços de preto” que intitulam o estudo. Tal relação remete às

práticas sociais discriminatórias que se reproduzem no mercado de trabalho e sociedade, fazendo com que a desigualdade de condições prejudique o grupo racial colocado na base da estrutura de trabalho. Na tentativa de explicar esse processo, valemo-nos das construções sobre os circuitos da economia, através de cuja conceituação estabelecemos a relação dos mesmos com os setores econômicos e os processos de cerceamento de trabalhadores segundo sua identificação racial.

Em função desse cerceamento de trabalhadores, propusemos a noção de segregação espaço-racial, construída a partir dos aspectos de multiplicidade dos sujeitos nas relações sociais. A noção de segregação proposta por nós se diferencia de outras conceituações por ter como cerne a produção do espaço unida às práticas sociais discriminatórias.

Em função dessa premissa de segregação, procuramos investigar, ao longo da evolução da formação territorial e social de Juiz de Fora, elementos que ajudassem a elucidar um pouco o contexto atual. Na descrição do desenvolvimento da cidade, constatamos a presença da população negra repetidamente nas posições subalternas do protomercado de trabalho desde os tempos da escravidão. Aqui se estabelece um processo de urbanização que foi conduzido em virtude da industrialização crescente entre o final do século XIX e o início do século XX.

Verificou-se que, no momento em que as atividades laborais deixaram de se concentrar nas fazendas e passaram à cidade, o trabalhador negro persistiu nos postos da base da divisão do trabalho. Daí passamos à discussão sobre a importância histórica dos trabalhadores negros para Juiz de Fora, uma vez que os mesmos começaram a ser substituídos nos postos de trabalho da cidade por imigrantes europeus, o que ocorreu devido à disseminação das ideias eugenistas na sociedade brasileira no século XX.

Passamos, então, a discorrer sobre o racismo estrutural na sociedade brasileira, baseados nas proposições de Almeida (2018). O racismo estrutural se mostra como fator mais concreto para as condições deletérias da população negra. Nesse sentido, seguimos discutindo a configuração e as características dos atuais setores econômicos e do mercado de trabalho juiz-forano.

Em seguida, passamos à análise dos dados do trabalho de campo através dos quais chegamos aos seguintes resultados: a segregação espaço-racial do trabalhador negro ocorre a partir do momento em que as condições de reprodução das relações sociais, espaciais e econômicas ficam restritas em virtude de uma estratégia de dominação social, como o racismo estrutural e a hierarquização racial existente no Brasil. No mercado de trabalho, os

trabalhadores negros ficam retidos nas funções subalternas inerentes ao circuito inferior da economia urbana, conforme proposto por Santos (2014).

Além disso, os dados do questionário (Anexo A) aplicado em campo nos revelam que a desigualdade de condições iniciada na renda obtida com o trabalho incide na população negra de modo que a mesma tenha metade do valor recebido pelos brancos para sanar mais gastos proporcionais com moradia, manutenção, transporte, impostos, dentre outros gastos. Conseqüentemente, esses indivíduos ficam mais vulneráveis à condições de pobreza, por isso são levados a trabalhar mais horas para compensar parte da diferença de renda. Ocasionalmente, o excesso do trabalho gera mais desgaste a esse grupo racial de trabalhadores e, em função de seu baixo poder de consumo, os mesmos se tornam mais suscetíveis às tensões cotidianas pois ficam dependentes de serviços e produtos cujo padrão de qualidade é inferior, condizente com o valor que podem pagar. Ao longo do tempo, os membros desse grupo se tornam menos produtivos e voltam ao início do ciclo com rendimentos cada vez mais baixos.

Estabelece-se, pois, uma condição de marginalização da população negra, condição esta que ainda pode ser verificada, mesmo após uma série de medidas governamentais de promoção do acesso da população negra à qualificação, principalmente no ensino superior. A explicação dessa realidade passa pelo fato de o racismo estrutural se reproduzir na forma de segregação espaço-racial e restringir intencionalmente as oportunidades da população negra local, seja no acesso aos direitos básicos ou a determinadas posições no mercado de trabalho.

A proposta de segregação espaço-racial é uma tentativa de preencher essa lacuna. A referida noção de segregação foi utilizada e parcialmente desenvolvida neste trabalho como uma forma de se refletir acerca do fenômeno em pauta. Admitimos que esta noção não foi devidamente aprofundada, pela necessidade de se trabalharem os outros elementos teóricos envolvidos na dissertação.

Acreditamos que a tentativa de pensar uma nova forma de aplicação do conceito de segregação na ciência geográfica possa fomentar debates futuros sobre a produção do espaço. Contudo ressaltamos a necessidade permanente de experimentar a noção de segregação espaço-racial em cidades com outras características de formação territorial e histórica.

Encontramos problemas no levantamento de dados sobre a população negra nos órgãos e instituições locais. A Prefeitura de Juiz de Fora dificulta a obtenção de informações pelo fato de haver integração entre os dados das diversas secretarias. Os movimentos sociais locais desenvolvem seus trabalhos de maneira separada, fazendo com que às vezes haja ruído



entre os dados obtidos por elas. Porém, suas ações estão ligadas às questões de cidadania da população negra, razão pela qual os dados obtidos junto a esses órgãos não tenham ajudado na análise do objeto deste trabalho. Para isso deveríamos ter contatado sindicatos de trabalhadores e comparado as informações obtidas com os dois tipos de instituições.

Um último fator que merece destaque: a cidade não dispõe de informações sobre a distribuição espacial dos negros por seu território. Essa informação nos ajudaria a refletir sobre mais características de diferenças de condições dos grupos raciais na produção do espaço. Além disso, trata-se de dados importantes para teorizar sobre as áreas com maior presença de negros correlacionando-as às características das mesmas com as dos trabalhadores que nelas habitam.

Encaramos nosso trabalho como a constatação de que as sociedades brasileira e juiz-forana têm falhado em promover justiça social para a população negra. Fica clara a necessidade de promoção do acesso da população negra a todos os seus direitos, sem as restrições que hoje existem, o que inclui ações mais efetivas para sanar as mazelas sociais que historicamente afetam a população negra. Acreditamos que, para isso, é importante que as discussões e pesquisas não parem e que fomentem campanhas, políticas públicas, leis, dentre outras ações.

Acreditamos também que nosso trabalho pode auxiliar a sociedade nesse sentido, como parte da união dos esforços por mudanças, contribuindo para fornecer subsídios sobre os problemas de acesso da população negra a determinados postos de trabalho, além dos desdobramentos das políticas de ações afirmativas na formação de força de trabalho negra qualificada e os problemas de inserção da mesma no mercado de trabalho local.

Enxergamos nas análises decorrentes dessas informações uma potente ferramenta para que os atuais e futuros gestores de tais programas possam conseguir maior eficácia no funcionamento dos mesmos e, com isso, auxiliar na gradual resolução dos problemas do preconceito e racismo, não só nas relações de trabalho como na sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Patrícia Lage de. **Elos de permanência**: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e de seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX. Juiz de Fora: EDUFJF, 2008.

\_\_\_\_\_, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDREWS, George R. **Negros e brancos em São Paulo 1888-1988**. São Paulo: Edusc, 1998.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASSIS, Leandro Alves; LIMA, Elias Lopes de. **Discurso Colonial e Práxis segregacionista**: o trabalhador negro inserido na lógica histórica da sociedade juiz-forana. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, 1., 2016, São Luís. P 1-11. Disponível em: [http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467039310\\_ARQUIVO\\_Discursocolonial\\_epraxissegregacionista.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467039310_ARQUIVO_Discursocolonial_epraxissegregacionista.pdf). Acesso em 13/07/2017.

AYRES, J. R. C. M. et al. **O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde**: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da saúde*: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117-139.

BENDIX, Reinhard . **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BERNARDES, Julia Adão. Mudança técnica e Espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, Iná de. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.442, de 1º maio de 1943**. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/De15452compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/De15452compilado.htm). Acesso em: 03/03/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989**. Lei Caó.. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm). Acesso em 04/12/2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.** Lei de Terras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acesso em: 18/03/2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Reforma Trabalhista. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

CARLOS, Ana Fani. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **A (re) produção do espaço.** São Paulo: Edusp, 1994.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números.** São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.

CARVALHO, J. R. M.; SILVA, M.; HOLANDA, F. M. A. **Perspectivas dos formandos do curso de ciências contábeis em relação ao mercado de trabalho de IES pública no estado do rio grande do norte.** Anais do XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-epqb-1220.pdf>. Acesso em 19/03/2018.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASSAB, Clarice. Os jovens e a cidade: relações e representações. **Revista de Geografia.** Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/UFPE.pdf>. Acesso: 20/07/2018.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, et al. **Atlas da Violência.** Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>. Acesso em 16/10/2017.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in the Southern Germany.** New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

CORDOVIL, Wilton Dias. **Do caminho novo à Manchester mineira: as dinâmicas sócioespaciais da gênese e evolução do município de Juiz de Fora no contexto regional da zona da mata mineira.** 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFJF, Juiz de Fora, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1197/1/wiltondiascordovil.pdf>. Acesso em: 16/05/2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: Um Conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná de. (Org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.16.

\_\_\_\_\_. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 2000.  
DIAS, Edmundo. Fernandes. **A liberdade impossível na ordem do capital** – reestruturação produtiva e passivização. Textos Didáticos, n.29, setembro de 1999. Campinas: IFCH/Unicamp, 1999.

DIEESE. **Os negros no trabalho**. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. 1ª ed. – São Paulo: Dieese, 2013.

DUARTE, Felipe Marinho. **Mercado financeiro e crédito público**. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2013/03/felipe-marinho-duarte.pdf>. Acesso em: 13/06/2017.

DUTRA, Raphaela Granato. **A espetacularização e mercantilização da formatura universitária: uma análise geográfica sobre a realidade Juiz-forana**. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFJF, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6102/1/raphaelagranatodutra.pdf>. Acesso em: 1/06/2018.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Autores Associados, 1989.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Significado de raça**. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/raça>. Acesso em 04/12/2015.

FONTELLES, Mauro José. et al. Metodologia de pesquisa: diretrizes para o cálculo do tamanho da amostra. **Revista Paranaense de Medicina**, 2010; n°24(2), 57-64. Disponível

em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nxtAction=lnk&exprSearch=593646&indexSearch=ID>. Acesso em: 25/06/2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e Senzala**. 12 ed. Brasília: Unb, 1963.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1988.

GODOY, João Miguel Teixeira de. Dimensões do sistema fabril na Primeira República. **Caderno UniABC de História**. São Paulo, ano IV, n ° 28, 2002, p. 85-121.

GUILLAUME, Phillippe. **Johannesburg. Géographies de l'exclusion**. Joanesburgo: Ifas; Paris: Karthala, 2001.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)**. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. **O acesso dos negros às universidades públicas**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 247-268, março/ 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf> . Acesso em: 02/06/2018.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

IANNI, Octavio. **Escravidão e Racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. O preconceito racial no Brasil: entrevista de Otávio Ianni. **Estudos Avançados**, vol. 18, n.50, p.6-20, 2004.

\_\_\_\_\_. **Raças e classes no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

IBGE. **Censo demográfico 2010**: resultados da amostra – características da população. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=313670&search=minas-gerais/juiz-de-fora>. Acesso em 17/10/2017.

IBGE. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

JOLY, Fábio Duarte. **A escravidão na Roma Antiga**: política, economia e cultura. São Paulo: Alameda, 2005.

LAMAS, Fernando Gaudereto; OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Escravidão, imigração e suas funções em uma economia exportadora** – Juiz de Fora, segunda metade do XIX: o caso da companhia União & Industria. História econômica & história de empresas XIV. 2 (2011), 55-78. Disponível em: <http://www.revistaabphe.uff.br/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=31&path%5B%5D=10>. Acesso em 23/05/2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Urupês, 1991.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Tradução: Grupo "As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: Editions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006. Disponível em: [https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri\\_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf](https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf). Acesso em: 23/03/2017.

\_\_\_\_\_. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política: O direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LEVINE, Michael P.; PATAKI, Tamas (Orgs.). **Racismo em Mente**. Madras Editora Ltda., 2005.

LIMA, Ângela Maria de Souza. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. **Revista Terra e Cultura**, 2004; nº 39, 32-49. Disponível em:

<http://www.unifil.br/portal/images/pdf/documentos/revistas/revista-terra-cultura/terra-e-cultura-39.pdf> . Acesso em: 03/07/2018.

MALACHIAS, Antonio Carlos. **Geografia e Relações Raciais: Desigualdades sócio-espaciais em preto e branco**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 124, 2006. Disponível em:

[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../TESE\\_ANTONIO\\_CARLOS\\_MALACHIAS.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/.../TESE_ANTONIO_CARLOS_MALACHIAS.pdf) . Acesso em 22/12/2018.

MARCUSE, Peter. The Black Ghetto in the United States. In: MARCUSE, P.; VAN KEMPEN, R. (ed.). **Of States and Cities: the partitioning of urban space**. Oxford: Oxford University Press, 2006. MARSHALL, Thomas Humphrey. “Cidadania e classe social”. In: **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENDEZ, Crystal. **18 expressões racistas que você usa sem saber**. Disponível em: <http://www.curtamais.com.br/goiania/18-expressoes-racistas-que-voce-usa-sem-saber> . Acesso em 05/12/2016.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. *Anais...* Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf> . Acesso em: 03/09/2017.

\_\_\_\_\_. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Educação e ações afirmativas – entre a injustiça**

simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003b, p. 115-128. Disponível em: [http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao\\_acoes\\_afirmativas.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf). Acesso em: 02/06/2018.

NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: Estudos de relações raciais. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Famílias solidárias e desafios urbanos: os negros em Juiz de Fora. In: BORGES, Célia Maia (org.). **Solidariedades e conflitos**: história de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

OXFAM. **A distância que nos une**: um retrato sobre as desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017.

OXFAM. **País Estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2018.

PEREIRA, Olga Maria Lima. A dor da cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. p. 1-11.

PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Indústria**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2014. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_rm\\_pt.pdf](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_rm_pt.pdf). Acesso: 02/06/2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Julio César. O caráter ontológico do Estado no regimento da Geografia capitalista. **Revista Terra Livre. Presidente Prudente**; Vol. 01; Nº 30; 2008. Disponível em:



<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/491/464>. Acesso em 25/06/2018.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das ideias que naturalizam a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

\_\_\_\_\_, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_. As Cidadanias Mutiladas. In LERNER Júlio. **O Preconceito**. São Paulo: Imesp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: Raça, racialidade e racismo no espaço. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). **Questões Urbanas e Racismo**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012.

SEABRA, Odete C. L. Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana. In: Sposito, Maria Encarnação B. **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente, SP: Unesp/FCT, 2001.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: Da escravidão à lava-jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

\_\_\_\_\_, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_, Sonia M. de. **Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense – UFF. 1998.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. **Revista de Geografia**, ano IX, N.17, janeiro-junho de 2003.

Dourados/UFMS, 2003b. Disponível em :

[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1586&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1586&Itemid=171). Acesso em 17/01/2018.

\_\_\_\_\_. A Geografia no mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul, Florianópolis**, v. 19, n. 37, p 7-26, jan./jun. 2004. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/13556/12428>.

Acesso em 22/12/2017.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia do Trabalho**. Pegada, v.3, número especial, agosto de 2002. Presidente Prudente, CEGeT, 2002. Disponível também:

[www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget) . Acesso em: 16/01/2018.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WOLECK, Aimoré . O Trabalho, a ocupação e o emprego: Uma perspectiva Histórica.

**Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, p. 33 - 39, 01 jan. 2002. Disponível em:

<http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf> . Acesso em: 03/07/2018.

## **ANEXOS**

## **ANEXO A – Questionário**

### Questionário aplicado nos trabalhadores juiz-foranos

1. Qual a sua identificação segundo seu gênero?
  - A) Masculino
  - B) Feminino
  - C) Outro
  
2. Qual Faixa Etária você pertence?
  - A) 14 a 16 anos
  - B) 17 a 18 anos
  - C) 19 a 21 anos
  - D) 22 a 30 anos
  - E) 31 a 40 anos
  - F) 41 a 50 anos
  - G) Acima de 50 anos.
  
3. Segundo a definição do IBGE, você define sua cor ou raça como?
  - A) Branca
  - B) Preta
  - C) Amarela
  - D) Parda
  - E) Indígena
  
4. Qual a sua escolaridade?
  - A) Sem instrução
  - B) Fundamental incompleto
  - C) Fundamental completo
  - D) Médio Incompleto
  - E) Médio completo
  - F) Superior incompleto
  - G) Superior completo
  - H) Pós-graduação

5. Atualmente está empregado?
- A) Sim
  - B) Não
6. Possui alguma formação profissional? (Técnico, Superior ou Profissionalizante)
- A) Sim
  - B) Não
7. Está atuando na área de sua formação?
- A) Sim
  - B) Não
8. Você trabalha em Juiz de Fora?
- A) Sim
  - B) Não
9. Se sim, em qual região da cidade?
- Central
  - Norte
  - Nordeste
  - Leste
  - Oeste
  - Sul
  - Sudeste
10. Você mora em qual região de Juiz de Fora?
- Central
  - Norte
  - Nordeste
  - Leste
  - Oeste
  - Sul
  - Sudeste

**11.** Em seu trabalho você ocupa posição de?

- A) Trabalhador autônomo (bico, por conta própria)
- B) Empregado com carteira de trabalho assinada
- C) Empregado sem carteira de trabalho assinada
- D) Trabalhador não-remunerado
- E) Servidor Público (incluindo militares)
- F) Empregador
- G) Estagiário ou Aprendiz

**12.** Qual a sua faixa de rendimento mensal?

- A) Até 1 salário mínimo
- B) Superior a 1 até 3 salários mínimos
- C) Superior a 3 até 5 salários mínimos
- D) Superior a 5 até 10 salários mínimos
- E) Superior a 10 salários mínimos

**13.** Você trabalha em qual setor?

- A) Primário (Agricultura, pesca, mineração, pecuária, extrativismo vegetal e caça)
- B) Secundário (Indústria)
- C) Terciário (Prestação de serviços)

**14.** Quantas pessoas compõem o rendimento salarial na sua casa?

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 4
- E) 5
- F) 6
- G) Mais de 6

**15.** Qual a importância do seu rendimento na composição da renda total da sua casa?

- A) Principal rendimento

- B) Metade do rendimento
- C) Um terço do rendimento
- D) Um quarto ou menos do rendimento.

16. Qual o rendimento mensal total dos componentes da sua casa?

- A) Até 1 salário mínimo
- B) Superior a 1 até 3 salários mínimos
- C) Superior a 3 até 5 salários mínimos
- D) Superior a 5 até 10 salários mínimos
- E) Superior a 10 salários mínimos

17. O local onde você mora é:

- A) Casa própria
- B) Casa cedida
- C) Casa alugada
- D) República de estudantes
- E) Hotel
- F) Albergue

18. Qual a escolaridade da pessoa com maior rendimento da sua casa?

- A) Sem instrução
- B) Fundamental incompleto
- C) Fundamental completo
- D) Médio Incompleto
- E) Médio completo
- F) Superior incompleto
- G) Superior completo
- H) Pós-graduação

19. Há quanto tempo exerce função remunerada?

- A) 1 a 3 anos
- B) 4 a 5 anos
- C) 6 a 10 anos



- D) Mais de 10 anos
20. A quanto tempo está no emprego atual?
- A) 1 a 3 anos
  - B) 4 a 5 anos
  - C) 6 a 10 anos
  - E) Mais de 10 anos
21. Contribui com o INSS regularmente?
- A) Sim
  - B) Não
22. Tem algum tipo de assistência médica garantida pelo empregador?
- A) Sim
  - B) Não
23. Recebe algum tipo de auxílio-alimentação?
- A) Sim
  - B) Não
24. Recebe algum tipo de auxílio-transporte?
- A) Sim
  - B) Não
25. Quanto tempo em média (somado ao deslocamento) você gasta em sua atividade de trabalho?
- A) 8h
  - B) 9h
  - C) 10h
  - D) 11h
  - E) 12h
  - F) Mais de 12h

26. Você trabalha quantos dias na semana?

- A) 5 dias
- B) 6 dias
- C) 7 dias

27. Você trabalha quantas horas por semana?

- A) De 36 a 40 horas
- B) De 41 a 44 horas
- C) De 45 a 60 horas
- D) Mais de 60 horas

28. Faz hora extra para complementar a renda?

- A) Sim
- B) Não

29. Se sim, trabalha em média quantas horas a mais por semana?

- A) 1h
- B) 2h
- C) 3h
- D) 4h
- E) Mais de 4 h

30. Exerce alguma atividade complementar de renda fora do seu emprego?

- A) Sim
- B) Não

31. Se sim, indique em qual setor:

- A) Primário (Agricultura, pesca, mineração, pecuária, extrativismo vegetal e caça)
- B) Secundário (Indústria)
- C) Terciário (Prestação de serviços)

32. Que meios você utiliza para se deslocar para o trabalho?

- A) Carro particular

- B) Carona
- C) Carona paga (Uber, Táxi, Van)
- D) Transporte público
- E) Transporte corporativo
- F) Bicicleta
- G) Caminhada

**33.** Para você existe racismo?

- A) Sim
- B) Não

**34.** Você já foi vítima de racismo?

- A) Sim
- B) Não

**35.** No seu ambiente de trabalho/estudo existem negros?

- A) Sim
- B) Não

**36.** Eles ocupam cargo semelhante ao seu?

- A) Sim
- B) Não

**37.** Você acha que há diferenciação de condições de trabalho e remuneração entre negros e brancos ocupando cargos semelhantes?

- A) Sim
- B) Não

**38.** Se a resposta do item anterior for sim, porque você acha que isso ocorre?

- A) Diferença de escolaridade
- B) Diferença de qualificação
- C) Diferença de produtividade
- D) Se outro motivo, coloque no espaço ao lado. \_\_\_\_\_

**39.** Você acha que existe justiça racial no mercado de trabalho?

- A) Sim
- B) Não

**40.** Você concorda com as políticas de promoção racial do Governo (Políticas de cotas raciais)?

- A) Sim
- B) Não

**41.** Para você, essas políticas fazem alguma diferença para a sociedade brasileira?

- A) Sim
- B) Não

**42.** Você consegue perceber alguma mudança produzida através das políticas de promoção da igualdade racial?

- A) Sim
- B) Não